



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BRUNA KAROLINE VASCONCELOS OLIVEIRA

**DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA AO GOVERNO LULA: A TRAJETÓRIA E O
PAPEL POLÍTICO DO PMDB.**

FEVEREIRO DE 2012.

BRUNA KAROLINE VASCONCELOS OLIVEIRA

**DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA AO GOVERNO LULA: A TRAJETÓRIA E O
PAPEL POLÍTICO DO PMDB.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Prof^a. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho.

FORTALEZA – 2012.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- O45d Oliveira, Bruna Karoline Vasconcelos.
 Da transição democrática ao governo Lula : a trajetória e o papel político do PMDB / Bruna
 Karoline Vasconcelos Oliveira. – 2012.
 132 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento
 de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.
 Área de Concentração: Sociologia.
 Orientação: Profa. Dra. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho.
1. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. – 1982-2010. 2. Governo representativo e
 representação – Brasil – 1982-2010. 3. Eleições – Brasil – 1982-2010. 4. Brasil – Política e governo –
 1982-2010. I. Título.

CDD 324.281050904

BRUNA KAROLINE VASCONCELOS OLIVEIRA

**DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA AO GOVERNO LULA: A TRAJETÓRIA E O
PAPEL POLÍTICO DO PMDB.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Prof^a. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Preciliana B. de Moraes (UNIFOR)

Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe (UFC)

Prof^a. Dr^a. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho (UFC)
(orientadora)

AGRADECIMENTOS

Foram várias as pessoas que, de uma maneira ou de outra e até sem perceber contribuíram para o meu aprendizado, acrescentando experiência e conhecimento ao meu percurso acadêmico na UFC e na minha vida pessoal; mostrando-me os fatos sob outros ângulos, consolando-me e me animando nos momentos de dificuldade, sejam eles quais fossem.

Primeiramente, agradeço a Tia Diana, ao Tio Cris, ao Bruno e a Roberta que me ensinaram o que é ser uma família de verdade, me mostrando o real significado das palavras companheirismo, carinho, amor, união, amizade e solidariedade. Com eles aprendi que para ser família nem sempre precisamos ter o mesmo sangue correndo nas veias. Em especial, agradeço a minha amiga-irmã Fernanda, pois graças a ela pude conhecer e fazer parte da família Crisóstomo. A ela agradeço também por está ao meu lado em todos os momentos da minha vida, rindo e chorando comigo, por me fazer acreditar que amizades verdadeiras existem e que quando temos um amigo todos os problemas ficam menores. A você minha amiga-irmã meu muito obrigado e meu carinho eterno e incondicional. Agradeço também ao Freddy por fazer minha amiga Fernanda feliz.

À Thaynara, amiga de todas as horas e de ótimas viagens por todo o seu apoio, carinho, amizade e boas gargalhadas. Neguinha, obrigada por tudo.

Agradeço a Vanessa, Gina, Rita, Mayara, Monalisa, Paula, Suzete, Gabriella, Gabi, Raoni, Bruno Sampaio, Edson, João Paulo, Raulino, Beto, Adriano, Alexandre Joca e Ricardo Sabóia por todo o carinho e companheirismo nos momentos de alegria e nos nem tão alegres assim; pelas risadas, pelos conselhos e pelas experiências divididas ao longo desse percurso. E, em especial a Nathalia pela amizade sincera, pelo apoio incondicional e pelas divertidas viagens à nossa querida Salvador.

À Eudenia, pelo companheirismo de laboratório e pela amizade verdadeira, pelas ajudas acadêmicas, as conversas engraçadas e as boas gargalhadas.

À Francisca que possibilitou o contato com personalistas peemedebistas do Ceará e ajudou na coleta de materiais e documentos do partido.

À minha amiga Danielle, que mesmo de longe sempre esteve presente, aconselhando-me e me ajudando na construção desse trabalho sempre disposta a ler o que eu escrevia e dividindo comigo momentos alegres e tristes. A Ela e ao meu amigo Potyguara que sempre me incentivaram a alçar vôos mais altos e me ensinaram que quando a amizade é verdadeira nem mesmo o fato de morar a quilômetros de distância ou de não está presente fisicamente abalar essa amizade, pelo contrário a deixa mais forte, meu carinho e admiração.

Ao Cleyton, pelas conversas e reflexões acadêmicas, pelo companheirismo na produção de alguns textos e pela torcida sincera de que este trabalho dêsse certo.

Agradeço aos professores Valmir Lopes, José Estevão e Auxiliadora Lemenhe por todos os livros emprestados, pelas aulas, que me fizeram escolher a Ciência Política como linha de estudo, por sempre estarem disponíveis para uma conversa ou para ler meus textos; pessoas pelas quais tenho grande respeito e admiração.

Em especial, agradeço a minha querida orientadora Rejane Carvalho por ter me apoiado e incentivado nessa jornada tão importante. Agradeço toda a confiança que ela sempre depositou em mim, a leitura atenta e a dedicação com que sempre leu meus textos; o carinho com que sempre me tratou e com o qual comemorou comigo cada conquista nesses dois anos de trabalho. A senhora, minha gratidão, respeito e admiração. Sem seu estímulo, paciência, generosidade e dedicação esse trabalho não teria sido possível, muito obrigado.

Por fim, agradeço a CAPES, pelo apoio financeiro e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará por toda a infraestrutura que tornou este trabalho possível.

RESUMO

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) criado em 1980, tem suas origens no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda que surgiu em 1966, em oposição ao Regime Militar, instaurado no país no período de 1964 a 1985. Sendo o responsável pela luta em prol da redemocratização do Brasil, o PMDB é um dos mais importantes partidos políticos do país, apesar de não ter eleito nenhum Presidente da República por meio do voto direto. O presente trabalho busca a trajetória e estratégia política do PMDB entre os anos de 1982 e 2010, levando em consideração as seguintes variáveis: sua origem, desempenho eleitoral e presença de seus parlamentares nos governos. Mais especificamente, pretende compreender o lugar de tal legenda na dinâmica partidária pós-redemocratização a partir da postura adotada pelo PMDB, o maior partido em número de cadeiras no Congresso Nacional, de se concentrar no Legislativo e na conquista de cargos no Governo Federal.

Palavras-chave: PMDB, Sistema Político, Governabilidade.

ABSTRACT

The Brazilian Democratic Movement Party (PMDB), created in 1980, has its origin in the Brazilian Democratic Movement (MDB), a political party formed in 1966 to oppose to the Military Government, which ruled the country from 1964 to 1985. Responsible for the struggle towards democracy in Brazil, PMDB is one of the most important political parties in the country, even though it hasn't elected any President through direct elections to this date. The current research seeks to understand the trajectory and the political strategy set forth by PMDB in the period of 1985 and 2010, taking into consideration the following aspects: its origins, its electoral performances and the presence of its politicians in various federal administrations. Furthermore, it intends to comprehend the place occupied by this political party within the post-redemocratization party dynamics, considering the attitude adopted by PMDB to focus on the legislative bodies and also on positions inside the federal administration.

Keywords: PMDB, political system, governmentality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 – Número de Prefeitos Eleitos por Partido em 1985.	66
Tabela 4.2 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1985.....	67
Tabela 4.3 – Número de Prefeitos Eleitos por Partido em 1988.	68
Tabela 4.4 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1988.....	68
Tabela 4.5 – Número dos Prefeitos Eleitos por Partido em 1992.	69
Tabela 4.6 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1992.....	70
Tabela 4.7 – Número dos Prefeitos Eleitos por Partido em 1996.	71
Tabela 4.8 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1996.....	72
Tabela 4.9 – Número dos Prefeitos Eleitos por Partido em 2000.	72
Tabela 4.10 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1996.....	73
Tabela 4.11 – Número dos Prefeitos Eleitos por Partido em 2004.	74
Tabela 4.12 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 2004.....	75
Tabela 4.13 – Número de Prefeitos Eleitos por Partido em 2008.	76
Tabela 4.14 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 2004.....	77
Tabela 4.15 – Número de Governadores Eleitos por Partido em 1986.....	78
Tabela 4.16 – Número de Governadores Eleitos por Partido em 1990.....	78
Tabela 4.17 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1990.	79
Tabela 4.18 - Número de Governadores Eleitos por Partido em 1994.....	80
Tabela 4.19 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1994.	80
Tabela 4.20 - Número de Governadores Eleitos por Partido em 1998.....	81
Tabela 4.21 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1998.	82
Tabela 4.22 - Número de Governadores Eleitos por Partido em 1998.....	82
Tabela 4.23 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1998.	83

Tabela 4.24 - Número de Governadores Eleitos por Partido em 1998.....	83
Tabela 4.25 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1998.	84
Tabela 4.26 – Distribuição dos Governadores Eleitos de 1986 a 2006, por Estado e por Partido.	84
Tabela 4.27 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 1986.....	86
Tabela. 4.28 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.....	86
Tabela 4.29 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 1990.....	87
Tabela. 4.30 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.....	88
Tabela 4.31 – Número de Dep. Federais e Senadores Eleitos por Partido em 1994.	89
Tabela 4. 32 - Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.....	90
Tabela 4.33 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 1998.....	91
Tabela 4.34 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.....	91
Tabela 4.35 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 2002.....	92
Tabela 4.36 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.....	93
Tabela 4.37 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 2006.....	94
Tabela 4.38 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.....	95
Tabela 5.1. – Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Sarney (1985-1990)	100
Tabela 5.2. - Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo José Sarney (1985-1990)	102
Tabela 5.3. – Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Fernando Collor (1990 - 1992)	104

Tabela 5.4. - Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo Fernando Collor (1990-1992).....	106
Tabela 5.5. Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo Itamar Franco (1992-1994).....	107
Tabela 5.6. – Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Itamar Franco (1992-1994)	109
Tabela 5.7. Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo FCH (1995-1998).....	113
Tabela 5.8. – Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).....	114
Tabela 5.9 - Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo FCH (1999-2002).....	116
Tabela 5.10 - Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002).....	117
Tabela 5.11- Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo Lula (2003-2006)	119
Tabela 5.12- Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Lula (2003-2006).....	122
Tabela 5.13 - Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Lula (2007-2010)	124
Tabela 5.14 - Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo Lula (2007-2010)	126

LISTA DE SIGLA E ABREVIATURAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PFL – Partido da Frente Liberal

DEM – Democratas

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PDC – Partido Democrata Cristão

PST – Partido Social Trabalhista

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PL – Partido Liberal

PRP – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PR – Partido da República

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PP – Partido Progressista

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão
PPS – Partido Popular Socialista
PMB – Partido Militar Brasileiro
PST – Partido Social Trabalhista
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PV – Partido Verde
PSL – Partido Social Liberal
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSN – Partido Social- Nacionalista
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PAN – Partido Agrário Nacional
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PRS – Partido das Reformas Sociais
PPR – Partido Progressista Republicano
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PRB – Partido da Reconstrução Nacional
UDN – União Democrática Nacional
SFP – Sem Filiação Partidária
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
ONU – Organização das Nações Unidas
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

FMI – Fundo Monetário Internacional

LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 – OS ESTUDOS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS A PARTIR DA PERSPECTIVA ORGANIZACIONAL	22
1.1. UM BREVE OLHAR SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS: A VISÃO CLÁSSICA E ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS	23
1.2. PARTIDOS POLÍTICOS, SISTEMA PARTIDÁRIO E PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO NO BRASIL	31
CAPÍTULO 2 – O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DO REGIME AUTORITÁRIO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	38
2.1. O REGIME AUTORITÁRIO E A CRIAÇÃO DO BIPARTIDARISMO: O SURGIMENTO DO (P) MDB.	39
2.2. O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA	42
CAPÍTULO 3 – A ORIGEM E A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO PMDB	50
3.1. GÊNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO	50
3.2. OS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS PEEMEDEBISTA.....	57
3.3. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E AS REGRAS ESTATUTÁRIAS PEEMEDEBISTA	60
CAPÍTULO 4 - DESEMPENHO ELEITORAL DO PMDB	65
4.1. ELEIÇÕES PARA OS GOVERNOS MUNICIPAIS	65
4.1.1. ELEIÇÕES DE 1985	66
4.1.2. ELEIÇÕES DE 1988	67
4.1.3. ELEIÇÕES DE 1992	69
4.1.4. ELEIÇÕES DE 1996	70
4.1.5. ELEIÇÕES DE 2000	72
4.1.7. ELEIÇÕES DE 2008	75
4.2. ELEIÇÕES PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS.....	77
4.2.1. ELEIÇÕES DE 1986	78
4.2.2. ELEIÇÕES DE 1990	78

4.2.3. ELEIÇÕES DE 1994	80
4.2.4. ELEIÇÕES DE 1998	81
4.2.5. ELEIÇÕES DE 2002	82
4.2.6. ELEIÇÕES DE 2006	83
4.3. ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO NACIONAL	85
4.3.2. ELEIÇÕES DE 1990	87
4.3.3. ELEIÇÕES DE 1994	89
4.3.4. ELEIÇÕES DE 1998	90
4.3.5. ELEIÇÕES DE 2002	92
4.3.6. ELEIÇÕES DE 2006	94
CAPÍTULO 5 – O P(MDB) COMO UM “PARTIDO GOVERNISTA”	97
5.1. GOVERNO JOSÉ SARNEY	98
5.2. GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELO	103
5.3. GOVERNO ITAMAR FRANCO	107
5.4. GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-1998 E 1999-2002)	112
5.5. GOVERNOS LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2006 E 2007-2010)	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) criado em 1980, tem suas origens no Movimento Democrático Brasileiro, legenda que surgiu em 1966, em oposição ao Regime Militar, instaurado no país no período de 1964 a 1985. Protagonista principal da luta em prol da redemocratização do Brasil¹, o PMDB é um dos mais importantes partidos políticos do país, apesar de não ter eleito nenhum Presidente da República por meio do voto direto; só conseguiu atingir esse feito através da eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985.

No segundo Governo Lula, o partido possuía seis ministros, nove governadores, 95 deputados federais, 19 senadores, 1.201 prefeitos (sendo seis capitais) e 8.497 vereadores eleitos. Além de ter ocupado as Presidências da Câmara dos Deputados (Michel Temer - 1997, 1999 e 2009) e do Senado Federal (José Sarney - 1995, 2003 e 2009), feito que já havia realizado em 1991².

É objetivo dessa pesquisa analisar a trajetória e estratégia política do PMDB entre os anos de 1985 e 2010, levando em consideração as seguintes variáveis: sua origem, desempenho eleitoral e presença de seus parlamentares nos governos. Mais especificamente, pretende compreender o lugar de tal legenda na dinâmica partidária pós-redemocratização a partir da postura adotada pelo PMDB, o maior partido em número de cadeiras no Congresso Nacional, de se concentrar no Legislativo, nos governos municipais e estaduais e na conquista de cargos no Governo Federal.

A tese aqui levantada é a de que a partir de 1998 com o aumento da competitividade eleitoral e após duas derrotas na disputa pela Presidência da República, o PMDB optou, para se manter no poder, por concentrar votos nas disputas municipais, estaduais e no Legislativo, fortalecendo, assim, sua

¹ Na época, prevalecia o bipartidarismo, sendo o partido dos militares a ARENA.

² Desde o fim do Regime Militar de 1964 o partido detém o comando de pelo menos uma das casas do Congresso Nacional: entre 1985 e 1993 presidiu simultaneamente a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, situação que volta a se repetir atualmente.

participação no Congresso, o que acaba fazendo com que independente de que partido assuma o Executivo Federal, seja necessária a presença do PMDB na base aliada para que se possa governar.

O PMDB é visto por muitos críticos (jornalistas, cientistas políticos, eleitores) como não possuindo uma ideologia nem um programa de governo para o país, sendo tido como um partido “em cima do muro”, que procura sempre se manter no poder. O fato do partido não lançar candidatos à Presidência da República desde 1998 e de sempre fazer parte da base aliadas dos governos federais, sem fazer distinção de ideologia política dos partidos é motivo de críticas dentro da própria sigla. Em meados de fevereiro de 2009 foi possível ver alguns membros do partido trocando acusações e discordando de posturas adotadas pela legenda nas últimas eleições presidenciais. O que se pode identificar através dos exemplos apresentados adiante.

Em entrevista recente à Revista Veja³, o senador pernambucano Jarbas Vasconcelos (membro do grupo histórico do partido) criticou o PMDB, dizendo que esse é um partido sem bandeiras e sem propostas, se resumindo a “uma confederação de líderes regionais”, que praticam o clientelismo de olho nos cargos.

Outra entrevista que gerou grande polêmica foi concedida pelo senador peemedebista Pedro Simon a Revista Digital Terra Maganize⁴, na qual o senador manifestou seu descontentamento frente à postura adotada pela legenda em relação à sucessão presidencial de 2010. Segundo ele, o partido se corrompeu ao longo de sua história e hoje está à mercê dos interesses de alguns “caciques” da sigla que vivem de negociatas. A política do PMDB “passou a ser a política de quem paga mais. Eles ficam esperando para ver quem paga mais”, afirmou o senador. Ainda segundo Simon, as relações da legenda são motivadas por interesses. Para o senador, no governo Lula, o PMDB buscou se

³ Edição 2101, de 25 de fevereiro de 2009.

⁴ A entrevista de Pedro Simon ocorreu duas semanas após a polemica entrevista dada por Jarbas Vasconcelos à Revista Veja.

manter através de cargos, situação que também pôde ser observada no governo Fernando Henrique Cardoso.

A relevância do estudo aqui proposto está no fato de não haver estudos abrangentes e recentes sobre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e sobre seu posicionamento político que privilegia a conquista de cadeiras no Legislativo.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da presente pesquisa baseia-se, principalmente, em quatro fontes. Em primeiro lugar, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema estudado, ao que se seguiu uma leitura e fichamento detalhados.

Posteriormente, pesquisei Projetos de Lei, Emendas Constitucionais, votações e pronunciamentos de responsabilidade de deputados e senadores peemedebistas entre 1989 e 2010. O material foi consultado nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

No intuito de reunir o maior número de informações possíveis sobre as metas políticas do partido e as decisões por ele tomadas no cenário político brasileiro analisei documentos diversos do PMDB (estatuto de fundação do partido e posteriores adendos, programas de governo, publicações da Fundação Ulysses Guimarães), assim como matérias selecionadas em jornais e revistas que trataram da estratégia política utilizada pelo partido, críticas ao PMDB feitas por partidários e adversários.

Realizei um estudo quantitativo através do site do TSE e dos bancos de dados do Prof. Jairo Nicolau (UERJ), do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) e do CEPLAN (Grupo de Estudos de Partidos Políticos da América Latina) que buscou identificar o número de cargos políticos (número de prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores) ocupados pelo partido. Bem como um mapeamento dos ministérios comandados pelo PMDB ao longo do período estudado.

O texto está organizado em cinco capítulos. O primeiro constitui de uma revisão de literatura acerca dos estudos sobre partidos políticos a partir da perspectiva organizacional, tomando como referencial os estudos clássicos de Weber, Duverger e Panebianco, e onde serão apresentados também estudos acerca do sistema partidário brasileiro e seus respectivos partidos políticos. O objetivo é identificar nessas teorias os elementos que tornam mais compreensíveis a estratégia adotada pelo PMDB no cenário político brasileiro e o que caracteriza o multipartidarismo no período pós-redemocratização.

No segundo capítulo é apresentado um retrospecto do cenário político brasileiro a partir de 1964, enfocando a relação estabelecida entre governo e oposição e a reforma partidária de 1979. A preocupação central é enfatizar o cenário político brasileiro que possibilitou a emergência do PMDB como o único partido de oposição ao regime e principal articulador da redemocratização brasileira.

O terceiro é uma tentativa de reconstruir a história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), através da análise de seus programas partidários, estatuto e atas de reuniões no período selecionado para a pesquisa. A partir da análise de tais documentos busco ressaltar a estrutura organizacional do partido, no decorrer de sua história.

O capítulo seguinte traz uma análise do desempenho eleitoral do partido ao longo do período de 1985 a 2008. São analisadas as disputas para os cargos de Prefeito, Governador, Deputados Federais e Senadores.

Por fim, no último capítulo examino a composição ministerial dos governos José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique (1995-1998 e 1999-2002) e Lula (2003-2006 e 2007-2010), visando mostrar que participação teve o PMDB nesses governos.

CAPÍTULO 1 – OS ESTUDOS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS A PARTIR DA PERSPECTIVA ORGANIZACIONAL

Nesta pesquisa, a trajetória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o seu papel no sistema político brasileiro são discutidos a partir do seu desempenho eleitoral, da sua atuação parlamentar e da sua participação nos governos. O objetivo é mostrar que a trajetória e o papel político do PMDB no sistema político têm sido influenciados pela sua origem (herdeiro do MDB), por fatores de natureza institucional e principalmente pela postura adotada pelo partido: a participação nos governos aliada à concentração em cargos eletivos no Congresso Nacional. Recorre-se tanto à abordagem da teoria clássica organizacional dos partidos políticos (Weber, 1991 e 2005; Duverger, 1980; e Panebianco, 2005) quanto a uma explicação sobre as particularidades do sistema partidário brasileiro (Limongi e Figueiredo, 1995; Kinzo, 1993; Mainwaring, 1991 e 2001; Meneguello, 1998; Lamounier, 1989) para compreender melhor a trajetória do partido e os posicionamentos por este adotados no cenário político brasileiro.

De acordo com a análise do desempenho eleitoral do PMDB pode-se classificá-lo como um partido predominantemente parlamentar e que evidencia seu poder obtido em função de sua bancada no Congresso Nacional. Isso, aliado a sua presença constante nas coalizões dos governos, coloca o PMDB como elemento fundamental para a governabilidade no Brasil.

Os estudos em geral sobre partidos políticos apontam para o declínio dos partidos devido a um relativo esvaziamento das suas relações com as bases. Entretanto, o PMDB apresenta um perfil que contraria essa tendência: apesar de ter surgido como um partido, que Duverger chamaria de “*Partido de Quadros*”, o PMDB se desenvolveu a partir dos recursos obtidos de relações de proximidade com os governos. O argumento que se pretende desenvolver nesse trabalho é de que o PMDB vem sistematicamente se fortalecendo a partir das relações com os governos, que lhe proporcionam recursos políticos para se manter no poder.

Assim, a estreita relação do PMDB com o governo permite que o partido tenha uma estratégia semelhante a uma retroalimentação, onde uma ação leva inevitavelmente a outra e garante a reprodução do partido: o seu desempenho eleitoral garante sua relevância no parlamento, a qual o torna aliado preferencial permitindo-o participar dos governos e assim gerar recursos políticos que permitirão novamente o bom desempenho eleitoral do partido.

A maior parte da literatura sobre partidos políticos no Brasil tem enfatizado a fragilidade e a fluidez do sistema partidário brasileiro (Mainwaring, 1991 e 2001), entretanto, algumas pesquisas mostram a existência de certa coesão, disciplina e coerência nos partidos, além de clivagens ideológicas bem definidas (Limongi e Figueiredo, 1995; Kinzo, 1993).

As referências a alguns modelos teóricos são apresentadas a seguir para justificar a classificação do PMDB como um Partido de Quadros, de origem interna/parlamentar, para cujo desenvolvimento – que se deu via relações com governos – tiveram importância fundamental os aspectos organizacionais; a importância dos aspectos organizacionais na trajetória do partido permite recorrer ao modelo teórico de Panebianco; e, a peculiaridade do desenvolvimento do PMDB a partir de recursos obtidos através da relação com os governos, num contexto de declínio dos partidos, pode ser entendida a partir dos trabalhos que se propõe a explicar o sistema partidário brasileiro.

1.1. UM BREVE OLHAR SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS: A VISÃO CLÁSSICA E ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS⁵

Os partidos são instituições que buscam o poder político, competindo entre si por votos e apoio político, bem como organizam a competição eleitoral através da mobilização do eleitorado e dão sentido ao sistema político-eleitoral.

⁵ Entendo aqui por visão clássica dos partidos políticos, a ampla vertente teórica que privilegia a ênfase nas bases partidárias na análise dos partidos. Este trabalho recorre a três autores que participam desta perspectiva: Weber, Duverger e Panebianco, tendo em vista que os modelos teóricos destes autores fornecem elementos para a análise da origem do PMDB.

Os partidos são fundamentais para a formação de maiorias governantes, para a organização do processo legislativo e para a canalização de demandas sociais em políticas públicas. Os partidos são o elo entre os cidadãos e o Estado.

Para Max Weber (2005), os partidos são instrumentos políticos para a conquista de votos numa sociedade burocratizada, sendo sua função produzir lideranças políticas responsáveis no contexto de um Estado dotado de uma burocracia estatal racionalmente estruturada. Essas lideranças devem não só identificar os problemas existentes na sociedade civil, mas também dispor de mecanismos políticos eficientes e confiáveis para a solução de tais problemas. Nesse sentido, para Weber, os partidos seriam agremiações que buscam proporcionar poder a seus dirigentes. Em outras palavras, podemos dizer que os partidos políticos funcionariam como “empresas” movidas por uma lógica racional: produzir votos e conquistar o poder.

Na visão weberiana, os partidos políticos mostram-se como instrumentos de dominação adaptados às diferentes classes de interesses em busca do poder político. São organizados de forma voluntária e se baseiam na necessidade de recrutamento de massas, fato que impede sua regulamentação pelo Estado; seu financiamento é realizado de acordo com interesses particulares que almejam cargos ou favores políticos. Os partidos têm por objetivo principal a angariação de votos, e a luta entre eles é regulamentada através de leis que pouco interferem no mercado eleitoral.

Para o autor, os partidos seriam relações associativas, fundadas no recrutamento livre, com o objetivo de assegurar poder a seus dirigentes no interior de um grupo institucionalizado, a fim de manter vantagens materiais aos seus militantes.

Em seu estudo, Weber aponta duas fases de desenvolvimento dos partidos políticos: uma fase em que existia o que ele chama de “Protopartidos” - organizações políticas que não possuíam reflexo nas massas, haja vista que surgiram antes do sufrágio universal; e outra fase, em que surgiram partidos políticos advindos da necessidade das massas populares de se organizarem, ou

como nomeia o autor, os partidos modernos. Para Weber, os partidos modernos são “os filhos da democracia”, nascidos dos movimentos sociais e da expansão do sufrágio universal.

Weber faz uma diferenciação dos partidos políticos entre *Partidos de Patronato*, aqueles que caçam empregos para seus dirigentes; e, os *Partidos Ideológicos*, que se orientam por interesses de classes específicas.

Segundo o autor, os partidos podem ser criados a partir de diferentes fatores e utilizam todas as formas possíveis para alcançar o poder. Nesse sentido, ao nascer a partir de uma organização formalmente legal, criar um estatuto interno mediante votação de seus membros e disputar eleições, o partido se constitui no que Weber chama de *Partido Legal* e visa à conquista de votos eleitorais que levarão seus membros de maneira legal ao poder. Tal partido seria formado por políticos profissionais interessados em ascender ao governo e ocupar cargos no parlamento.

Tomando por base essa classificação, pode-se caracterizar o PMDB como um *Partido Legal*, uma vez que, está inserido na institucionalização da política ao disputar eleições e por possuir um estatuto próprio para agregar o maior número possível de força política e políticos profissionais com base eleitoral. Ao mesmo tempo, pode-se considerar o PMDB como um *Partido Patronato* porque, mesmo que em sua trajetória política ele não vise à obtenção do poder presidencial do país para o seu líder, concentra suas forças na ocupação de cargos administrativos por seus dirigentes.

O surgimento do PMDB, no contexto da transição democrática, confere importância à sua origem partidária. Nesse sentido, a utilização do modelo teórico e da classificação feita por Duverger (1980), que leva em consideração a origem de cada partido, ajuda a compreender a trajetória política seguida pelo PMDB.

Em seu estudo clássico intitulado *Os Partidos Políticos*, o autor analisa os partidos enquanto organização e a partir de suas características organizacionais

e de sua origem os classifica em *partidos de origem interna* e *partidos de origem externa*.

Os *partidos de origem interna* são aqueles criados a partir de grupos parlamentares e comitês eleitorais, sem o intermédio de outros grupos sociais; ao passo que os *partidos de origem externa* são constituídos fora do sistema político propriamente dito, ou seja, por grupos sociais de base, tais como associações, sindicatos, cooperativas, etc.

Dentre as características dos *partidos de origem interna ou parlamentar-eleitoral* apontadas por Duverger, está o fato de que estes possuem uma estrutura interna descentralizada, têm como principal objetivo a conquista de lugares no parlamento, e apresentam pouca coesão entre seus representantes, sendo obrigados a construir laços a partir da convivência dentro do parlamento. Já os *partidos de origem externa* apresentam uma estrutura interna centralizada, vêem a competição eleitoral e por cargos parlamentares apenas como um dos elementos da sua ação geral, e são coesos e disciplinados, haja vista que os laços entre seus representantes foram construídos a partir dos movimentos de base.

Para o autor, o desenvolvimento dos verdadeiros partidos políticos está associado ao da democracia, ou seja, “à extensão do sufrágio universal e das prerrogativas parlamentares” (DUVERGER, 1980, p.20). Portanto, “o nascimento dos partidos encontra-se ligado ao dos grupos parlamentares e comitês eleitorais” (p.20). Os partidos políticos nasceram e se desenvolveram juntamente aos processos eleitorais e parlamentares, aparecendo inicialmente como comitês eleitorais, com o objetivo não apenas de dar ao candidato apoio e notabilidade, mas também de reunir os fundos necessários à campanha.

Duverger faz ainda uma diferenciação dos partidos quanto à natureza de participação dos seus membros, classificando-os em *Partidos de Quadros* e *Partidos de Massas*. Os *Partidos de Quadros* são aqueles criados no interior do poder político por grupos parlamentares residentes nas assembleias representativas. Segundo o autor, esses partidos são, historicamente, anteriores

ao sufrágio universal, não exercem grande influência sobre o eleitorado, concentram-se em reunir pessoas ilustres e influentes do meio político e sua força partidária é medida pelo número de votos que seus candidatos recebem na disputa eleitoral. Ao passo que os *Partidos de Massas* são aqueles criados a partir dos movimentos sociais e sindicatos que agem na sociedade, mas que não tem representação política. Para o autor, esses partidos são consequência da ascensão do socialismo do século XX, exercendo grande influência sobre o eleitorado e tem sua força partidária medida pelo número de filiados.

Os *Partidos de Quadros* de Duverger correspondem ao que Max Weber chamou de “*Protopartidos*”, haja vista que de acordo com seu modelo teórico estes seriam anteriores ao sufrágio universal e não possuem reflexo nas massas. Já os Partidos de Massa, seriam no modelo teórico weberiano, os partidos modernos - “os filhos da democracia”, nascidos da necessidade das massas populares de se organizarem. Os dois autores compartilham da idéia de que os Partidos de Massas seriam o futuro dos partidos políticos, uma vez que, com a expansão do sufrágio universal a tendência seria o fortalecimento dos partidos que tivessem como base de origem os movimentos sociais. Tanto para Weber como para Duverger, os *Partidos de Quadros* são arcaicos e estariam destinados a desaparecer a partir da ascensão dos *Partidos de Massas*. Entretanto, levando-se em consideração a história política brasileira, podemos observar que os prognósticos dos dois autores não se confirmam por completo, haja vista que os Partidos de Quadros não só continuam a existir no sistema político brasileiro – representados por PSDB e PMDB - como demonstram sua força sem quaisquer sinais de diminuição – há no cenário político brasileiro uma polarização da disputa política entre PT (considerado um Partido de Massas) e PSDB (considerado um Partido de Quadros).

A utilização do modelo teórico proposto por Duverger ajuda a compreender de que forma o origem do PMDB influenciou na trajetória do partido: o PMDB surgiu como herdeiro do MDB – partido de oposição ao regime militar - com o objetivo de promover a transição democrática e conquistar cargos no Congresso Nacional.

Como Weber e Duverger, Panebianco (2005) considera o momento de criação do partido político como elemento fundamental que influencia na sua trajetória. Também analisando os partidos numa perspectiva organizacional, o autor estabelece uma ligação entre a origem e o processo de institucionalização dos partidos políticos.

Para Panebianco, os partidos são tipos específicos de organizações que se diferenciam das demais pelo fato de exercerem uma atividade exclusiva no espaço em que atuam, ou seja, os partidos políticos são a única organização que atua na arena eleitoral, competindo por votos. De acordo com o autor, dois fatores influenciam a estrutura dos partidos: a sua história organizativa (suas origens) e as relações que o partido estabelece com o meio que o cerca.

No modelo teórico de Panebianco, os partidos se distinguem uns dos outros de acordo com o ambiente em que atuam e pelas atividades estabelecidas com esse ambiente. Ou seja, a posição ocupada pelo partido político leva em conta as relações que este estabelece com o meio e a relação com suas forças internas, bem como a forma como ele lida com a desigualdade de poder dentro do partido e do sistema político.

Segundo Panebianco, para se entender um partido político é necessário levar em consideração a sua estrutura, e a forma como o poder é distribuído no seu interior. Para o autor, isso se deve a dois problemas: o preconceito sociológico e o preconceito teleológico.

De acordo com o preconceito sociológico, as bases sociais são importantes para a compreensão do desempenho dos partidos políticos, haja vista que os considera como simples manifestações de interesses de grupos específicos. Tal preconceito vê o partido apenas a partir de seus interesses, simplificando assim seu papel. No tocante ao preconceito teleológico há duas versões: uma que se concentra no objetivo específico de cada partido, neste caso, a ideologia de cada partido é melhor forma de julgá-lo; a outra versão leva em consideração o objetivo comum de todo partido político, ou seja, a vitória eleitoral e a conquista do governo.

Panebianco propõe quatro dilemas organizativos a partir dos quais é possível entender os partidos políticos. O primeiro seria uma diferenciação entre o modelo organizacional que busca, através da organização, atender os objetivos específicos; e o segundo, o sistema natural que leva em consideração a existência de um equilíbrio entre diversas demandas da organização. Para o autor, é necessário seguir os objetivos específicos do partido, tendo em vista que estes são fundamentais para manter sua identidade, uma vez que, nem sempre é possível estabelecer um acordo entre os agentes para a realização dos objetivos que o partido deve seguir.

O segundo dilema se refere aos incentivos coletivos e aos incentivos seletivos. Os incentivos coletivos são benefícios distribuídos igualmente a todos os participantes do partido e estão associados ao poder, status e conquista de cargos, possuindo um caráter mais burocrático e hierárquico; ao passo que os incentivos seletivos são benefícios distribuídos de forma desigual apenas para alguns participantes do partido e estão associados a benefícios de solidariedade entre os membros e a ideologia do partido. Para Panebianco são três os tipos de incentivos: 1) incentivo de identidade (identificação com a organização); 2) incentivo de solidariedade (solidariedade com os outros participantes); 3) incentivos ideológicos (identificação com a causa do partido).

O terceiro dilema se refere à forma como os partidos lidam com o ambiente externo. Nesse dilema, Panebianco leva em consideração duas questões: a primeira, “o ambiente influencia a organização”; e a outra, “como a organização modifica o ambiente”. A arena eleitoral é o espaço de adaptação do partido. A forma como o partido se adapta depende das características de cada ambiente e das estratégias que utiliza.

Por fim, o último dilema refere-se à liberdade de ação em relação às necessidades organizativas do partido. É papel dos líderes de cada partido definir até que ponto vai a liberdade de ação dos participantes em relação às decisões internas do partido. Para se manter é necessário que a organização tenha uma liberdade de ação ampla e flexível que permita alternar suas estratégias perante os adversários e assim alcançar os objetivos traçados.

Panebianco se baseia em dois modelos de desenvolvimento organizativo para compreender como os partidos lidam com os dilemas expostos acima: o modelo originário e o modo de institucionalização. O modelo originário leva em consideração a história de cada partido, que combinando diversos fatores deixam marcas na organização e definem suas características. Tal modelo é definido por três fatores: 1) o modo como se inicia e se desenvolve a construção da organização (penetração territorial, ou seja, quando a organização se funda no centro e depois se expande para a periferia; e difusão territorial, quando a organização surge a partir da fusão de grupos locais); 2) presença ou ausência de uma instituição externa que financie o nascimento do partido; e, 3) influência de líderes carismáticos na formação dos partidos.

A institucionalização está ligada à idéia de autonomia do partido com o ambiente e ao grau de interação entre os subsistemas que compõem o partido. Quanto mais institucionalizado o partido, mais autônomo ele é e mais controle ele possui em relação ao seu entorno, sendo menor a sua incerteza com relação ao ambiente. De acordo com Panebianco, a institucionalização de um partido resulta de dois processos: o desenvolvimento de interesses, sendo necessária a distribuição de cargos de forma seletiva entre os membros da organização; e o desenvolvimento de lealdade, através da distribuição de benefícios coletivos a todos os membros do partido.

Dessa forma, para Panebianco, os partidos são uma criação dos próprios políticos que ambicionam cargos no governo e daqueles que já os detêm. Possuem um caráter instrumental, pois são o meio pelo qual os políticos alcançam seus objetivos e resolvem problemas da sociedade que só podem ser solucionados com a intervenção de uma organização partidária.

Vários dos elementos mencionados acima podem ser observados no PMDB. O processo de institucionalização descrito por Panebianco é adequado ao processo identificado no PMDB: o partido traçou sua trajetória em direção a uma organização centralizada a fim de melhor gerir os recursos políticos obtidos pela legenda, revelando assim um sistema hierárquico e de incentivos na organização peemedebista.

1.2. PARTIDOS POLÍTICOS, SISTEMA PARTIDÁRIO E PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO NO BRASIL

Os estudos de partidos políticos no Brasil estão associados diretamente às análises feitas sobre o sistema partidário brasileiro e podem ser divididas em dois grupos: os estudos realizados nos primeiros anos após a redemocratização – nos quais os partidos são vistos como organizações desordenadas e que não despertavam credibilidade na população, mostrando assim, uma debilidade institucional, fruto da recente redemocratização; e os estudos realizados a partir da segunda metade da década de 1990 – nos quais os partidos políticos são vistos como organizações mais fortes e o sistema partidário como tendo se tornado mais organizado.

Autores como Lamounier e Meneguello (1986) e Kinzo (1993), afirmam que o país é um caso de subdesenvolvimento partidário. Eles apontam a existência da ação de um Poder Executivo forte e centralizador que inibe a ação dos partidos políticos. Lamounier e Meneguello (1986) afirmam que um dos aspectos da formação do Estado brasileiro foi uma política deliberada tanto de atravancar o fortalecimento de partidos nacionais como de entrar em competição com o poder central. Para eles, tal política levou a instabilidade e fragmentação partidária brasileira.

Lamounier e Meneguello (1986) afirmam que a dificuldade em construir partidos fortes dentro do quadro partidário brasileiro foi agravada pela estrutura federativa, pela predominância do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo e pela preferência, por parte dos políticos, de uma legislação eleitoral e partidária personalistas, que valorizam mais o individualismo dos políticos do que a lealdade aos partidos.

Kinzo (1990) busca a partir da experiência brasileira da Assembléia Constituinte, identificar os fatores que contribuíram para a instabilidade do quadro partidário brasileiro no período de redemocratização. Para a autora, um

dos principais fatores de instabilidade do sistema político brasileiro está no fato de que a experiência autoritária brasileira se caracterizou como um regime autoritário de perfil moderado, uma vez que, ao mesmo tempo em que os militares reformularam o sistema partidário brasileiro, extinguindo o multipartidarismo e as eleições, eles mantiveram algumas instituições políticas democráticas. Kinzo conclui que mesmo o sistema partidário brasileiro não estando consolidado, os partidos políticos desempenharam importante papel no processo de transição democrática e no desenvolvimento dos trabalhos na Assembléia Constituinte.

De acordo com Mainwaring (1991), o sistema partidário brasileiro tende a ser caracterizado como um sistema composto por um excessivo número de partidos políticos, sem enraizamento social e com alto índice de fragmentação partidária. Os partidos seriam pouco coesos, indisciplinados e organizados fundamentalmente para atender interesses pessoais de alguns líderes.

Para Lamounier (1998) e Kinzo e Silva (1996), o sistema partidário brasileiro e os partidos políticos que dele fazem parte, tiveram como momento de grande importância os anos de 1979 e 1980, uma vez que em 1979 ocorre a reforma partidária (Lei nº 6.767) que colocou fim ao bipartidarismo vigente durante o regime militar, e que o ano de 1980 é marcado como o início do sistema multipartidário que resultou na criação e organização de novos partidos, tornando o ambiente político mais competitivo e diversificado. O retorno do pluripartidarismo foi parte integrante da estratégia deliberada do regime autoritário de dividir a oposição, então aglutinada no MDB.

Segundo Mainwaring (2001) até meados de 1995, a literatura especializada via o sistema partidário brasileiro a partir dos efeitos que o sistema eleitoral e seus diferentes elementos exercem sobre a constituição e o comportamento dos partidos, não apenas no mercado de votos, mas no Congresso.

Dentre as particularidades que caracterizam o sistema partidário brasileiro está o Presidencialismo de coalizão, o qual combina representação proporcional,

pluripartidarismo congressional, bicameralismo e federalismo, de modo que, nele, a sustentação do governo e a constituição do ministério envolvem coalizões muito grandes e, em regra, superdimensionadas, uma vez que, seu cálculo deve incluir não só o apoio partidário-congressual, que compreende o espectro de partidos necessários para a constituição da maioria na Câmara e no Senado, mas também o apoio regional, pelos Estados e pelos governadores, do governo presidencial.

Segundo Octavio Amorim Neto (2003), há um intenso debate na literatura acadêmica a respeito de qual é a verdadeira natureza dos arranjos multipartidários que se observam no presidencialismo brasileiro. Para o autor, verifica-se no Brasil uma substancial variação no tipo de governo que podem formar os nossos presidentes. Podemos ter tanto coalizões sólidas quanto frouxas, ou mesmo não ter governo de coalizão.

Alguns autores, como Figueiredo e Limongi (1995), afirmam que temos coalizões governativas tão sólidas e eficazes quanto aquelas encontradas no parlamentarismo europeu. Segundo Limongi (2006), o que distinguiria o Presidencialismo de coalizão seria o critério particular usado para a formação da base parlamentar de apoio ao presidente, ou seja, o fato de ela não poder ser estritamente partidária. Deve-se levar em consideração também a necessidade de atender ao critério regional, o qual se deve à heterogeneidade social do país, ao federalismo e ao poder dos governadores.

Outros autores, como Abranches (2003) e Mainwaring (2001), consideram que tais coalizões são relativamente frouxas e menos eficazes. Para Abranches (2003), a lógica de formação das coalizões envolve três momentos típicos: primeiro, a constituição da aliança eleitoral, que requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios serem obedecidos na formação do governo, após a vitória eleitoral; segundo, a constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos relativos a um programa mínimo de governo, ainda bastante genérico; e por fim, a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, quando emerge o problema da formulação da agenda política.

Ainda segundo Abranches (2003), a coalizão pode se romper de duas maneiras: pelo abandono dos parceiros menores, situação na qual o presidente passa a contar apenas com seu partido e é forçado a alinhar-se com suas posições majoritárias; ou pelo rompimento do presidente com seu partido, que o deixa em solitário convívio com partidos minoritários e a cujos quadros são estranhos.

Fabiano Santos (2003) afirma que no presidencialismo de coalizão, o presidente organiza sua base de sustentação através da distribuição de postos na estrutura do Executivo e verbas orçamentárias aos grandes partidos, e estes garantem os votos necessários à aprovação do programa de governo. Santos busca a explicação para esse fato na natureza da transição democrática pela qual o país passou de meados da década de 80 até a promulgação da nova Constituição em 1988. Vale lembrar que, no Brasil, a transição para o regime democrático ocorreu a partir de limites estabelecidos por agentes políticos que apoiavam o regime autoritário anterior. Ou seja, a passagem do regime autoritário para o democrático não alterou a natureza do processo de produção de políticas públicas. O regime autoritário era caracterizado por uma alta concentração de poder decisório no Executivo e tal característica permaneceu ao longo de todo o processo de redemocratização.

Dentro desse contexto do presidencialismo de coalizão, os partidos políticos têm como objetivo principal maximizar votos para obter cargos, e obter cargos tendo em vista aumentar as chances de conquistar cadeiras e postos no Executivo. Como exemplo de tal prática, pode-se citar a entrada do partido aqui estudado, o PMDB, na base aliada do primeiro Governo Lula. A inclusão do PMDB na base aumentaria a folga numérica no plenário da Câmara de 40% para 62%.

No que se refere aos estudos já realizados sobre o PMDB, podemos destacar o estudo realizado por Kinzo (1988), intitulado *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*, no qual a autora analisa o processo de criação e a trajetória política do Movimento Democrático Brasileiro, partido que deu origem ao PMDB.

Kinzo analisa o processo de criação e a trajetória política do único partido de oposição legalmente registrado no sistema bipartidário que vigorou durante o período do autoritarismo (1964 – 1985). A autora centra seu estudo no período de 1966 (criação do MDB) a 1979 (reforma partidária que restabeleceu o pluripartidarismo no país). Seu objetivo é compreender a relação que se estabeleceu entre o MDB, enquanto organização política, e o regime autoritário.

São importantes também os estudos realizados por Denise Paiva Ferreira em 1991, intitulado *Oposição e transição democrática: a estratégia peemedebista nas eleições de 1982*, e, em 2002, intitulado *PFL X PMDB: Marchas e Contramarchas (1982-2000)*.

Ferreira (1991) traz uma análise da estratégia peemedebista nas eleições de 1982 que permitiu ao partido se auto-instituir como o “Partido das mudanças”. A partir do estudo do discurso eleitoral do PMDB, Ferreira busca entendê-lo como um instrumento importante no processo de transição da ditadura para a democracia e seu efeito sobre o eleitorado brasileiro.

Para a autora, as eleições de 1982 trouxeram novos elementos para o jogo político, uma vez que, nesse momento o PMDB deixava de ser o único partido de oposição, já que a reforma partidária de 1979 restaurou o pluripartidarismo no país. Segundo Ferreira (1991), o processo eleitoral representou a arena mais importante de transição política e o campo principal de luta entre governo e oposição. Desde as eleições de 1974, os eleitores demonstravam nas urnas seu desejo de mudança na política do país ao depositarem grande parte de seus votos no partido da oposição, o MDB/PMDB. Percebendo esse desejo de mudança, o MDB/PMDB adotou a estratégia de se autodefinir como o “Partido da resistência democrática”, e se constituir no imaginário do eleitorado como o local onde o eleitor poderia manifestar-se contra o autoritarismo.

Ferreira (2002) faz um estudo comparativo entre o PFL/DEM e o PDMB que a partir da análise da organização e dinâmica interna de ambos, busca

compreender de que maneira o ambiente institucional, mas precisamente o federalismo, exerceu influências sobre tais partidos.

A autora faz uma pesquisa datada entre os anos de 1982 e 2000. A escolha do ano de 1982 como período inicial se deve ao fato já mencionado por ela em estudo anterior (FERREIRA, 1991) de que as eleições ocorridas nesse ano trouxeram novos elementos para o jogo político, uma vez que foram as primeiras eleições realizadas no país depois da reforma partidária de 1979 que restabeleceu o pluripartidarismo no Brasil. A opção por estudar PFL/DEM e PMDB se deve ao fato de que esses dois partidos representam os principais artífices na negociação e condução do processo de transição política.

Ferreira (2002) parte da hipótese de que “a gênese de um partido político, seu processo de desenvolvimento e sua institucionalização podem atuar como mecanismos que vão arrefecer o impacto do federalismo e as ações centrífugas empreendidas pelas elites regionais”. (FERREIRA, 2002, pag.15)

Após analisar as trajetórias do PFL e do PMDB, a autora conclui que o primeiro teve sua origem vinculada a uma disputa de âmbito nacional, as dissensões havidas no antigo PDS e as eleições no Colégio Eleitoral em 1985, daí resultando o fato de que desde o início seus fundadores buscaram um fortalecimento em âmbito nacional para só depois estruturar o partido nas regiões do país. Já a origem e desenvolvimento do PMDB – sua gênese está enraizada no antigo MDB, partido que teve como elemento central de aglutinação a oposição ao regime autoritário e a luta pela redemocratização do país – explica sua heterogeneidade e a diferente atuação de sua elite dirigente. Uma vez que no período de implantação e fortalecimento do partido, não eram permitidas eleições presidenciais, o PMDB adquiriu um caráter regional, dado que as eleições municipais e legislativas correspondiam aos únicos processos eleitorais dos quais podia participar. Tal fato possibilitou o surgimento de várias lideranças regionais e um caráter descentralizado na estrutura interna de organização do partido.

No decorrer do estudo, a autora confirma sua hipótese central haja vista que, foi possível observar que a gênese, organização, dinâmica interna, perfil, escolhas, ações e estratégias desenvolvidas pelos dois partidos diferem entre si. Segundo Ferreira (2002), os efeitos da descentralização impostos pelo federalismo atuam de forma muito mais visível e decisiva sobre o PMDB do que sobre o PFL.

Tomando como referência os estudos acima citados, essa pesquisa busca analisar a trajetória e postura política do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entre os anos de 1985 e 2010, levando em consideração as seguintes variáveis: sua origem, programas partidários, desempenho eleitoral e presença de seus parlamentares nos governos. Mais especificamente, pretende compreender o lugar de tal legenda na dinâmica partidária pós-redemocratização a partir da postura adotada pelo PMDB, o maior partido em número de cadeiras no Congresso Nacional, de não ter pretensão de eleger um Presidente da República e se concentrar no Legislativo, nas eleições para os executivos estaduais e municipais e na conquista de cargos no Governo Federal.

CAPÍTULO 2 – O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO DO REGIME AUTORITÁRIO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

O processo de transição política brasileira do regime autoritário para o regime democrático em que vivemos teve início no Governo Geisel através de uma política de distensão⁶ e se sucedeu no Governo Figueiredo através de uma abertura política, tendo seu desenlace nas eleições presidenciais de 1989. Tal eleição foi a primeira vez que após um período autoritário se disputou posições eletivas de significado nacional sob regras de competição definidas e realmente competitivas (FERREIRA, 1991).

Tendo o PMDB surgido nesse contexto de transição, considero importante que antes de entrar no estudo propriamente tido desse partido enquanto uma organização política se faz necessário um retrospecto desse período. A preocupação central é enfatizar o cenário político brasileiro que possibilitou a emergência do PMDB como o principal articulador da redemocratização brasileira.

O período de transição representa algumas mudanças no jogo político brasileiro vigente no regime autoritário, tais como: a anistia, a revogação do Ato Institucional nº 5 e, principalmente a partir da segunda metade dos anos 70, uma maior tolerância em relação aos movimentos de reivindicação da sociedade civil (FERREIRA, 1991).

É possível destacar o processo eleitoral como a arena mais importante nesse período de transição, uma vez que é dentro desse campo que se travaram as lutas entre governo e oposição. Foi através do voto no MDB, partido que fazia oposição ao regime autoritário, que a população pôde demonstrar sua insatisfação com governo.

“Tendo em vista esta situação, o MDB e, posteriormente seu sucessor e herdeiro o PMDB, adotou a estratégia de se constituir no imaginário

⁶ Tal política corresponderia a “um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definidas no contexto do slogan oficial de ‘continuidade sem imobilidade’; o resultado final desta política seria o que o presidente Geisel chamou de ‘democracia relativa’ ou ‘democracia forte’”. (FERREIRA, 1991, p. 62-63)

do eleitorado como o partido da resistência democrática, o canal de expressão da contestação contra o autoritarismo. Não obstante o (P)MDB ter exercido um papel importante no processo de transição, esta sua imagem de 'partido da resistência' ou 'partido dos pobres' também lhe propiciou maximizar sua votação e assegurar sua sobrevivência enquanto agremiação partidária". (FERREIRA, 1991, p. 11-12)

A seguir farei um retrospecto do cenário político brasileiro a partir de 1964, enfocando a relação estabelecida entre governo e oposição e a reforma partidária de 1979, que resultou no surgimento do PMDB e possibilitou que este construísse a imagem de único partido de oposição ao regime e principal articulador da redemocratização brasileira.

2.1. O REGIME AUTORITÁRIO E A CRIAÇÃO DO BIPARTIDARISMO: O SURGIMENTO DO (P) MDB.

Uma vez que o surgimento do PMDB se insere no processo de transição política brasileira, é importante que retomemos algumas questões referentes ao regime autoritário implantado no país em 1964.

No dia 31 de março de 1964 um golpe militar interrompe a trajetória democrática do Brasil, a qual já durava dezenove anos e depõe o presidente petebista João Goulart. Assim, entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil passou a viver sob o regime militar autoritário.

As primeiras ações do governo militar são uma tentativa de manter um viés democrático à experiência autoritária brasileira. Prova disso é o Ato Institucional nº 1 que ao mesmo tempo em que estabelecia eleição indireta para presidente, não alterava o calendário eleitoral para o governo dos estados. No entanto, o resultado do pleito de 1965 – eleições diretas para governador em onze estados, na qual o governo perdeu em quatro importantes capitais (Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso) – fez com que o então presidente general Castelo Branco abolisse o pluripartidarismo e reformulasse o sistema partidário. Através da decretação do Ato Institucional nº

2⁷ e do Ato Complementar nº 4⁸ se estabeleceu novas regras para a formação de partidos políticos no país. Estas medidas seriam as responsáveis pela instituição de um bipartidarismo, onde emergem como forças políticas a ARENA e o MDB, sendo a ARENA o partido que deteve o poder durante a maior parte do período autoritário.

A ARENA era composta, sobretudo por políticos vindos da UDN, estes representavam 90% dos filiados ao novo partido do governo. Também faziam parte da ARENA políticos oriundos do PSD (64,5% dos políticos desse partido) e do PTB (o correspondente a 30% de seus políticos) em menor escala. Já o MDB era composto essencialmente por políticos vindos do PTB (cerca de 70%), bem como de 10% de políticos discentes oriundos da UDN.

Também compuseram a ARENA e o MDB políticos oriundos de partidos como PSP, PDC, PST, PTN, PRT, PL, PRP E PR, porém em menor proporção haja vista que muitos dos componentes desses partidos sofreram cassação de seus direitos políticos durante o regime militar. No tocante a esses partidos e ao realinhamento de seus políticos no sistema bipartidário, a grande maioria do PSP foi para a ARENA, no entanto com a cassação de seu líder Ademar de Barros, seus adeptos migraram para o MDB e lá permaneceram até a eleição de 1970, quando retornaram para a ARENA. Os membros do PDC e do PST em grande parte também foram para o partido do governo. Já os adeptos do PTN e do PRT se dividiram entre os dois partidos, e os do PL, PRP e PR foram na sua totalidade para a ARENA, enquanto que 2/3 dos membros do PSB para o MDB.

Em um primeiro momento, a tomada do poder pelos militares não representou uma ruptura total com o regime democrático anterior, haja vista que o Legislativo, o Judiciário, a Constituição e os partidos políticos não foram extintos, mas tiveram seus poderes restringidos; além disso, as eleições foram

⁷ O AI-2 reforçava os poderes do presidente que poderia governar por decreto, dissolver o Congresso, cassar mandatos e suspender direitos políticos; tornava indireta a eleição para a presidência da República e extinguiu os partidos políticos existentes.

⁸ O AC-4 estabelecia que caberia aos membros do Congresso Nacional a iniciativa de criar os novos partidos políticos que disputariam as eleições de 1966. Os novos partidos deveriam contar com, no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores.

mantidas como forma de legitimar o regime recém-inaugurado, embora tenham sido mantidas sob o controle do governo militar.

“A ‘Revolução’ não aboliu o Legislativo e o Judiciário, embora seus poderes tenham sido posteriormente restringidos. Não eliminou eleições periódicas, embora as tenha mantido sob controle. Inicialmente, não extinguiu os partidos políticos existentes, embora tenha expurgado seus elementos ‘anti-revolucionários’. Tampouco suprimiu a Constituição de 1946, que vigorou até 1967, embora tenha sido alterada substancialmente pelos atos institucionais da ‘Revolução’”. (KINZO, 1988, p. 16-17)

Assim, podemos afirmar que tal regime se caracterizou por uma constante combinação entre momentos de intensa repressão, como na fase posterior à instituição do AI-2 e do AC-4, e momentos de relativa liberdade política, tal como a conjuntura em que se realizaram as eleições de 1974, quando a oposição teve acesso aos meios de comunicação e pôde fazer críticas ao governo.

Uma possível explicação para esse caráter híbrido do regime autoritário brasileiro se deve ao fato de que os militares tinham a necessidade de preservar a imagem brasileira perante os outros países democráticos, em especial os Estados Unidos.

“A implantação de uma ditadura declarada após a deposição de um governo constitucional não seria facilmente aceitável pela opinião pública internacional, especialmente quando se toma a defesa da democracia como causa principal da intervenção, como foi o caso do Movimento de 1964”. (KINZO, 1988, p. 17)

O objetivo do governo ao criar um sistema bipartidário era facilitar sua ação junto ao Congresso. Os militares visavam, além de destruir as antigas identidades partidárias, criar um partido forte de apoio ao governo que estivesse comprometido com os ideais do movimento de 1964. Ao mesmo tempo, o governo se propunha a criar um partido de oposição que tivesse sua atuação limitada, visando garantir um caráter democrático ao sistema autoritário por ele criado.

Os primeiros anos do novo arranjo político representaram um período de domínio eleitoral da ARENA. Nas eleições de 1966 e 1970, a legenda elegeu praticamente dois deputados para cada um do MDB e oito senadores para cada um do MDB. No entanto, nas eleições de 1974 essa situação se altera. Com o

início da abertura lenta e gradual proposta pelo Governo Geisel, as eleições se realizaram com relativa liberdade, os partidos passaram a ter acesso ao rádio e à TV. O MDB passou então, a adotar uma postura mais crítica e se aproximar de organizações da sociedade, como sindicatos e entidades estudantis. O resultado dessa abertura foi um aumento significativo da bancada do MDB no Congresso Nacional.

Nas eleições de 1978, o MDB continua em ritmo crescente no Congresso. No entanto, nessa eleição o regime tomou uma série de providências para deter esse crescimento da oposição, dentre elas podemos destacar a Lei Falcão⁹ e a figura do senador biônico¹⁰.

Os resultados das eleições de 1974 e 1978 fizeram com que o governo repensasse suas estratégias. Passaram a ver o bipartidarismo como uma estrutura falha para o regime autoritário, uma vez que as eleições haviam adquirido um caráter plebiscitário. O voto no MDB era um voto contra o governo e aumentava as chances de derrota da ARENA. A solução encontrada pelo regime foi dividir a oposição restabelecendo o multipartidarismo, iniciando assim o longo processo de transição política.

2.2. O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA

Assim como o período autoritário, o processo de redemocratização brasileiro também possui características que o torna singular se comparado aos de outros países latino-americanos. A transição democrática brasileira foi um processo lento e gradual de liberalização política, levando 11 anos para que os militares deixassem de vez o poder e mais cinco anos para que ocorressem eleições diretas para Presidente da República.

⁹ Lei nº 6.339, de 1 de julho de 1976 que determinava que, na propaganda eleitoral, os partidos se limitassem a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, bem como divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda mencionar o horário e o local dos comícios.

¹⁰ O senador biônico era eleito indiretamente por um Colégio Eleitoral, de acordo com a Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977 (Pacote de Abril), outorgada no Governo Geisel. Os senadores biônicos foram eleitos em 1 de setembro de 1978 para um mandato de oito anos (1979-1987).

Segundo Kinzo (2001), o processo de transição democrática pode ser dividido em três fases:

“A primeira, de 1974 a 1982, é o período em que a dinâmica política da transição estava sob total controle dos militares, mais parecendo uma tentativa de reforma do regime do que os primeiros passos de uma transição democrática de fato. A segunda fase, de 1982 a 1985, é também caracterizada pelo domínio militar, mas outros atores – civis – passaram a ter um papel importante no processo político. Na terceira fase, de 1985 a 1989, os militares deixam de deter o papel principal (apesar de manterem algum poder de veto), sendo substituídos pelos políticos civis, havendo também a participação dos setores organizados da sociedade civil”. (KINZO, 2001, p. 4-5)

A primeira fase desse processo corresponde à ascensão do general Geisel à presidência da República, em 1974. Ao assumir o poder, Geisel deu início a uma política de distensão lenta e gradual no processo de liberalização política. O general revogou parcialmente a censura à imprensa e manteve as eleições legislativas de 1974.

A realização de tais eleições além de representar uma liberalização política por parte do governo resultou num excelente desempenho eleitoral da oposição ao regime. O MDB teve votação expressiva nessas eleições conquistando boa parte das vagas em disputa para o legislativo. Tal fato gerou grande descontentamento nos militares que faziam parte da linha dura, intensificando as pressões sobre o então presidente Geisel dentro das Forças Armadas. Numa tentativa de conter os ânimos revoltosos dos militares, o General puniu com a cassação do mandato alguns parlamentares opositoristas, alterou as leis eleitorais e procedimentos legislativos para controlar a oposição. (KINZO, 2001)

Ao final de 1978, um novo presidente toma posse, o general João Figueiredo, eleito de acordo com a determinação de Geisel e encarregado de dar continuidade à transição política iniciada em 1974. Nesse mesmo ano foi revogado o AI-5.

Figueiredo deu continuidade à política de liberalização de seu antecessor e a política econômica - pelo menos nos três primeiros anos de governo - por ele adotada de substituição de importações nos setores de matéria-prima e bens de

capital numa tentativa de superar as conseqüências da primeira crise mundial do petróleo. No entanto, a situação econômica se agravou provocando um alto índice de desemprego e fazendo com que o então presidente mudasse radicalmente sua política econômica.

No ano seguinte, o Congresso Nacional aprovou a anistia permitindo assim à volta ao país e a cena política, os políticos exilados pelo regime militar, mesmo que de maneira limitada. Também em 1979, foi sancionada uma nova lei partidária que pôs fim ao bipartidarismo criado em 1966. A Lei nº 6.767 que propunha a extinção dos partidos políticos existentes e implantava novamente o pluripartidarismo no Brasil. Ou seja, o projeto do governo previa a extinção do MDB e da ARENA. O governo militar pretendia com tal reforma dividir a oposição e manter o controle sob a transição política. No entanto, os acontecimentos não corresponderam à perspectiva do governo, já que o MDB manteve sua postura de oposição apenas acrescentando a letra “P” ao início da legenda, passando a partir desse momento a se denominar PMDB. A ARENA, por sua vez, foi extinta e alguns de seus membros dissidentes formaram um novo partido, o Partido Democrata Social (PDS).

A segunda fase do processo de transição tem início em 1982 com a primeira disputa eleitoral após a volta ao multipartidarismo, na qual se disputou vagas para o Congresso Nacional, executivos estaduais (suspensas desde 1966), Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais; os governadores dos estados seriam eleitos pelo voto direto, e o próximo Congresso elegeria o futuro presidente da República via o Colégio Eleitoral. Tal eleição foi marcada pelo surgimento de novos partidos e por medidas impostas – que se convencionou chamar de Pacote de Novembro - pelo governo como uma tentativa de impedir o crescente domínio da oposição. Dentre as medidas estão: proibição de coligações partidárias; os partidos deviam lançar candidatos para todos os níveis (de vereadores a governadores); o voto devia ser vinculado, ou seja, voto dado a candidatos de diferentes partidos é considerado nulo.

O resultado das eleições de 1982 mostrou que as medidas impostas pelo governo tiveram relativa eficácia. O PDS obteve maioria no Congresso Nacional,

o que lhe garantiu maioria no Colégio Eleitoral que iria eleger o próximo presidente da República. O PDS passou a dispor de 281 cadeiras no Congresso – sendo 46 no Senado e 235 na Câmara dos Deputados – enquanto o PMDB conseguiu obter 221 (21 no Senado e 200 na Câmara dos Deputados).

Um momento importante dessa segunda fase da transição política corresponde à tentativa do PMDB, em 1984, de mudar as regras para a sucessão presidencial que ocorreria em 1985 de modo indireto, através do Colégio Eleitoral. O partido propôs através do Deputado Federal Dante de Oliveira, uma emenda constitucional que restabeleceria o voto direto nas eleições presidenciais.

A campanha peemedebista pelas eleições diretas para presidente da República ficou conhecida como *Diretas Já*. Inicialmente de âmbito parlamentar, tal campanha ganhou as ruas do país, transformando-se num dos mais expressivos movimentos populares da história política do Brasil. Durante a campanha das *Diretas Já* foram realizadas várias manifestações públicas de apoio às eleições diretas. Uma das figuras de destaque deste movimento foi o líder peemedebista na época, Ulysses Guimarães, que ficou conhecido como “o Senhor das Diretas”.

Para que tivesse a possibilidade de apresentar sua proposta de emenda constitucional ao Congresso Nacional, Dante de Oliveira teria que conseguir a assinatura de um terço dos representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Com a ajuda dos também deputados federais, na época, Domingos Leonelli e Freitas Nobre, Dante convocou uma reunião com a bancada do PMDB eleita em 1982 para apresentar sua proposta e convencer o partido de apoiá-lo. Ao final da reunião foi organizada uma comissão para mobilizar parlamentares em torno da temática das eleições diretas e da emenda. Dentre as ações desenvolvidas pelo PMDB para conseguir adeptos para a campanha está a realizar de seminários, em vários estados do país, acerca das eleições diretas, afirmando que essa seria a saída possível para a crise econômica que assolava o país na época. Assim, o partido fez com que os debates acerca da crise econômica fossem intercalados com os debates sobre a

realização de eleições diretas e conseguiu com que a campanha ganhasse cada vez mais adeptos não só entre os parlamentares, mas perante a população e a imprensa, que até então nunca tinha manifestado qualquer oposição ao regime autoritário.

“As passeatas e comícios ganhavam ares de ‘guerra festiva’ incluindo: a combinação de palavras de ordem com slogans (Diretas Já!; Quero votar para presidente); a presença de um animador oficial das diretas, o locutor e comentarista esportivo da TV Globo Osmar Santos; a partilha do palco entre políticos e artistas; a utilização de cores (o amarelo como cor padrão) e símbolos nacionais (o hino e a bandeira) etc. [simbolizaram a adesão de todos os setores da sociedade a campanha das Diretas Já]”. (CARVALHO, 2004, p. 155)

Devido às crescentes manifestações populares em prol das Diretas Já, o então presidente da República, João Figueiredo, encaminhou ao Congresso, no dia 11 de abril de 1984 uma PEC que previa eleições diretas para presidente em 1988. Conhecida como Emenda Leitão, tal proposta serviu apenas para tumultuar os debates no Congresso nos dias que antecederam a votação da Emenda Dante de Oliveira – prevista para o dia 25 de abril de 1984, tendo sido retirada em junho de 1984 da pauta do Congresso.

No dia marcado para a votação da Emenda Dante de Oliveira, o Congresso inicia sua sessão às nove horas sob os olhares atentos de toda a população brasileira. O dia foi marcado por debates e pronunciamentos contra e favor da Emenda.

“Durante todo o tempo, o sim sempre esteve à frente do não, mas a vitória da oposição estava longe de ser assegurada. Os pedessistas ausentes iam definindo o resultado”. (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 589).

Apesar de toda a campanha feita por milhões de brasileiros e os esforços dos políticos peemedebistas e demais partidos de oposição, o então presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Flávio Marcílio, anunciou já na madrugada do dia 25 de abril para o dia 26 de abril que com 298 votos a favor, a Emenda Dante de Oliveira foi reprovada pela Câmara dos Deputados. Por apenas 22 votos, a oposição não conseguiu os 320 votos necessários à aprovação da proposta. Com a reprovação, a emenda foi arquivada e nem chegou a ser apreciada pelo Senado.

Após a derrota das Diretas Já, o PMDB adotou a estratégia de unir forças com políticos dissidentes do governo para dá continuidade a luta pela redemocratização do país e formou a Aliança Democrática. A proposta era a candidatura de Tancredo Neves para concorrer pela oposição na eleição pelo Colégio Eleitoral e em troca do apoio dos dissidentes à candidatura de Tancredo, o senador José Sarney foi escolhido para ser o candidato a vice-presidente da chapa. O PMDB saiu vitorioso dessa eleição conseguindo eleger o seu candidato Presidente da República.

Assim, mesmo com a rejeição da emenda Dante de Oliveira, os adeptos do movimento conquistaram uma vitória parcial com a eleição para presidente de Tancredo Neves, em 1985, pelo Colégio Eleitoral. Porém, poucos meses depois Tancredo Neves morre e José Sarney passa a ser o Presidente da República. O início do governo de José Sarney como presidente da República inaugura a terceira fase do processo de transição política.

O governo Sarney foi marcado por vários momentos de instabilidade política e econômica. O então presidente era “uma figura política marcada por anos de vínculos com os militares, que assumia o poder sem o respaldo das urnas” (KINZO, 2001, p. 7). Numa tentativa de acalmar os ânimos da oposição e da população em geral, Sarney intensificou o processo de democratização do país, dentre as medidas por ele adotadas está a revogação de todas as medidas que limitavam o direito de voto e de organização política e a promulgação de uma nova Constituição em 1988.

A nova Constituição foi uma vitória importante do governo Sarney no campo político, no entanto o governo enfrentava sérios problemas na esfera econômica. Numa tentativa de resolver a crise econômica que assolava o país, o governo implantou o Plano Cruzado¹¹, que se valendo do tabelamento de preços, conseguiu realizar uma discreta distribuição de renda e promover o aumento do consumo da população. No entanto, a grande euforia logo deu lugar

¹¹ O Plano Cruzado promoveu o congelamento dos preços e salários pelo período de um ano. Tal medida causou um efeito imediato no que se refere ao controle da inflação e ao aumento do poder aquisitivo da população, mas depois de muita euforia a inflação voltou a crescer.

a uma pane no setor de produção e a falta de produtos de primeira necessidade, instalando novamente o caos econômico no país.

Em mais uma tentativa de conter a grave crise econômica pela qual passava o Brasil, em novembro de 1986, Sarney lança o Plano Cruzado II, um pacote fiscal que tinha por objetivo controlar o déficit fiscal aumentando a receita tributária. Dentre as principais propostas do Plano Cruzado II estão: liberação dos preços dos produtos e serviços; reajuste dos aluguéis a ser negociado entre proprietários e inquilinos; alteração do cálculo da inflação, que passaria a ter como base os gastos das famílias com renda de até cinco salários mínimos; aumento de impostos sobre bebidas e cigarros; aumento das tarifas de serviços públicos; aumento da carga fiscal. Tais medidas resultaram numa elevação desenfreada dos preços, no aumento da inflação e no fracasso do plano.

Em abril de 1987, o governo lança o Plano Bresser, que assim como os planos anteriores previa um congelamento dos preços e salários, porém com maior flexibilização dessas medidas previstas para durar 90 dias com reajustes periódicos. Entretanto, tal plano também não conseguiu solucionar a crise financeira e em janeiro de 1989 o governo lança mais um plano econômico na tentativa desesperada de controlar a inflação, o Plano Verão. Tal plano previa um novo congelamento dos preços e salários, a modificação dos rendimentos da caderneta de poupança, bem como a criação de uma nova moeda, o “Cruzado Novo”, que equivalia a mil cruzados. Tais medidas provocaram um desajuste nas cadernetas de poupança com perdas que chegaram a 20,37% e a permanência de altos índices de inflação.

O ano de 1989 era o primeiro ano de eleições diretas para presidente da República e diante da crise econômica em que o país se encontrava, os brasileiros foram às urnas com a esperança de eleger um candidato, através de voto direto, que pudesse resolver a crise econômica que tomava conta do país. Nesse sentido, mais de 72 milhões de eleitores foram às urnas e elegeram o candidato Fernando Collor de Mello um pequeno partido, o PRN, presidente da República que em segundo turno venceu o candidato do PT, Luis Inácio Lula da

Silva. Tal eleição marcou o fim do longo processo de transição política democrática por que passou o Brasil no período de 1974 a 1989.

CAPÍTULO 3 – A ORIGEM E A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO PMDB

O PMDB surgiu em um contexto de autoritarismo, no qual a liberdade de organização partidária estava cerceada, o que fez com que a legenda adquirisse, desde sua criação, a feição de uma frente oposicionista ampla e genérica. Tal fato influenciou profundamente a história do partido ao agregar oposicionistas das mais variadas matizes ideológicas. Outra característica marcante do PMDB é o fato de ser o partido mais antigo do atual sistema partidário brasileiro, o único sobrevivente à ditadura militar.

Nesse capítulo buscarei reconstruir a história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), analisando seus programas políticos, seu estatuto e atas de reuniões. A partir da análise de tais documentos busco ressaltar como se compõe a estrutura organizacional do partido, no decorrer de sua história

3.1. GÊNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO

O PMDB é fruto da reforma partidária de 1979 que pôs fim ao bipartidarismo imposto pelos militares durante o período autoritário (1964-1985). Tal reforma através da Lei nº 6.767, de 20/12/1979 extinguiu o sistema partidário vigente, restabelecendo o multipartidário e dando o prazo de 180 dias para a reorganização dos novos partidos. A lei exigia ainda, que as novas organizações partidárias colocassem a palavra “partido” antecedendo seus nomes. Essa mudança no sistema partidário brasileiro foi encarada como uma manobra do governo militar para tentar deter o crescimento da oposição a partir das eleições de 1974. Dessa forma, o MDB se transformou em PMDB e a ARENA foi extinta, dando origem ao PDS.

O acréscimo da letra P ao nome do MDB foi a resposta dada pela oposição a manobra do governo. O partido buscou dessa forma preservar sua imagem de “Partido das mudanças” e de líder na luta em prol da redemocratização do país. Já a ARENA, em uma tentativa de se desvencilhar da

imagem de partido do governo autoritário, mudou seu nome para Partido Democrata Social (PDS).

Desde o início, os peemedebistas se autodefiniam como a oposição histórica e ressaltavam que sua principal meta era a redemocratização do país. Em seu manifesto de fundação o partido reafirma tal postura:

“O MDB foi o grande instrumento das oposições. Cresceu apesar de todas as adversidades, até tornar-se pelo voto, representante inequívoco da maioria da Nação. Superou todos os casuísmos com que se procurou detê-lo, até que o governo teve que recorrer ao expediente fascista e final da dissolução partidária. (...) Portanto, o PMDB deseja ser o grande instrumento de aprofundamento da resistência democrática e será sobretudo o estuário de todas as correntes do pensamento livre, inconformadas com a tutela a que a Nação está submetida. (...) O PMDB será o caminho das oposições que compreendem que a luta contra o autoritarismo há de ter seu desfecho não apenas na reconstituição do Estado, mas na democratização da sociedade, através de um engajamento cada vez mais combativo e organizado de todos os brasileiros e em especial das camadas populares e da classe média”.¹²

A partir de tal manifesto é possível afirmar que o PMDB fez da herança emedebista sua principal bandeira para conquistar apoio político e da luta pela redemocratização o tema central de sua agenda política.

“O PMDB prosseguirá e intensificará a luta travada pelo MDB em prol das grandes teses democráticas: manutenção do calendário eleitoral, eleições diretas em todos os níveis, defesa da autonomia dos municípios e fortalecimento da federação, democratização do ensino, anistia ampla geral e irrestrita, liberdade de informação, restauração dos poderes do Congresso e convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte”.¹³

O PMDB continuou abrigando, a exemplo do MDB, políticos das mais variadas opiniões e posições políticas e ideológicas, coexistindo dentro do partido desde integrantes de partidos clandestinos, como o MR-8, o PCB e o PC do B até políticos egressos da ARENA. Um fato importante e que demonstra a heterogeneidade das ideologias dentro do PMDB diz respeito à fusão, em 1982, com o Partido Popular (PP), na época liderada pelo então senador Tancredo Neves. Tal fusão gerou polêmicas até mesmo dentro do partido, haja vista que,

¹² “Manifesto dos fundadores do PMDB à Nação”, publicado na Revista do PMDB, n. 1, julho de 1981.

¹³ Idem.

alguns integrantes da legenda não eram a favor da união entre PMDB e PP, pois julgavam o este partido como um aliado do regime autoritário.

A fusão PP-PMDB se originou a partir da decretação do chamado “Pacote de Novembro”, documento editado pelo governo federal, em novembro de 1981, em mais uma tentativa de diminuir as chances de vitória da oposição, nas urnas, no pleito de 1982. Dentre as medidas contidas em tal pacote estava: a proibição de coligações partidárias, a obrigatoriedade de os partidos lançarem candidatos em todos os níveis, de governador a vereador.

A primeira eleição disputada pelo PMDB ocorreu em 1982 e significou a volta das eleições diretas para os governos estaduais. Ao final desse pleito, o partido conquistou o governo de vários estados¹⁴ e continuou fazendo oposição ao governo federal.

Em reunião da Comissão Executiva do Diretório Nacional, realizada em 1/12/1982, o partido fez um balanço do resultado eleitoral de 1982 e discutiu medidas para o fortalecimento da legenda em âmbito nacional. Os deputados federais Francisco Pinto (PMDB-BA) e Tarcísio Delgado (PMDB-MG), na época, afirmaram que os governadores recém-eleitos tinham a responsabilidade de fortalecer o partido nacionalmente e que tantos os deputados peemedebistas como os governadores deveriam unificar seu discurso em prol do crescimento do partido¹⁵. Dessa forma, os governadores eleitos passaram a ocupar dentro da agremiação um lugar de destaque - haja vista que eles estariam em permanente contato com o governo federal – ganhando poder de decisão nas questões que envolviam os rumos que o partido tomaria.

A eleição de 1982 além de representar maior poder aos governadores peemedebista dentro da sigla destacou também um aumento nas divergências internas do PMDB. Numa tentativa de solucionar a clivagens internas, o Diretório Nacional convocou uma reunião a ser realizada no dia 20/9/1983. Nessa reunião mais uma vez alguns parlamentares afirmaram a necessidade de unificação do

¹⁴ O PMDB passou a comandar os seguintes estados: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo.

¹⁵ Ata da reunião da Comissão Executiva do Diretório Nacional, realizada em 1/12/1982.

discurso peemedebista e criticaram a postura subserviente de alguns governadores eleitos perante o governo federal.

É importante ressaltar que a expressiva vitória dos peemedebistas nas eleições de 1982, somada ao desempenho eleitoral em 1974 e a mobilização de suas lideranças foram de fundamental importância para o movimento das *Diretas Já* que, conforme relatado no capítulo anterior, exigia o retorno das eleições diretas para Presidente da República. E que mesmo este movimento tendo sido derrotado em 1984, quando a Emenda Dante de Oliveira foi reprovada no Congresso Nacional, tal processo resultou na eleição indireta, através do Colégio Eleitoral, da chapa de Tancredo Neves e José Sarney para a presidência da República, representando assim, a volta de civis ao executivo federal.

O melhor desempenho atingido pelo PMDB após a consolidação da transição democrática ocorreu nas eleições estaduais de 1986, onde o partido conquistou o governo de 21 dos 23 estados existentes naquela época. Essa eleição representou também a constituição de um novo Congresso, com poderes constituintes e a renovação dos parlamentares, que em 1987 participariam da Assembléia Nacional Constituinte¹⁶. Vale ressaltar que o PMDB era a maior bancada do Congresso, fato que rendeu ao partido os cargos de presidente e 1º vice-presidente da Constituinte, nas figuras de Ulysses Guimarães e Mauro Benevides, respectivamente.

Os trabalhos para a elaboração da Nova Constituição começaram no dia 1/2/1987 e perduraram por 18 meses até sua promulgação em 5/10/1988. Dentre as principais conquistas da nova Carta Magna estão: a ampliação e fortalecimento da garantia de direitos individuais e liberdades públicas; aos cidadãos ficou assegurada a total liberdade de pensamento, expressão e organização; foi abolida a censura aos meios de comunicação, foram condenados o racismo, o terrorismo e o tráfico de drogas; manteve-se a

¹⁶ A Assembléia Nacional Constituinte foi convocada através da Emenda Constitucional nº 26, de 1985.

República Federativa como sistema de governo¹⁷; independência entre os três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário; eleições diretas para todos os níveis; voto aos analfabetos e aos jovens com mais de 16 anos; limite da jornada de trabalho semanal de 44 horas; licença maternidade de 120 dias e criação da licença paternidade.

Durante o processo constituinte foi possível mais uma vez observar divisões dentro do PMDB. Parlamentares do partido discordavam de algumas questões consideradas polêmicas no processo de elaboração da nova constituinte, tais como: sistema de governo (manutenção do presidencialismo), mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e a reforma agrária. Em mais uma tentativa de unificar o discurso de seus parlamentares, a Executiva Nacional do partido convocou uma Convenção Nacional a ser realizada em julho de 1987 com o objetivo de discutir o posicionamento que o PMDB adotaria no processo de elaboração da Constituição. No entanto, mesmo sendo o partido do presidente da República, o PMDB não conseguiu se manter coeso e fiel ao governo na votação da Constituinte.

“O posicionamento dos parlamentares peemedebistas diante de algumas questões tratadas na Constituinte se dividiu da seguinte forma: manutenção do presidencialismo – 145 votos sim, 148 não e 2 abstenções; cinco anos para Sarney – 168 votos sim, 123 não e 2 abstenções; nacionalização da mineração – 211 votos sim, 41 não e 9 abstenções; direito irrestrito de greve – 133 votos sim, 29 votos não e 5 abstenções; reforma agrária – 85 votos sim, 83 não e 8 abstenções”. (KINZO, 1993, p. 27)

Diante das divergências internas geradas nesse processo, alguns parlamentares deixaram o PMDB, em junho de 1988 para fundar um novo partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Dentre os dissidentes estavam: os então senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa; os deputados José Serra, Pimenta da Veiga, Euclides Scalco e o ex-governador de São Paulo Franco Montoro (NICOLAU, 1996, p. 24).

¹⁷ Embora o regime presidencialista tenha sido mantido e posteriormente confirmado em plebiscito, em 1993, o Executivo federal passou a ter menos poderes em relação às constituições anteriores e os estados e municípios foram fortalecidos através de uma redistribuição de impostos.

Para Celso Roma, no entanto, explicar o surgimento do PSDB apenas como resultado de divergências ideológicas não é uma explicação consistente. Segundo ele, a melhor explicação para o surgimento do PSDB é a seguinte:

“Tratou-se da cisão de um grupo de deputados federais e senadores que acreditavam somente ter possibilidade de conquistar cargos no governo federal, principalmente a presidência da República, aproveitando-se do capital político acumulado pelo e no PMDB, mas por meio de outro partido. Nesse contexto, as lideranças peemedebistas apresentaram-se, na sua origem, com um discurso de centro-esquerda, diferenciando-se do governo José Sarney, do qual estavam excluídos, e da sua base de sustentação formada por parlamentares de centro-direita, filiados ao PMDB e PFL”. (ROMA, 2002)

Após a promulgação da nova Constituição, em 5/10/1988, foi a vez do retorno as eleições diretas para presidente da República ganhar espaço na agenda política da transição e causar novas clivagens internas dentro do PMDB. Quatro peemedebistas se apresentaram na Convenção Nacional, em abril de 1989 como possíveis candidatos pelo a vaga de presidente do país. São eles: Álvaro Dias; Íris Rezende; Valdir Pires e Ulysses Guimarães. Depois de uma votação acirrada dentro do partido, o então presidente do PMDB, o deputado Ulysses Guimarães foi escolhido como o candidato à presidente pela legenda. Para compor a chapa junto com Ulysses, a Comissão Executiva Nacional indicou o ex-governador da Bahia Valdir Pires como candidato a vice-presidente.

Nas eleições de 1989, o PMDB se apresentou como o partido comprometido com os compromissos históricos que resultaram na redemocratização do Brasil, no entanto, esse discurso não empolgou o eleitorado brasileiro, haja vista que seu candidato apresentou um fraco desempenho na disputa eleitoral, conquistando apenas 4,7% dos votos para presidente da República.

Logo após a derrota nas urnas, a Comissão Executiva Nacional convocou os peemedebistas para avaliar o desempenho do partido e definir quem o partido apoiaria no segundo turno do pleito: Fernando Collor ou Lula. E mais uma vez o partido se mostrou dividido quanto a que rumo seguir. Posteriormente a várias reuniões e críticas de alguns peemedebistas, a Executiva Nacional – que era a instância definidora do partido, divulgou uma nota recomendando o

voto em Lula. O vencedor das eleições de 1989 foi Fernando Collor de Mello, a quem o PMDB, em reunião da Comissão Executiva Nacional realizada em 3/1/1990, decidiu fazer oposição. Nessa ocasião, a Comissão Executiva Nacional divulgou uma nota em que afirmava que

“O PMDB foi destinado pelo resultado das últimas eleições à tarefa relevante da oposição política ao governo eleito, o que fará com o patriotismo dos seus compromissos históricos e a firmeza que o momento exige e o Brasil espera. O cumprimento da missão oposicionista obriga a todos os militantes indistintamente, e o seu desrespeito implicará desligamento do partido, sem prejuízo de outros procedimentos estatutários”¹⁸.

A eleição de 1989 representou o fim do processo de transição democrática brasileiro. A partir daquele momento deixava de existir o principal incentivo coletivo dos peemedebistas, a luta pela redemocratização (FERREIRA, 2002). Foi possível observar ao fim desse processo que o PMDB vivia uma situação ambígua diante do Executivo federal desde o Governo Sarney – graças as constantes clivagens internas em relação a que posição seguir, se apoiar ou fazer oposição – no entanto, o partido tinha a maior bancada na Câmara dos Deputados e uma quantidade significativa de governadores eleitos.

Para Ferreira (2002), ao final do processo de elaboração da Constituinte e após a eleição de Fernando Collor, o PMDB não conseguia estabelecer consensos mínimos ou estratégias de ação a serem encetadas perante o governo então recém-eleito e passava por uma crise de legitimidade e autoridade de sua Comissão Executiva Nacional que não conseguia controlar minimamente seus membros. Tal crise parece perdurar até os dias de hoje, haja vista as constantes divergências do partido em relação a que direção seguir quando o assunto é apoiar ou fazer oposição ao governo federal e lançar ou não candidatura própria a presidência da República.

¹⁸ Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional realizada em 3/1/1990.

3.2. OS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS PEEMEDEBISTA

De acordo com Ferreira (2002), duas características marcantes dos programas de governo do PMDB têm sido a defesa tanto de idéias de cunho nacionalista quanto a necessidade de se implementarem políticas de desenvolvimento para diminuir as desigualdades sociais existentes no país. Nesse sentido, o partido reserva ao Estado um papel importante, o de agente econômico importante e um dos principais fomentadores e implementadores de políticas de desenvolvimento.

Devido a sua formação, trajetória política e postura adotada, o PMDB pode ser caracterizado como uma organização partidária de centro e como um partido que sempre preconizou a democracia como um valor. Por ser originário de uma ampla frente política que congregou diversas posições político-ideológicas, o PMDB jamais assumiu posturas extremadas e acaba tornando necessária uma constante negociação entre as diferentes correntes dentro do partido

O PMDB teve seu primeiro programa de governo aprovado na Convenção Nacional realizada em dezembro de 1980, logo após sua criação. Tal programa tinha como tônica a agenda de transição política e era intitulado “*Esperança e Mudança*”, em alusão à questão da democratização do país e ao papel do partido como agente de mudança nesse processo. Tal programa afirmava que

“A sociedade brasileira anseia pela democracia, luta por ela, sonha com ela. [...] O PMDB é e deseja ser, cada vez mais, um canal de condensação de interesses sociais e, para isso, oferece à sociedade um projeto global coerente. Um projeto que almeja a transformação democrática da vida nacional”.¹⁹

O PMDB defendia assim, uma postura mais nacionalista e políticas públicas que garantissem um papel mais ativo do Estado em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do Brasil. No tocante à economia, o programa propunha um investimento público na área de infraestrutura, bem como uma nova política salarial que promovesse uma melhor

¹⁹ *Esperança e Mudança*, Programa Partidário do PMDB, lançado em 1980.

distribuição de renda. Essas idéias de cunho nacionalista e desenvolvimentista estão presentes também nos programas de governo mais recentes do partido.

“A formulação de uma política industrial é necessidade impostergável. O PMDB defende a implantação de uma política nacionalista, apoiada no planejamento consistente do investimento público (notadamente para as áreas de energia, infra-estrutura e sistema de transportes). [...] Planejamento estratégico também faz falta crucial ao setor de mineração. Não podemos permitir que nossas riquezas não-renováveis venham a ser exportadas sem critério, sem planejamento com concessões inaceitáveis ao capital estrangeiro sob a pressão das condições sufocantes da dívida externa. [...] Uma política mineral nacionalista e coerente deve assegurar o suprimento a longo prazo para a indústria nacional e deve maximizar o processamento industrial das matérias primas, visando exportar produtos de alto valor agregado”.²⁰

“

Em março de 1996, na Convenção Nacional do partido foi apresentado um novo programa de partidário, intitulado *Democracia com Desenvolvimento: novo programa doutrinário do PMDB*, e que permanece até hoje. O novo programa reafirmava o compromisso do partido com um projeto nacional de desenvolvimento, enfatizando o papel do Estado na sua condução.

“O PMDB é um partido genuinamente brasileiro e popular. Ele foi estuário da resistência democrática que retirou o Brasil da ditadura e o colocou na democracia. Hoje, o partido continua sendo o veículo da mudança. A esperança não se chama mais anistia, nem Diretas Já ou Constituinte. O novo nome da esperança é desenvolvimento”.²¹

O partido traçou algumas diretrizes, divididas em quatro capítulos ao longo do programa, com o intuito de pensar a democracia no contexto da sociedade brasileira. No primeiro capítulo, intitulado “Reformas para consolidar a democracia”, o partido afirma defender um “presidencialismo democrático”, apregoando que:

“O PMDB lutará por uma melhor distribuição nas competências legislativas entre a Presidência da República e o Congresso Nacional. Por um lado, lutará para restringir e definir com maior precisão as hipóteses em que o Presidente pode expedir Medidas Provisórias, para que seja revisto o papel presidencial na iniciativa e no término do processo legislativo, e para que se reduzam as amplas delegações legislativas feitas pelo Congresso à Presidência da República”.²²

²⁰ Idem.

²¹ Democracia com Desenvolvimento: novo programa doutrinário do PMDB, lançado em 1996.

²² Idem.

O partido defendia também o voto obrigatório, a fidelidade partidária, um sistema eleitoral misto, que combinasse voto distrital majoritário com sistema proporcional e o financiamento público de campanhas, limitando a contribuição privada apenas como um recurso suplementar.

No segundo capítulo o partido trata da questão da soberania nacional e enfatiza o papel do Estado.

“Realidade incontrastável do mundo contemporâneo, o Estado é, para várias questões de interesse vital, a última instância de apelação, tanto interna quanto externamente. A construção da democracia, a realização de objetivos econômicos na lógica do capitalismo, a possibilidade mesma da convivência social, a paz e a guerra entre as nações, para citar alguns exemplos, demandam a existência de Estado e o controle social sobre ele”.²³

Ainda nesse sentido, o partido define a moeda nacional como “símbolo por excelência da soberania nacional”.

Através do terceiro capítulo de seu programa partidário é possível afirmar que o PMDB defende um modelo de desenvolvimento nacional em que o Estado desempenhe um planejamento estratégico.

“O PMDB discorda da posição que os grandes conglomerados e o capital financeiro, coordenado por organismos multilaterais, estão tornando os Estados Nacionais obsoletos. Os instrumentos de política econômica, fundamentos no princípio da soberania e sob o controle do Estado, continuam indispensáveis ao desenvolvimento, mesmo na lógica capitalista. [...] Em todas as nações bem-sucedidas, o Estado tem sido o grande regulador das atividades econômicas, estando a chave do sucesso na combinação de um máximo de competição com um máximo de planejamento. [...] A economia brasileira deve operar enquanto economia mista, combinando-se ações públicas e privadas da forma mais eficiente para promover o desenvolvimento econômico, social e político do país. [...] Direcionamento dos investimentos públicos para os setores considerados estratégicos ao desenvolvimento equilibrado do país. O PMDB considera fundamental a proteção à empresa brasileira de capital nacional, sem embargo à entrada de capital externo que venha se associar ao projeto nacional de desenvolvimento”.²⁴

Por fim, no quarto capítulo, denominado “*O Brasil no mundo*”, o partido defende que o país tenha um papel ativo em agências internacionais, como ONU, GATT, FMI e Banco Mundial. Além disso, o país deve promover uma

²³ Idem.

²⁴ Idem.

maior integração com os demais países latino-americanos, visando preparar o Brasil para enfrentar os grandes blocos econômicos.

Analisando os programas partidários do PMDB pode-se observar que seu perfil programático não apresentou grandes mudanças ao longo dos anos, sempre tendo como eixo central o compromisso com a democracia e com o desenvolvimento nacional, reservando ao Estado um papel estratégico na estruturação e condução do crescimento econômico. No entanto, na prática de suas ações, nem sempre o partido agiu conforme seu programa. Como veremos no capítulo seguinte há diversas ocasiões em que os peemedebistas desobedeceram às posições programáticas do partido.

3.3. A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E AS REGRAS ESTATUTÁRIAS PEEMEDEBISTA

A estrutura organizacional do PMDB é composta com bases nas regras estatutárias do partido e possui os seguintes órgãos: as convenções, os diretórios, o conselho nacional, as comissões executivas, as comissões de ética e disciplina e as bancadas parlamentares. Toda essa estrutura compreende os níveis nacional, estadual e municipal. Fazem parte também das instâncias de organização da legenda o Conselho Fiscal e a Fundação Ulysses Guimarães, considerados como órgãos de apoio, cooperação e ação partidária.

A Convenção Nacional representa a instância máxima do partido e é formada por membros do Diretório Nacional, pelos delegados dos estados, pelos representantes do PMDB no Congresso Nacional e por membros do Conselho Nacional que não fazem parte do Diretório Nacional. São funções desse órgão: fixar as diretrizes de ação do partido; escolher ou proclamar, quando ocorrer eleição previa, os candidatos do partido à presidência e/ou vice-presidência da República; decidir sobre a coligação com outros partidos; analisar e aprovar o estatuto e o programa partidário, bem como decidir sobre possíveis alterações do estatuto, do programa e do código de ética do PMDB.

Já o Diretório Nacional do partido é composto pelos presidentes dos Diretórios Estaduais, pelos líderes das bancadas no Congresso Nacional e pelos ex-presidentes da Comissão Executiva Nacional. Seus 119 membros titulares e os 40 membros suplentes são eleitos através da Convenção Nacional do PMDB. São funções atribuídas ao Diretório Nacional: convocar, através da Comissão Executiva Nacional, a Convenção Nacional e estabelecer as regras para o seu funcionamento; aprovar o hino, as cores e símbolos que serão utilizados nacionalmente pelo partido; eleger os membros titulares e suplentes da Comissão Executiva Nacional; e caso haja necessidade, decidir a respeito de recursos interpostos às decisões do Conselho Nacional.

De acordo com as regras estatutárias do partido, a Comissão Executiva Nacional é responsável pela direção das atividades do PMDB em âmbito nacional. Seus membros são eleitos de forma majoritária, onde a chapa que obtiver maioria absoluta dos votos é a vencedora. Ao todo a Comissão é formada por 15 membros, a saber: um presidente, um primeiro, um segundo e um terceiro vice-presidentes; um secretário-geral; um primeiro e um segundo secretários; um tesoureiro, um tesoureiro adjunto, quatro vogais e os líderes das bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Já ocuparam a direção nacional do PMDB nomes como: Ulysses Guimarães (SP), que permaneceu no cargo por 19 anos; o ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia (de março de 1991 a abril de 1993); o ex-senador de São Paulo, José Fogaça (de abril a setembro de 1993); o senador por Santa Catarina, Luiz Henrique (de setembro de 1993 a outubro de 1995); o ex-deputado e presidente de honra do partido, cearense Paes de Andrade (de outubro de 1995 a setembro de 1998); o ex-senador paraense, Jader Barbalho (de setembro de 1998 a outubro de 2001); o atual vice-presidente da República, Michel Temer (SP) que desde 2001, vem ocupando a presidência do partido (9/2001-3/2004, 3/2004-3/2007, 3/2007-3/2009, 3/2009-3/2013²⁵).

²⁵ Após ser eleito vice-presidente da República na chapa da petista Dilma Rousseff, Michel Temer se licenciou do cargo de presidente nacional do PMDB. Quem assumiu em seu lugar foi o então senador Valdir Raupp.

As diversas composições da Comissão Executiva Nacional do PMDB refletem as diversas clivagens internas e regionais do partido. O fato de o partido ter como uma de suas principais características as inúmeras disputas internas, aliado à questão de que nenhuma das correntes conseguiu se tornar majoritária fez de sua direção um “grande mosaico” (FERREIRA, 2002). As diferentes tendências e regiões que integraram o partido ao longo de sua história se fizeram representar na Executiva Nacional.

Por sua vez, a Fundação Ulysses Guimarães²⁶ – criada em 1981 e com sede nacional em Brasília - tem a função de organizar simpósios, cursos e seminários; criar e manter publicações; patrocinar pesquisas, estudos e trabalhos de ciência política, econômica e social; assessorar parlamentares, dirigentes partidários, correligionários e militantes; assessorar as direções e os órgãos partidários do PMDB. O estatuto do partido permite a criação de representações regionais da Fundação desde que estas sejam autorizadas pela entidade nacional. Sua administração é composta por dois órgãos: o Conselho Curador e a Diretoria Administrativa. A Fundação se mantém financeiramente com 20% dos recursos do fundo partidário, destinados à Comissão Executiva Nacional, bem como de doações e rendas provenientes da exploração de seus bens ou da prestação de serviços. Já ao Conselho Fiscal compete examinar e emitir pareceres sobre a contabilidade do partido. É formado por três membros e três suplentes filiados ao PMDB.

No tocante ao estatuto do PMDB, aprovado em Convenção Nacional, em dezembro de 1980 é possível afirmar que ao longo dos anos este não sofreu grandes alterações. O estatuto somente passou por pequenas mudanças em 1993 e 1996.

As alterações realizadas em 1993 tinham como objetivo reduzir as diversidades ideológicas e regionais do partido, através de uma ampliação na composição do Diretório Nacional. Dessa forma, o estatuto passou a adotar um

²⁶ De sua criação em 1981 até agosto de 2000, a Fundação chamava-se Pedrosa Horta. A decisão de mudar o nome para Fundação Ulysses Guimarães foi deliberada pela Comissão Executiva Nacional do PMDB.

critério de representatividade regional e de proporcionalidade da bancadas federais à composição do Diretório Nacional. Aqui se pode perceber que a heterogeneidade de ideologias e as clivagens internas são tão presentes no partido que foram incorporadas até as suas regras estatutárias.

A segunda alteração no estatuto peemedebista ocorreu em 1996 tendo por objetivo adaptar a legenda a nova Lei dos Partidos (Lei nº 9.096/95), em substituição a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). No entanto, não foram notadas mudanças substanciais no que diz respeito à contabilidade, na definição de como devem ser distribuídos os recursos do Fundo Partidário.

O estatuto peemedebista prevê a existência de um Conselho Nacional que tem por objetivo tornar mais ágeis e legítimas as decisões partidárias mais importantes, sem perda da representatividade de todos os segmentos do partido. Dessa forma, o Conselho Nacional é composto por: membros da Comissão Executiva Nacional, presidentes dos Diretórios Estaduais, ex-presidentes nacionais, e, sendo filiados ao partido, ex-presidentes da República, os governadores dos estados, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, os ex-presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado e os ex-líderes do partido nessas duas casas. Dentre as competências desse Conselho estão: julgar recursos que lhe sejam interpostos de atos e decisões da Comissão Executiva Nacional ou dos Diretórios Estaduais; traçar a linha política e parlamentar de âmbito nacional a ser seguida pelos representantes do partido; definir, extraordinariamente, a posição e a linha do partido em situações políticas específicas não abrangidas por decisões anteriores dos órgãos partidários.

Ferreira (2002) afirma que o Conselho Nacional pode ser interpretado como um órgão partidário com a função de construir canais internos de negociação e decisão.

A partir da análise da atas, dos programas partidários e estatuto do PMDB foi possível perceber que tanto os debates internos como as reuniões do partido eram mais frequentes no período da transição democrática. Isso não quer dizer que após a transição política as disputas internas tenham-se tornado

menos intensas. Na verdade é possível dizer que essa situação se aprofundou a partir da gestão do ex- deputado federal Paes de Andrade como presidente do partido. Paes de Andrade era contra a participação do PMDB no governo do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no entanto a maioria dos parlamentares que compunham a bancada peemedebista no Congresso Nacional era a favor da participação do partido no governo peessedebista. O então senador Jader Barbalho, membro da ala governista do partido, chegou a dá a seguinte declaração:

“Naquele momento [durante a gestão de Paes de Andrade], a dissidência estava na presidência; houve um conflito enorme, pois, se o presidente era um dissidente, ele evidentemente estava discordando da maioria. As dificuldades que o partido tinha naquele momento eram enormes. Neste momento ouvimos a todos, colhemos as decisões da maioria e a direção do partido se sustenta, na maioria das vezes sua situação é legitimada. O conflito havia porque a dissidência estava na presidência”²⁷.

Essas clivagens internas entre direção nacional do partido e suas bancadas no Congresso Nacional podem ser explicadas a partir do fato de que os líderes das bancadas peemedebistas, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados integram todas as instâncias organizacionais do partido com poder de deliberação, decisão e direção. Mesmo tendo, segundo o estatuto do partido, o poder máximo de decisão nos rumos que a legenda deve seguir, a Comissão Executiva Nacional sofre interferência dos líderes da bancadas no Congresso Nacional, haja vista que estes fazem parte de sua composição. Dessa forma, quando a direção da Comissão Executiva Nacional do partido diverge da opinião dos demais integrantes da legenda, em especial da dos líderes peemedebista no Congresso Nacional, ocorrem dissidências no PMDB.

²⁷ Essa declaração de Jader Barbalho foi dada em entrevista a Denise Paiva Ferreira em 14/11/2000 para a pesquisa que a professora da Universidade Federal de Goiás realizava na época e que resultou no livro intitulado PFL X PMDB: Marchas e contramarchas (1982 – 2000), e do qual extraímos esse trecho.

CAPÍTULO 4 - DESEMPENHO ELEITORAL DO PMDB

Os dados apresentados a seguir comprovam o sucesso eleitoral do PMDB ao longo de sua trajetória política e confirmam que ele se consolidou como um partido essencialmente parlamentar. Esta natureza parlamentar é fator fundamental na estratégia de desenvolvimento adotada pelo PMDB.

O desempenho eleitoral do PMDB será analisado nas eleições abaixo listadas e das quais o partido participou desde a sua criação:

- nas eleições para Prefeitos das capitais ocorridas nos anos de 1985, 1988, 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008²⁸;
- nas eleições para Deputados Federais, Senadores e Governadores ocorridas nos anos de 1986, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

Em todas elas o PMDB obteve bom desempenho eleitoral fazendo com que sua participação na base aliada do Executivo Federal se tornasse indispensável para manter a governabilidade.

4.1. ELEIÇÕES PARA OS GOVERNOS MUNICIPAIS

Nessa seção será analisado o desempenho eleitoral do PMDB nas eleições para os executivos municipais que ocorreram no período de 1985 a 2008.

²⁸ A análise do desempenho eleitoral peemedebistas na disputa por Prefeituras e Governos Estaduais é aqui feita com o objetivo de mostrar que o partido está presente em todo o território nacional.

4.1.1. ELEIÇÕES DE 1985

As eleições municipais de 1985 foram o primeiro teste eleitoral do PMDB após a redemocratização. Nesse pleito foram eleitos prefeitos para as capitais dos estados, de estâncias hidrominerais e das áreas de segurança nacional.

Herdeiros do MDB, os peemedebistas fizeram do passado de luta para restabelecer a democracia no país o carro chefe de suas campanhas. Ao todo nesse pleito o PMDB foi o partido que mais conquistou prefeituras, elegeu 127 prefeitos, sendo 19 capitais (RO, RR, AM, AC, AP, PA, MA, PI, MT, MS, RN, PB, AL, SE, BA, MG, ES, PR, GO).

Tabela 4.1 – Número de Prefeitos Eleitos por Partido em 1985.

ESTADO	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	PSB	TOTAL
AC	12	0	0	0	0	0	0	12
AM	6	3	1	0	0	0	0	10
AP	3	1	0	1	0	0	0	5
PA	8	1	0	0	0	0	0	9
RO	1	0	0	0	0	0	0	1
RR	7	0	0	0	1	0	0	8
NORTE	37	5	1	1	1	0	0	45
AL	1	0	0	0	0	0	0	1
BA	16	3	15	0	10	0	0	44
CE	5	5	0	0	0	1	0	11
MA	1	0	1	0	0	0	0	2
PB	0	0	1	0	0	0	0	1
PE	0	0	0	0	0	0	1	1
PI	1	1	0	0	0	0	0	2
RN	1	0	0	0	0	0	-	1
SE	1	0	0	0	0	0	-	1
NORDESTE	26	9	17	0	10	1	1	64
GO	2	0	0	0	0	0	0	2
MS	11	2	0	1	0	0	0	14
MT	4	0	1	0	0	0	0	5
CENTRO-OESTE	17	2	1	1	0	0	0	21
ES	1	0	0	0	0	0	0	1
MG	10	4	0	0	0	0	0	14
RJ	1	1	0	3	0	0	0	5
SP	2	2	0	0	1	0	0	5
SUDESTE	14	7	0	3	1	0	0	25
PR	13	0	0	0	0	0	0	13
RS	13	2	3	8	0	0	0	26
SC	7	0	0	0	0	0	0	7
SUL	33	2	3	8	0	0	0	46
TOTAL	127	25	22	13	12	1	1	201

FONTE: NICOLAU (1998).

O melhor desempenho peemedebista foi registrado na Região Norte, onde o partido elegeu 37 prefeitos, dos quais 6 foram em capitais (RO, RR, AM, AC, PA).

Tabela 4.2 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1985.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS
NORTE	37
NORDESTE	26
CENTRO-OESTE	17
SUDESTE	14
SUL	33
TOTAL	127

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.1.2. ELEIÇÕES DE 1988

Nas eleições municipais de 1988, pela primeira vez todos os municípios brasileiros elegeram seus prefeitos de forma direta. Essa também foi a primeira eleição sob após a promulgação da Constituição de 1988.

Nesse pleito, o PMDB não conseguiu atingir o mesmo sucesso de 1985. Mesmo alcançando o maior número de prefeitos, o partido perdeu espaço nas capitais, das 19 capitais conquistadas na eleição anterior, o PMDB conquistou apenas quatro (CE, GO, BA e PI). O desgaste do governo Sarney em razão do descontrole inflacionário é apontado como principal fator para esse declínio do partido nas capitais.

Essas eleições representam um crescimento da esquerda no país e projetaram no cenário político brasileiro nomes como Luiza Erundina e Leonel Brizola, vencedores nas maiores capitais do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Esse foi o primeiro pleito eleitoral que o PSDB participou, merecendo destaque sua vitória na capital mineira, Belo Horizonte, apenas cinco meses após sua criação.

Tabela 4.3 – Número de Prefeitos Eleitos por Partido em 1988.

ESTADO	PMDB	PFL	PDS	OUTROS ²⁹	TOTAL
AC	5	2	5	0	12
AM	17	13	0	31	61
AP	1	3	0	3	7
PA	43	6	17	38	104
RO	11	1	2	9	23
RR	0	5	0	3	8
TO	23	13	1	10	47
NORTE	100	43	25	94	262
AL	31	35	0	31	97
BA	111	134	12	104	361
CE	61	55	27	34	177
MA	35	52	10	30	127
PB	57	36	17	60	170
PE	50	62	2	45	159
PI	26	66	18	8	118
RN	36	45	14	7	151
SE	13	40	7	14	74
NORDESTE	420	525	107	381	1433
GO	109	25	4	49	187
MS	27	18	0	27	72
MT	34	24	2	15	75
CENTRO-OESTE	169	67	6	101	333
ES	16	24	5	21	66
MG	307	173	37	204	721
RJ	20	8	3	26	57
SP	201	129	59	183	572
SUDESTE	544	334	104	434	1416
PR	159	35	14	109	317
RS	134	16	113	68	331
SC	73	38	76	12	199
SUL	366	89	203	189	847
TOTAL	1599	1058	445	1190	4293

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Dessa vez, o melhor desempenho peemedebista foi na Região Sudeste, onde o partido conquistou 544 prefeituras. No entanto, nenhuma das vitórias nessa região foi em capitais. A região que o partido mais obteve vitória em capitais foi a Região Nordeste, na qual o partido elegeu os prefeitos de Fortaleza, Salvador e Teresina.

Tabela 4.4 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1988.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS
NORTE	100

²⁹ Inclui: PDT, PT, PTB, PSB E PSDB.

NORDESTE	420
CENTRO-OESTE	169
SUDESTE	544
SUL	366
TOTAL	1599

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.1.3. ELEIÇÕES DE 1992

As eleições municipais de 1992 foram disputadas sob o impacto do impeachment do então Presidente Fernando Collor, fato que beneficiou os partidos de esquerda, juntos elegeram 12 prefeituras de capitais. O PMDB novamente conseguiu eleger prefeitos apenas em 4 capitais, entre elas o Rio de Janeiro. Ao final do pleito o partido mais uma vez foi o que mais elegeu prefeitos, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 4.5 – Número dos Prefeitos Eleitos por Partido em 1992.

ESTADO	PMDB	PFL	PDS	PSDB	OUTROS ³⁰	TOTAL
AC	6	2	10	0	4	22
AM	21	4	1	5	21	52
AP	2	7	0	1	5	15
PA	56	6	10	3	42	117
RO	6	3	2	3	26	40
RR	0	0	1	1	5	7
TO	47	21	1	2	52	123
NORTE	138	43	25	15	155	376
AL	10	14	5	7	62	98
BA	67	134	25	12	177	415
CE	23	11	13	89	46	182
MA	15	44	0	8	69	136
PB	33	56	0	2	83	174
PE	33	56	0	2	83	174
PI	18	74	20	6	30	148
RN	43	52	19	3	34	151
SE	17	29	7	2	20	75
NORDESTE	259	470	89	131	604	1553
GO	131	17	7	3	74	232
MS	18	12	8	2	37	77
MT	11	44	5	0	57	117
CENTRO-OESTE	160	73	20	5	168	426
ES	17	4	4	4	42	71

³⁰ Inclui: PDT, PTB, PT, PL, PDC, PSB, PJ/PRN, PSC, PTR, PCB/PPS, PSD, PMB, PST, PRP, PMN, PV, PSL, PTdoB, PSDC, PRTB, PSN, PRONA e PTN.

MG	250	174	32	58	239	753
RJ	29	9	0	4	39	81
SP	300	73	74	57	120	624
SUDESTE	596	260	110	123	440	1529
PR	168	40	0	15	154	377
RS	163	16	117	2	129	427
SC	108	61	60	2	29	260
SUL	439	117	177	19	312	1064
TOTAL	1592	963	421	293	1679	4948

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

No tocante ao desempenho eleitoral por região, mais uma vez, o partido obteve maior êxito na Região Sudeste, conquistando 595 prefeituras. Já no que se refere às prefeituras de capitais, a Região Nordeste foi novamente a que o partido mais elegeu, conquistando duas capitais: Fortaleza e Recife. As outras duas capitais são: Rio de Janeiro, na Região Sudeste e Campo Grande, no Centro-Oeste.

Tabela 4.6 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1992.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS
NORTE	138
NORDESTE	259
CENTRO-OESTE	160
SUDESTE	596
SUL	439
TOTAL	1592

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.1.4. ELEIÇÕES DE 1996

No pleito de 1996, o PMDB foi vitorioso em cinco capitais, mostrando uma leve melhora no seu desempenho. Pela terceira vez, o partido elegeu um prefeito na capital cearense, mostrando seu predomínio nessa capital. As demais capitais conquistadas pelo partido são: Aracaju, João Pessoa, Campo Grande e Rio Branco.

Tabela 4.7 – Número dos Prefeitos Eleitos por Partido em 1996.

ESTADO	PMDB	PFL	PSDB	PPB	PDT	PTB	PL	PSB	PSD	OUTROS ³¹
AC	9	4	0	5	0	0	0	0	0	4
AP	0	2	5	0	1	0	3	3	0	2
AM	6	12	2	22	0	9	2	0	0	8
PA	29	14	35	8	11	8	2	5	1	9
RO	18	4	8	5	6	4	0	1	0	6
RR	2	0	1	6	0	4	1	0	0	1
TO	37	32	16	41	2	7	2	0	0	1
NORTE	101	68	67	87	20	32	10	9	1	31
AL	20	9	20	7	3	2	2	10	13	15
BA	48	124	22	27	8	85	64	6	0	30
CE	22	11	78	17	10	2	4	3	30	7
MA	25	25	12	6	4	14	3	4	17	12
PB	101	53	22	5	21	2	9	4	0	6
PE	9	47	10	5	17	4	2	79	0	11
PI	41	77	24	41	6	20	3	3	0	6
RN	48	41	15	24	1	1	24	1	0	5
SE	12	17	20	7	1	2	2	3	1	10
NOR-DESTE	326	404	223	139	71	132	113	113	61	102
GO	107	23	28	28	1	8	21	0	20	4
MT	27	33	19	3	24	12	0	0	0	8
MS	28	13	19	3	4	7	0	0	0	3
CENTRO OESTE	162	69	66	34	29	27	21	0	20	15
ES	19	5	19	6	12	3	3	5	1	4
MG	205	162	209	54	43	64	43	6	12	55
RJ	13	12	27	10	10	2	4	5	2	6
SP	109	105	221	54	26	41	22	9	19	39
SUDES-TE	346	284	476	124	91	110	72	25	34	104
PR	75	36	73	35	111	54	4	0	0	11
RS	158	21	5	142	85	24	2	3	0	27
SC	127	52	11	64	29	3	0	0	0	7
SUL	360	109	89	241	225	81	6	3	0	45
TOTAL	1295	934	921	625	436	382	222	150	116	342

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Dentre as regiões, o partido apresentou melhor desempenho na Região Sul, conquistando 360 prefeituras. Esse desempenho está bem próximo do registrado nas regiões Sudeste e Nordeste, o PMDB elegeu respectivamente 346 e 326 prefeitos nessas regiões. Mais uma vez o menor número de prefeituras peemedebistas foi registrado na Região Norte, 101 prefeitos.

³¹ Inclui: PT, PSC, PPS, PRP, PMN, PV, PSL, PTdoB, PSDC, PRTB, PSN, PRONA e PTN.

Tabela 4.8 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1996.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS
NORTE	101
NORDESTE	326
CENTRO-OESTE	162
SUDESTE	346
SUL	360
TOTAL	1295

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.1.5. ELEIÇÕES DE 2000

As eleições municipais de 2000 trouxeram algumas novidades: foram as primeiras com a possibilidade de reeleição imediata dos prefeitos eleitos em 1996, graças à emenda constitucional aprovada em 1997 e as primeiras em que foram usadas urnas eletrônicas em todo o país.

A situação peemedebista sofreu poucas alterações, apesar do seu número de prefeituras ter diminuído um pouco em relação aos eleitos em 1996 (1295 prefeituras), continuo sendo o partido sendo o partido que elegeu o maior número de prefeitos (1257 prefeituras).

Tabela 4.9 – Número dos Prefeitos Eleitos por Partido em 2000.

ESTADO	PMDB	PFL	PSDB	PPB	PTB	PDT	PL	PT	PSB	OU-TROS ³²
AC	5	2	3	5	0	0	0	7	0	0
AP	2	1	2	0	1	3	1	0	5	1
AM	14	18	8	1	9	0	9	0	0	3
PA	35	4	46	11	14	12	5	6	4	6
RO	13	11	4	3	4	6	0	6	3	2
RR	1	5	3	1	2	0	0	0	0	3
TO	12	56	22	37	4	0	2	2	0	4

³² Inclui: PPS, PSD, PSC, PST, PSL, PRP, PV, PSDC, PMN, PTdoB, PHS, PRTB, PRN, PTN, PCdoB, PAN.

NORTE	82	97	88	58	34	21	17	21	12	19
AL	17	13	30	3	4	8	2	0	13	12
BA	32	125	25	42	74	2	71	7	6	33
CE	12	11	83	10	7	0	1	2	3	55
MA	52	73	17	10	16	7	4	2	4	32
PB	83	59	23	14	11	20	5	2	1	5
PE	44	46	29	6	1	3	1	4	32	32
PI	47	64	50	25	15	1	4	1	2	13
RN	55	35	11	37	1	4	12	1	6	5
SE	15	19	21	2	0	1	2	2	3	10
NOR- DESTE	357	445	289	149	129	46	102	21	70	183
GO	63	37	61	3	4	1	1	1	0	21
MT	21	27	54	2	5	4	1	2	1	22
MS	25	5	23	1	1	9	0	11	0	2
CENTRO OESTE	109	69	138	6	10	14	2	14	1	45
ES	18	14	19	3	4	5	3	0	6	6
MG	232	152	137	49	73	38	61	34	14	63
RJ	14	4	11	9	3	34	1	1	8	7
SP	111	89	178	34	72	21	32	38	12	58
SUDES- TE	375	259	345	95	152	98	97	73	40	134
PR	81	85	96	29	41	19	0	10	3	35
RS	139	15	15	174	31	78	3	35	7	0
SC	114	58	58	73	1	12	2	13	0	1
SUL	334	158	130	276	73	109	5	58	10	36
TOTAL	1257	1028	990	584	398	288	223	187	133	417

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Seu desempenho nas capitais foi igual ao do pleito anterior, conquistando quatro capitais (Campo Grande, João Pessoa, Fortaleza e Rio Branco), novamente elegendo mais capitais na Região Nordeste.

Regionalmente, o partido saiu do pleito de 2000, menos concentrado, com 357 prefeitos no Nordeste, 375 no Sudeste e 334 no Sul. No entanto, o partido perdeu espaço no Norte, com 82 e no Centro-Oeste, com 109 prefeituras.

Tabela 4.10 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 1996.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS
NORTE	82
NORDESTE	357
CENTRO-OESTE	109
SUDESTE	375
SUL	334
TOTAL	1257

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.1.6. ELEIÇÕES DE 2004

As eleições de 2004 representaram novamente um declínio no número de prefeituras conquistadas pelo PMDB, fato que, no entanto, não tirou do partido a primeira posição em prefeituras conquistadas. O PSDB desbancou o PFL, se tornando o segundo partido que mais elegeu prefeitos, acirrando a polarização da política brasileira entre PT e PSDB.

Esse pleito representou o pior desempenho peemedebista nas capitais, das 1060 prefeituras conquistadas pelo partido, apenas 2 foram capitais: Campo Grande - pela quarta vez seguida o partido elege o prefeito da capital mato-grossense, e Goiânia. Entretanto, não mostrou o mesmo bom desempenho de eleições passadas nas capitais nordestinas. Dessa vez, o partido não elegeu nenhum prefeito nas capitais do Nordeste.

Tabela 4.11 – Número dos Prefeitos Eleitos por Partido em 2004.

ESTADO	PMDB	PSDB	PFL	PP	PTB	PT	PL	PPS	PDT	OU-TROS ³³
AC	1	2	0	1	2	10	2	2	0	2
AM	7	6	4	4	3	3	6	22	1	6
AP	1	0	0	2	2	3	0	0	5	3
PA	23	47	7	6	17	18	9	3	5	7
RO	9	10	4	0	12	7	1	1	4	4
RR	2	0	1	1	0	2	2	2	1	4
TO	19	23	24	10	11	16	22	5	1	8
NORTE	62	88	40	24	47	59	42	35	17	34
AL	17	15	1	5	19	2	6	7	4	26
BA	20	27	154	56	3	19	65	3	3	67
CE	18	70	5	9	6	12	5	38	3	18
MA	41	8	52	16	20	7	13	0	10	49
PB	47	43	43	8	28	4	22	4	9	15
PE	41	25	4	5	13	8	5	1	7	24
PI	44	34	59	15	20	7	10	17	8	9
RN	35	4	32	7	15	2	11	7	5	49
SE	6	5	26	3	8	4	7	5	5	6
NOR-DESTE	269	231	415	124	132	65	144	93	54	263
ES	12	6	4	4	6	5	2	14	4	21
MG	142	151	124	69	80	85	89	31	40	42
RJ	41	3	7	9	2	8	4	1	4	13
SP	89	195	74	28	65	57	34	36	23	45
SUDES-TE	284	355	209	110	153	155	129	82	71	121

³³ Inclui: PSB, PV, PRP, PMN, PSC, PHS, PSL, PTdoB, PTC, PSDC, PRTB, PCdoB, PRONA, PTN, PAN.

PR	121	51	25	37	24	29	10	34	44	24
SC	117	27	43	69	2	23	3	5	4	0
RS	137	17	18	134	31	43	3	5	97	11
SUL	357	95	86	240	57	95	16	44	145	35
MS	13	6	3	0	9	18	11	0	17	1
MT	9	8	21	23	12	7	12	43	2	4
GO	48	88	15	28	13	10	29	9	0	6
CENTRO										
OESTE	70	102	39	51	34	35	52	52	19	11
TOTAL	1060	871	789	549	423	409	383	306	306	464

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Regionalmente, o PMDB registrou melhor desempenho na Região Sul, elegendo 357 prefeituras e na Região Nordeste, com 269. Mais uma vez, o partido apresentou um fraco desempenho nas regiões Norte e Centro-Oeste, com 62 e 70 prefeituras, respectivamente.

Tabela 4.12 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 2004.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS
NORTE	62
NORDESTE	269
CENTRO-OESTE	70
SUDESTE	284
SUL	357
TOTAL	1060

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.1.7. ELEIÇÕES DE 2008

No pleito municipal de 2008, o PMDB melhorou seu desempenho geral em relação à eleição anterior, passando de 1060 prefeituras para 1201. O partido obteve também um crescimento nas vitórias em capitais, elegendo o prefeito de seis capitais: Salvador, Goiânia, Cuiabá, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Florianópolis, ficando atrás apenas do PT que conquistou sete capitais.

Tabela 4.13 – Número de Prefeitos Eleitos por Partido em 2008.

ESTADO	PMDB	DEM	PDT	PP	PR	PSB	PSDB	PT	PTB	OU-TROS ³⁴
AC	4	0	0	3	1	1	1	12	0	0
AM	24	2	0	4	9	1	3	6	2	10
AP	3	1	4	2	0	0	2	3	0	1
PA	39	6	9	6	17	4	12	27	14	14
RO	12	4	2	2	7	3	2	4	4	7
RR	1	0	0	0	2	1	8	1	1	1
TO	38	26	5	6	23	4	16	12	6	3
NORTE	121	39	20	23	59	14	44	65	25	36
AL	19	1	4	20	2	5	13	1	17	18
BA	115	43	8	37	41	18	26	66	14	49
CE	33	2	2	8	9	22	54	15	7	32
MA	16	18	64	10	9	9	25	9	9	48
PB	59	38	6	11	15	12	41	6	23	12
PE	10	19	9	4	29	48	18	8	31	8
PI	35	10	11	8	2	38	14	19	72	15
RN	37	17	7	19	17	44	4	4	7	11
SE	13	6	13	1	5	11	2	7	5	12
NOR-DESTE	337	154	124	118	129	207	197	135	185	205
ES	22	6	3	3	2	13	13	6	2	8
MG	120	98	52	55	76	13	158	110	67	104
RJ	35	5	5	14	3	3	8	10	1	7
SP	70	75	28	25	25	26	205	63	61	67
SUDES-TE	247	184	88	97	106	55	384	189	131	186
PR	135	21	39	40	21	12	42	32	23	33
SC	110	44	2	56	2	1	35	35	3	5
RS	143	13	65	147	0	12	19	61	31	5
SUL	388	78	106	243	23	25	96	128	57	43
MT	21	23	4	21	32	3	6	18	2	10
MS	28	4	9	1	8	2	11	10	3	2
GO	59	14	1	48	28	4	53	13	8	17
CENTRO OESTE	108	41	70	70	68	9	70	41	13	29
TOTAL	1201	496	408	551	385	310	791	558	411	499

FONTE: TSE.

O partido novamente melhorou seu desempenho nas regiões Norte e Centro-Oeste, bem como manteve crescente o número de prefeituras nas regiões Sul, Nordeste. Já o desempenho na região Sudeste mantém-se decrescente: em 2000 eram 357 prefeituras peemedebistas; em 2004, caiu para 284; e em 2008 apresentou nova queda, 247 prefeituras.

³⁴ Inclui: PCdoB, PHS, PMN, PPS, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTdoB, PV, PTN e PTC.

Tabela 4.14 – Distribuição dos Prefeitos Eleitos pelo PMDB, por Região em 2004.

REGIÃO	Nº DE PREFEITOS
NORTE	121
NORDESTE	337
CENTRO-OESTE	108
SUDESTE	247
SUL	388
TOTAL	1060

FONTE: TSE.

A partir dos dados observados é possível afirmar que apesar do crescimento de partidos como PT (de 0,1% em 1982 para 10% em 2008) e PSDB (de 0,4 em 1988 para 14% em 2008), e da crescente queda do PMDB, este permanece como o partido que mais elegeu prefeitos nos pleitos municipais. O partido conseguiu seu melhor desempenho no pleito de 1985, onde conquistou 63,2% das prefeituras e registrou seu pior índice nas eleições de 2004, com apenas 19,1%; no entanto, mesmo esse sendo seu pior desempenho, o partido foi o que obteve maior porcentagem de prefeituras.

Regionalmente os melhores desempenhos peemedebistas são registrados nas regiões Sul e Nordeste, em detrimento das regiões Norte e Centro-Oeste. Entretanto, a partir de 2000 o partido vem apresentando pequenas melhoras no seu desempenho nessas duas regiões, bem como vem sofrendo um declínio na região Sudeste.

4.2. ELEIÇÕES PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS

Até as eleições de 2010 o PMDB participou de oito eleições³⁵ para governadores desde sua criação em 1980. O Executivo Estadual não representa atualmente a maior força eleitoral do partido, mas a análise de seu desempenho serve para mostrar que o partido está presente em todo o território nacional e

³⁵ Este trabalho não analisará o desempenho eleitoral do PMDB nas eleições de 2010, devido ao fato de ser uma eleição recente e por isso os dados não foram completamente sistematizados. Também não será analisada a eleição de 1982, por falta de acesso a dados estatísticos corretos para essa eleição.

que o baixo desempenho nos governos estaduais, não afeta o sucesso eleitoral nas eleições para o Congresso Nacional.

4.2.1. ELEIÇÕES DE 1986

No pleito de 1986, o primeiro para executivo estadual após a redemocratização do país, o PMDB obteve o seu melhor resultado até hoje em eleições para esse cargo. O partido conquistou 22 das 23 vagas em disputa para governador em todo o país.

Tabela 4.15 – Número de Governadores Eleitos por Partido em 1986.

PARTIDO	Nº DE GOVERNADORES	%
PMDB	22	95,7%
PFL	1	4,3%
TOTAL	23	100%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

O excelente desempenho eleitoral peemedebista se deve em parte a euforia causada pelo sucesso Plano Cruzado, implantado pelo então presidente José Sarney (PMDB). Outro fator que contribuiu para a vitória expressiva da legenda foi seu passado de luta pela redemocratização do Brasil. Esse resultado comprovou a abrangência nacional do partido.

4.2.2. ELEIÇÕES DE 1990

As eleições de 1990 representaram um maior equilíbrio entre os partidos políticos brasileiros. O PMDB elegeu 8 dos 27 governadores e viu seu desempenho eleitoral ser ameaçado pelo avanço do PFL, sobretudo no nordeste, região em que o PFL conquistou 4 estados e o PMDB somente 2.

Tabela 4.16 – Número de Governadores Eleitos por Partido em 1990.

PARTIDOS	Nº DE GOVERNADORES	%
PMDB	8	29,6%
PFL	7	25,9%

PDT	3	11,1%
PDS	2	7,4%
PTB	2	7,4%
PTR	2	7,4%
PSC	1	3,7%
PSDB	1	3,7%
PRS	1	3,7%
TOTAL	27	100%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

O declínio peemedebista nessas eleições pode ser associado ao fracasso econômico do governo Sarney e a falta de um projeto político para o país. Após a redemocratização o PMDB passou a viver de seu passado, suas campanhas eram baseadas sempre na memória do retorno a democracia e no papel que o partido desempenhou nesse processo, não sendo apresentado qualquer projeto político novo para o País. O PMDB se tornou um partido vazio de ideais.

A tabela abaixo traz a distribuição por região dos governadores eleitos pelo PMDB, visando mostrar que apesar do declínio eleitoral, o partido continua presente em todo o território nacional.

Tabela 4.17 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1990.

REGIÃO	Nº DE GOVERNADORES
NORTE	3
NORDESTE	2
CENTRO-OESTE	1
SUDESTE	1
SUL	1
TOTAL	8

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Os governadores peemedebistas eleitos nesse pleito foram: na Região Norte - Gilberto Mestrinho, no Amazonas, Jader Barbalho, no Pará e Moises Avelino, em Tocantins; na Região Nordeste - Ronaldo da Cunha Lima, na Paraíba e João Alves Filho, em Sergipe; na Região Centro-Oeste – Iris Resende, em Goiás; na Região Sudeste – Luiz Antônio Fleury Filho; e, na Região Sul – Roberto Requião, no Paraná.

4.2.3. ELEIÇÕES DE 1994

Nas eleições de 1994 para os executivos estaduais o PMDB, apesar do aumento da competitividade eleitoral continua sendo o partido que mais elege governadores. No entanto, seu principal adversário na conquista das vagas para governador passa a ser o PSDB e não mais o PFL, que apresenta uma acentuada queda em seu desempenho eleitoral, elegendo apenas 2 governadores na região Nordeste – Paulo Souto, na Bahia e Roseana Sarney, no Maranhão.

Tabela 4.18 - Número de Governadores Eleitos por Partido em 1994.

PARTIDO	Nº DE GOVERNADORES	%
PMDB	9	33,3%
PSDB	6	22,2%
PPR	3	11,1%
PDT	2	7,4%
PT	2	7,4%
PFL	2	7,4%
PSB	2	7,4%
PTB	1	3,7%
TOTAL	27	100%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Nesse pleito, o PMDB não elegeu nenhum governador na Região Sudeste e em comparação com o número de governos conquistado na Região Norte em 1990, perdeu 2 governos, elegendo apenas um governador no estado de Rondônia. Já nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul, o partido conseguiu eleger mais governadores que no pleito de anterior, sendo 4 no nordeste, 2 no Centro-Oeste e 2 no Sul.

Tabela 4.19 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1994.

REGIÃO	Nº DE GOVERNADORES
NORTE	1
NORDESTE	4
CENTRO-OESTE	2
SUDESTE	0

SUL	2
TOTAL	8

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.2.4. ELEIÇÕES DE 1998

Em 1998, pela primeira vez o PMDB não elege o maior número de governadores. Nesta oportunidade o partido foi superado pelo PSDB. Tal fato se deve principalmente ao sucesso do Plano Real, criado em 1994 pelo, naquele ano, presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O sucesso do Real foi utilizado durante toda a campanha peessedebista no pleito de 1998, não só para o cargo de governador, como também para os demais cargos, como forma de convencer o eleitorado que o melhor era eleger candidatos do mesmo partido do presidente da República.

Tabela 4.20 - Número de Governadores Eleitos por Partido em 1998.

PARTIDO	Nº DE GOVERNADORES	%
PSDB	7	25,9%
PMDB	6	22,2%
PFL	5	18,5%
PT	3	11,%
PSB	2	7,4%
PPB	2	7,4%
PSL	1	3,7%
PDT	1	3,7%
TOTAL	27	100

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Nesse pleito o PMDB elegeu governadores em apenas três regiões, sendo 4 no Nordeste, 1 no Centro-Oeste e 1 no Sudeste. No caso dos estados da Região Nordeste o partido conquistou pela terceira vez seguida o governo da Paraíba e pela segunda os governos do Piauí e do Rio Grande do Norte.

Tabela 4.21 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1998.

REGIÃO	Nº DE GOVERNADORES
NORTE	0
NORDESTE	4
CENTRO-OESTE	1
SUDESTE	1
SUL	0
TOTAL	6

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.2.5. ELEIÇÕES DE 2002

Nessas eleições mais uma vez o PSDB elege o maior número de governadores, deixando o PMDB em segundo lugar. Já o PFL volta a ter um leve crescimento no seu desempenho eleitoral para cargos do Executivo Estadual. O PSB também apresenta certo crescimento, conseguindo eleger 4 governadores.

Tabela 4.22 - Número de Governadores Eleitos por Partido em 1998.

PARTIDO	Nº DE GOVERNADORES	%
PSDB	7	25,9%
PMDB	5	18,5%
PFL	4	14,8%
PSB	4	14,8%
PT	3	11,1%
PPS	2	7,4%
PSL	1	3,7%
PDT	1	3,7%
TOTAL	27	100

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

O PMDB não conseguiu manter o mesmo bom desempenho apresentado nas eleições anteriores na região Nordeste. Seu número de governadores caiu de 4 para 1, elegendo apenas o governador de Pernambuco. No entanto, o partido conquistou todos os governos dos três estados da Região Sul. E manteve o governo do Distrito Federal.

Tabela 4.23 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1998.

REGIÃO	Nº DE GOVERNADORES
NORTE	0
NORDESTE	1
CENTRO-OESTE	1
SUDESTE	0
SUL	3
TOTAL	5

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.2.6. ELEIÇÕES DE 2006

Esse pleito marca o retorno do PMDB como o partido que mais elege governadores e o crescimento do PT. Além de representar praticamente o fim do PFL/DEM que elegeu apenas um governador.

Tabela 4.24 - Número de Governadores Eleitos por Partido em 1998.

PARTIDO	Nº DE GOVERNADORES	%
PMDB	7	25,9%
PSDB	6	22,2%
PT	5	18,5%
PSB	3	11,1%
PPS	2	7,4%
PDT	2	7,4%
PP	1	3,7%
PFL/DEM	1	3,7%
TOTAL	27	100

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Nessas eleições o PMDB reafirmou seu domínio perante os estados da região Sul, elegendo mais uma vez os governadores de Santa Catarina e do Paraná. Porém não conseguiu ter o mesmo desempenho na região nordeste, sendo a primeira vez que o partido não elege nenhum governador nessa região. É nessas eleições também que o PMDB volta a eleger governadores no Norte e no Sudeste.

Tabela 4.25 – Distribuição dos Governadores Eleitos pelo PMDB, por Região em 1998.

REGIÃO	Nº DE GOVERNADORES
NORTE	2
NORDESTE	0
CENTRO-OESTE	1
SUDESTE	2
SUL	2
TOTAL	7

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

O desempenho do PMDB nas eleições para os cargos do executivo estadual tem mostrado certa constância ao longo dos anos. O partido vem intercalando períodos de predomínio sobre determinadas regiões e períodos de baixo rendimento, com exceção da eleição de 1986, quando o partido foi quase unânime na conquista dos governos estaduais. Chama atenção a predominância do PMDB nos estados do Paraná, Santa Catarina e Paraíba: das seis eleições aqui analisadas, em quatro o partido elegeu o governo desses estados. Durante o período analisado em dois estados da Região Norte - Amapá e Roraima, o PMDB não conseguiu eleger nenhum governador. Na tabela abaixo apresento a distribuição por estado e por partidos políticos dos governadores eleitos no período de 1986 a 2006.

Tabela 4.26 – Distribuição dos Governadores Eleitos de 1986 a 2006, por Estado e por Partido.

ESTADO	1986	1990	1994	1998	2002	2006
AC	PMDB	PDS	PPR	PT	PT	PT
AM	PMDB	PMDB	PPR	PSL	PPS	PMDB
AP	-	PFL	PSB	PSB	PDT	PDT
PA	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PT
RO	PMDB	PTR	PMDB	PFL	PSDB	PPS
RR	-	PTB	PTB	PPB	PSL	PSDB
TO	-	PMDB	PPR	PFL	PFL	PMDB
AL	PMDB	PSC	PMDB	PSB	PSB	PSDB
BA	PMDB	PFL	PFL	PFL	PFL	PT
CE	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSB
MA	PMDB	PFL	PFL	PFL	PFL	PDT
PB	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB
PE	PMDB	PFL	PSB	PMDB	PMDB	PSB
PI	PMDB	PFL	PMDB	PMDB	PT	PT
RN	PMDB	PDS	PMDB	PMDB	PSB	PSB
SE	PFL	PMDB	PSDB	PSDB	PFL	PT
DF	-	PTR	PT	PMDB	PMDB	PFL

GO	PMDB	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB	PP	
MS	PMDB	PTB	PMDB	PT	PT	PMDB	
MT	PMDB	PFL	PDT	PSDB	PPS	PPS	
ES	PMDB	PDT	PT	PSDB	PSB	PMDB	
MG	PMDB	PRS	PSDB	PMDB	PSDB	PSDB	
RJ	PMDB	PDT	PSDB	PDT	PSB	PMDB	
SP	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	
PR	PMDB	PMDB	PDT	PFL	PMDB	PMDB	
RS	PMDB	PDT	PMDB	PT	PMDB	PSDB	
SC	PMDB	PFL	PMDB	PPB	PMDB	PMDB	
% DE GOV. DO PMDB SOBRE O TOTAL		95,7%	29,6%	33,3%	22,2%	18,5%	25,9%

FONTE: NICOLAU (1998).

4.3. ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO NACIONAL

A análise do desempenho do PMDB nas eleições para o Congresso atesta o seu caráter de partido parlamentar. Dos seis pleitos aqui analisados, o partido foi o que mais elegeu senadores e deputados federais em quatro.

4.3.1. ELEIÇÕES DE 1986

As eleições de 1986 foram as primeiras diretas para o Congresso Nacional e os governos estaduais após a redemocratização do país. O PMDB elegeu 260 deputados federais e 37 senadores. A bancada peemedebista no Congresso era maior que a de todos os outros partidos juntos.

Os deputados federais e senadores eleitos em 1986 tiveram a peculiaridade de compor o Congresso Constituinte e neste ano o sucesso eleitoral do PMDB tornou fundamental sua atuação na Assembléia Nacional Constituinte fundamental. O partido compôs junto com o então PFL o chamado “Centrão”, juntos esses dois partidos detinham 77,6% das 487 cadeiras na Câmara e 91,6% das 73 do Senado³⁶.

O êxito inicial do Plano Cruzado trouxe às eleições de 1986 um caráter polarizado: de um lado o PMDB e seus aliados; do outro o PDS e quem mais se

³⁶ Somados os 48 senadores recém eleitos aos 25 eleitos em 1982.

opusesse ao Plano³⁷. O PMDB, partido do presidente começa a colher nas urnas os resultados positivos da estratégia do “governismo”.

Tabela 4.27 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 1986.

PARTIDO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
PMDB	260	53,6%	38	79,1%
PFL	118	24,2%	7	14,6%
PDS	33	6,8%	1	2,1%
PDT	24	4,9%	1	2,1%
PTB	17	3,5%	0	0%
PT	16	3,3%	0	0%
PL	6	1,2%	0	0%
PDC	5	1%	0	0%
PCB	3	0,6%	0	0%
PCdoB	3	0,6%	0	0%
PSC	1	0,2%	0	0%
PSB	1	0,2%	0	0%
PMB	0	0%	1	2,1%
TOTAL	487	100%	48	100%

FONTES: TSE, NICOLAU (1998).

O PMDB estava representado em todas as unidades da federação. Os dados da tabela 4.26 mostram o equilíbrio de seu desempenho em cada região do país. O melhor resultado peemedebista foi registrado na Região Sul, onde o partido elegeu 100% dos senadores.

Tabela. 4.28 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.

ESTADO	DEP. FEDERAL	%	SENADORES	%
AC	5	62,5%	2	100%
AM	3	37,5%	2	100%
AP	1	25%	-	-
PA	13	76,5%	1	50%
RO	5	62,5%	2	100%
RR	-	-	-	-
TO	-	-	-	-
NORTE	27	55,1%	7	87,5%
AL	4	44,4%	1	50%
BA	22	56,4%	2	100%
CE	12	54,5%	2	100%
MA	8	44,4%	0	0%
PB	7	58,3%	2	100%
PE	13	52%	1	50%
PI	2	20%	1	50%
RN	4	50%	0	0%
SE	3	37,5%	1	50%
NORDESTE	75	49,7%	10	55,5%
DF	4	50%	2	66,6%
GO	12	70,6%	2	100%

³⁷ LIMA JR. 1993.

MS	4	50%	2	100%
MT	5	62,5%	2	100%
C. OESTE	25	61%	8	88,8%
ES	7	70%	2	100%
MG	35	66%	2	100%
RJ	13	28,3%	1	50%
SP	28	46,7%	2	100%
SUDESTE	83	49,1%	7	87,5%
PR	24	80%	2	100%
SC	9	56,3%	2	100%
RS	17	54,8%	2	100%
SUL	50	64,9%	6	100%
TOTAL	260	53,4%	38	79,1%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.3.2. ELEIÇÕES DE 1990

O pleito de 1990 apresentou uma maior fragmentação partidária. O número de partidos que obtiveram representação no Congresso passou de 13, em 1986, para 19 em 1990. Esse aumento no número de partidos explica em parte a redução no tamanho das bancadas do PMDB na Câmara e no Senado.

Nas eleições de 1990 o PMDB elegeu menos deputados federais que em 1986, seu número de cadeiras na Câmara caiu de 260 para 108. Seu desempenho no Senado foi ainda pior, o partido conseguiu eleger apenas 8 senadores. É importante ressaltar que mesmo sofrendo uma redução no tamanho de sua bancada, o PMDB continuou a ser o partido que obteve maior número de cadeiras no Congresso Nacional.

Tabela 4.29 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 1990.

PARTIDO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
PMDB	108	21,5%	8	25,8%
PFL	83	16,5%	8	25,8%
PDT	46	9,1%	1	3,2%
PDS	42	8,3%	2	6,4%
PRN	40	7,9%	2	6,4%
PTB	38	7,5%	4	12,9%
PSDB	38	7,5%	1	3,2%
PT	35	6,9%	1	3,2%
PDC	22	4,4%	2	6,4%
PL	16	3,2%	0	0%
PSB	11	2,2%	0	0%
PSC	6	1,2%	0	0%
PCdoB	5	1%	0	0%
PRS	4	0,8%	0	0%

PCB	3	0,6%	0	0%
PTR	2	0,4%	0	0%
PST	2	0,4%	1	3,2%
PMN	1	0,2%	1	3,2%
PSD	1	0,2%	0	0%
TOTAL	503	100%	31	100%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Regionalmente o pior desempenho peemedebista para a Câmara dos Deputados foi observado na Região Nordeste, reduto pefelista. Já o pior resultado para o Senado foi na Região Sudeste, onde o partido não elegeu nenhum senador. O melhor resultado para o Congresso Nacional foi registrado na Região Sul, na qual o partido elegeu 27,3% dos deputados federais e 33,3% dos senadores.

Tabela. 4.30 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.

ESTADO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES³⁸	%
AC	5	62,5%	1	100%
AM	2	25%	0	0%
AP	0	0%	1	33,3%
PA	6	35,3%	1	100%
RO	0	0%	0	0%
RR	1	12,5%	1	33,3%
TO	2	25%	0	0%
NORTE	16	24,6%	4	36,3%
AL	0	0%	0	0%
BA	8	20,5%	0	0%
CE	4	18,2%	0	0%
MA	1	5,6%	0	0%
PB	4	33,3%	1	100%
PE	4	16%	0	0%
PI	2	20%	0	0%
RN	3	37,5%	1	100%
SE	0	0%	0	0%
NORDESTE	26	17,2%	2	22,2%
DF	0	0%	0	0%
GO	10	58,8%	1	100%
MS	1	12,5%	0	0%
MT	0	0%	0	0%
C. OESTE	11	26,8%	1	25%
ES	6	60%	0	0%
MG	14	26,4%	0	0%
RJ	2	4,3%	0	0%
SP	12	20%	0	0%
SUDESTE	34	20,1%	0	0%
PR	7	23,3%	0	0%
SC	5	31,3%	0	0%

³⁸ Nesta eleição foram renovadas as cadeiras preenchidas em 1982. Cada estado escolheria um representante ao Senado, exceto Amapá e Roraima que teria três vagas em disputa.

RS	9	29%	1	100%
SUL	21	27,3%	1	33,3%
TOTAL	108	21,5%	8	25,8%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.3.3. ELEIÇÕES DE 1994

Em 1994, o PMDB melhorou seu desempenho no Senado Federal conseguindo eleger 14 senadores. No entanto para as cadeiras da Câmara dos Deputados o partido manteve praticamente o mesmo desempenho, elegendo um deputado federal a menos que na eleição passada.

A novidade dessa eleição foi a ascensão do PSDB que passou a ter a terceira maior bancada do Congresso Nacional, superando o PDS/PPR e ficando atrás apenas do PMDB e do PFL. Estes dados podem ser conferidos na tabela 4. 29.

Tabela 4.31 – Número de Dep. Federais e Senadores Eleitos por Partido em 1994.

PARTIDO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
PMDB	107	20,8%	14	25,9%
PFL	89	17,3%	11	20,4%
PSDB	62	12,1%	9	16,7%
PPR	52	10,1%	2	3,7%
PT	49	9,5%	4	7,4%
PP	36	7%	4	7,4%
PDT	34	6,6%	4	7,4%
PTB	31	6%	3	5,5%
PSB	15	2,9%	1	1,8%
PL	13	2,5%	1	1,8%
PCdoB	10	1,9%	0	0%
PMN	4	0,8%	0	0%
PSC	3	0,6%	0	0%
PSD	3	0,6%	0	0%
PPS	2	0,4%	1	1,8%
PRN	1	0,2%	0	0%
PV	1	0,2%	0	0%
PRP	1	0,2%	0	0%
TOTAL	513	100%	54	100%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998)

Novamente a Região Sudeste registrou o mais baixo desempenho peemedebista nas eleições para o Congresso Nacional. Já o melhor índice de eleitos pelo partido encontra-se na Região Centro-Oeste, onde o partido elegeu 50% dos senadores e 26,8% das cadeiras para a Câmara dos Deputados.

Tabela 4. 32 - Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.

ESTADO	Nº DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
AC	4	50%	1	50%
AM	3	37,5%	0	0%
AP	0	0%	1	50%
PA	7	41,2%	1	50%
RO	1	12,5%	0	0%
RR	0	0%	0	0%
TO	2	25%	0	0%
NORTE	17	26,2%	3	21,4%
AL	1	11,1%	1	50%
BA	6	15,4%	0	0%
CE	5	22,7%	0	0%
MA	5	27,8%	0	0%
PB	7	58,3%	2	100%
PE	0	0%	0	0%
PI	2	20%	0	0%
RN	2	25%	0	0%
SE	2	25%	0	0%
NORDESTE	30	19,9%	3	16,7%
DF	0	0%	0	0%
GO	7	41,2%	2	100%
MS	3	37,5%	1	50%
MT	1	12,5%	1	50%
C. OESTE	11	26,8%	4	50%
ES	3	30%	1	50%
MG	11	20,8%	0	0%
RJ	4	8,7%	0	0%
SP	14	20%	0	0%
SUDESTE	32	17,9%	1	12,5%
PR	4	13,3%	1	50%
SC	5	31,3%	1	50%
RS	8	25,8%	1	50%
SUL	17	22,1%	3	50%
TOTAL	107	20,9%	14	25,9%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.3.4. ELEIÇÕES DE 1998

Nas eleições de 1998, o desempenho eleitoral do PMDB continuou em queda. Essa foi a primeira vez que o partido não elegeu o maior número de Deputados Federais, sendo superado pelo PFL e pelo PSDB, ocupando assim a posição de terceira maior bancada. Já para o Senado o partido continuou vitorioso, sendo o que mais elegeu senadores, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 4.33 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 1998.

PARTIDO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
PFL	106	20,7%	5	18,5%
PSDB	99	19,3%	4	14,8%
PMDB	82	16%	12	44,4%
PPB	60	11,7%	2	7,4%
PT	58	11,3%	3	11,1%
PTB	31	6%	0	0%
PDT	25	4,9%	0	0%
PSB	19	3,7%	1	3,7%
PL	12	2,3%	0	0%
PCdoB	7	1,4%	0	0%
PPS	3	0,6%	0	0%
PSD	3	0,6%	0	0%
PSC	2	0,4%	0	0%
PMN	2	0,4%	0	0%
PRONA	1	0,2%	0	0%
PV	1	0,2%	0	0%
PST	1	0,2%	0	0%
PSL	1	0,2%	0	0%
TOTAL	513	100%	27	0%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

O partido dá mostras de ter uma posição relativamente sólida no Senado Federal até esse pleito. As eleições para senador foram as únicas nas quais o PMDB cresceu eleitoralmente em 1998, tendo sido o partido de maior bancada na casa legislativa em questão.

Dentre as regiões, o partido manteve seu melhor desempenho na Região Centro-Oeste e o pior na Região Sudeste.

Tabela 4.34 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.

ESTADO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
AC	1	12,5%	0	0%
AM	0	0%	1	100%
AP	1	12,5%	1	100%
PA	4	23,5%	0	0%
RO	1	12,5%	1	100%
RR	1	12,5%	0	0%
TO	2	25%	0	0%
NORTE	10	15,4%	3	42,8%
AL	1	11,1%	0	0%
BA	3	7,7%	0	0%
CE	5	22,7%	0	0%
MA	3	16,7%	1	100%
PB	5	41,7%	1	100%
PE	3	12%	0	0%
PI	3	30%	1	100%
RN	4	50%	1	100%

SE	2	25%	0	0%
NORDESTE	29	19,2%	4	44,4%
DF	1	12,5%	1	100%
GO	8	47,1%	1	100%
MS	1	12,5%	1	100%
MT	2	25%	0	0%
C. OESTE	12	29,3%	3	75%
ES	1	10%	0	0%
MG	9	17%	1	100%
RJ	2	4,3%	0	0%
SP	5	7,1%	0	0%
SUDESTE	17	9,5%	1	50%
PR	4	13,3%	0	0%
SC	4	25%	0	0%
RS	7	22,6%	1	100%
SUL	15	19,5%	1	33,3%
TOTAL	83	16,2%	12	44,4%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.3.5. ELEIÇÕES DE 2002

O grande vencedor dessa eleição foi o PT, o partido conseguiu eleger a maior bancada na Câmara dos Deputados, obteve a segunda posição no número de senadores eleitos e elegeu o Presidente da República.

No pleito eleitoral de 2002 o PMDB não conseguiu melhorar seu desempenho e se manteve em terceiro lugar como partido que mais conquistou cadeiras para a Câmara dos Deputados. O partido também não obteve um bom resultado nas eleições para o Senado, perdendo o posto de partido que mais elegeu senadores para o PFL e para o PT. Essa foi a primeira vez que o partido não elegeu o maior número de senadores. Esses resultados podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 4.35 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 2002.

PARTIDO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
PT	91	17,7%	10	18,5%
PFL	84	16,4%	14	25,9%
PMDB	74	14,4%	9	16,7%
PSDB	71	13,8%	8	14,8%
PPB	49	9,6%	0	0%
PL	26	5,1%	2	3,7%
PTB	26	5,1%	2	3,7%
PSB	22	4,3%	3	5,6%
PDT	21	4,1%	4	7,4%
PPS	15	2,9%	1	1,9%

PCdoB	12	2,3%	0	0%
PRONA	6	1,2%	0	0%
PV	5	1%	0	0%
PSD	4	0,8%	1	1,9%
PST	3	0,6%	0	0%
PSL	1	0,2%	0	0%
PSC	1	0,2%	0	0%
PSDC	1	0,2%	0	0%
PMN	1	0,2%	0	0%
TOTAL	513	100%	54	100%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

Regionalmente pela primeira vez o PMDB obtém um bom resultado na Região Sudeste, pelo menos nas eleições para o Senado. O partido elegeu 37,5% dos senadores dessa região, sendo este seu melhor desempenho. O pior resultado foi registrado na Região Sul, onde o partido não elegeu nenhum senador. Já nas eleições para a Câmara dos Deputados, mais uma vez o melhor resultado peemedebista foi na Região Centro-Oeste, com 24,4% e o pior foi novamente observado na Região Sudeste, com 9,5% dos deputados federais eleitos, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 4.36 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.

ESTADO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
AC	1	12,5%	0	0%
AM	0	0	0	0%
AP	0	0	0	0%
PA	5	29,4%	0	0%
RO	2	25%	1	50%
RR	0	0	1	50%
TO	1	12,5%	0	0%
NORTE	9	13,8%	2	14,2%
AL	1	11,1%	1	50%
BA	3	7,7%	0	0%
CE	5	22,7%	0	0%
MA	2	11,1%	0	0%
PB	2	16,7%	1	50%
PE	4	16%	0	0%
PI	2	20%	1	50%
RN	3	37,5%	1	50%
SE	1	12,5%	0	0%
NORDESTE	23	15,2%	4	22,2%
DF	3	37,5%	0	0%
GO	4	23,5%	0	0%
MS	2	25%	1	50%
MT	1	12,5%	0	0%
C. OESTE	10	24,4%	1	12,5%
ES	1	10%	1	50%
MG	6	11,3%	1	50%

RJ	6	13%	1	50%
SP	4	5,7%	0	0%
SUDESTE	17	9,5%	3	37,5%
PR	6	20%	0	0%
SC	4	25%	0	0%
RS	5	16,1%	0	0%
SUL	15	19,5%	0	0%
TOTAL	74	14,4%	9	16,7%

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

4.3.6. ELEIÇÕES DE 2006

Nas eleições de 2006 o PMDB voltou a ser o partido que mais elegeu deputados federais, superando o PT e o PFL/DEM. Em parte, a vitória peemedebista nas eleições para a Câmara dos Deputados resulta da participação do partido na base aliada do governo Lula (2002-2006), como principal aliado.

Já na disputa do Senado o partido obteve o pior desempenho de sua história até o momento, elegendo apenas 4 senadores. Esses resultados podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 4.37 – Número de Deputados Federais e Senadores Eleitos por Partido em 2006.

PARTIDO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
PMDB	89	17,3%	4	14,8%
PT	83	16,2%	2	7,4%
PSDB	66	12,9%	5	18,5%
PFL/DEM	65	12,7%	6	22,2%
PP	41	8%	1	3,7%
PSB	27	5,3%	1	3,7%
PDT	24	4,7%	1	3,7%
PL	23	4,5%	1	3,7%
PTB	22	4,3%	3	11,1%
PPS	22	4,3%	1	3,7%
PCdoB	13	2,5%	1	3,7%
PV	13	2,5%	0	0%
PSC	9	1,8%	0	0%
PMN	3	0,6%	0	0%
PSOL	3	0,6%	0	0%
PTC	3	0,6%	0	0%
PHS	2	0,4%	0	0%
PRONA	2	0,4%	0	0%
PTdoB	1	0,2%	0	0%
PAN	1	0,2%	0	0%
PRB	1	0,2%	1	3,7%
TOTAL	513	100%		

FONTE: TSE, NICOLAU (1998).

O melhor desempenho peemedebista na disputa pelas cadeiras da Câmara dos Deputados foi registrado na Região Centro-Oeste (24,4%) e o pior na Região Sudeste (13,4%). Já na disputa pelo Senado o partido obteve seu melhor resultado na Região Sul (33,3%) e o pior na Região Sudeste, onde não elegeu nenhum senador.

Tabela 4.38 – Distribuição dos Deputados Federais e Senadores Eleitos pelo PMDB, por região.

ESTADO	Nº DE DEP. FEDERAIS	%	Nº DE SENADORES	%
AC	1	12,5%	0	0%
AM	1	12,5%	0	0%
AP	2	25%	1	100%
PA	6	35,3%	0	0%
RO	2	25%	0	0%
RR	1	12,5%	0	0%
TO	2	25%	0	0%
NORTE	15	23,1%	1	14,2%
AL	3	33,3%	0	0%
BA	1	2,6%	0	0%
CE	6	27,3%	0	0%
MA	3	16,7%	0	0%
PB	3	25%	0	0%
PE	3	12%	1	100%
PI	2	20%	0	0%
RN	1	12,5%	0	0%
SE	0	0%	0	0%
NORDESTE	22	14,6%	1	11,1%
DF	2	25%	1	100%
GO	5	29,4%	0	0%
MS	2	25%	0	0%
MT	1	12,5%	0	0%
C. OESTE	10	24,4%	1	25%
ES	4	40%	0	0%
MG	7	13,2%	0	0%
RJ	10	21,7%	0	0%
SP	3	4,3%	0	0%
SUDESTE	24	13,4%	0	0%
PR	8	26,7%	0	0%
SC	5	31,3%	0	0%
RS	5	16,1%	1	100%
SUL	18	23,4%	1	33,3%
TOTAL	89	17,3%	4	14,8%

FONTES: TSE, NICOLAU (1998).

A análise do desempenho peemedebista nas seis eleições para o Congresso aqui analisadas mostra que o partido teve seu momento de glória entre os anos de 1986 a 1998. No que diz respeito às eleições para a Câmara dos Deputados o partido se manteve como o que mais elegeu deputados federais no período de 1986 a 1994. Nos anos seguintes o PMDB foi superado

por PT e PFL/DEM, e voltou a ser o detentor da maior bancada de deputados federais em 2006. Já para o Senado o partido obteve êxito até 1998. No entanto, nas duas últimas eleições (2002 e 2006) aqui estudadas o partido não obteve sucesso na disputa pelo Senado, elegendo um número muito baixo de senadores.

A partir da análise dos dados das seis eleições aqui analisadas, é possível afirmar que o partido não apresenta um desempenho eleitoral continuamente mais expressivo em qualquer região, há sempre uma alternância da melhor desempenho entre as diferentes regiões do país. Além disso, em todas as regiões o partido alterna períodos de certo declínio, seguidos de alguma recuperação na disputa posterior. Dessa forma, conclui-se que o PMDB não é um partido de forte base regional, mas conta com razoável implantação e sustentação nacional.

CAPÍTULO 5 – O P(MDB) COMO UM “PARTIDO GOVERNISTA”

O PMDB ao longo de sua trajetória se firmou no sistema político brasileiro como um partido predominantemente parlamentar e de governo. Através dos dados mostrados no capítulo anterior é possível afirmar que o desempenho eleitoral peemedebista é maior no Congresso Nacional do que nos executivos estaduais e municipais, e que a sua participação no governo federal tem sido constante em todo o período estudado.

O alto desempenho eleitoral no Congresso Nacional e a participação no governo federal são duas frentes de atuação que estão fortemente relacionadas uma vez que o peso parlamentar do PMDB lhe garante lugar certo no governo e poder de negociação para a ocupação de cargos cujo exercício lhe confere rentáveis recursos políticos eleitorais. Os retornos eleitorais do PMDB tem origem muito mais nesses fatores do que em ações junto às bases eleitorais, uma vez que as ações junto às bases eleitorais dependem exatamente do acesso aos recursos propiciados pela ocupação de cargos no governo federal e estadual, fato que justifica a abordagem teórica utilizada no início desse trabalho.

Dessa forma, a participação nos governos e o tamanho da bancada parlamentar no Congresso, aliadas, fazem do PMDB um partido em cujo desenvolvimento o Estado tem papel decisivo. A participação nos governos será aqui examinada a partir de um mapeamento da ocupação de pastas ministeriais e de órgãos e secretarias ligadas à Presidência da República que acabam por assumir status de ministérios como, por exemplo, a Casa Civil.

Nesse capítulo examino a composição ministerial dos governos José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique (1995-1998 e 1999-2002) e Lula (2003-2006 e 2007-2010).

Até 2010, 366 ministros e secretários especiais integraram os sete governos do período em questão, sendo 69 no mandato de José Sarney, 32 no de Fernando Collor, 56 no de Itamar Franco, 44 e 57 respectivamente, nos dois

governos de FHC e, 64 e 72 respectivamente nos dois mandatos de Lula. A seguir tratarei detalhadamente da composição ministerial de cada um dos governos acima citados.

5.1. GOVERNO JOSÉ SARNEY

O governo Sarney inaugurou a volta de presidentes civis ao comando do país. Eleito como vice-presidente na chapa que elegeu Tancredo Neves como presidente do Brasil de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, Sarney assumiu a Presidência da República em 15 de março de 1985 após a morte de Tancredo.

Para Meneguello (1998), a composição ministerial do Governo Sarney se divide em quatro momentos, “quais sejam, o período inicial de manutenção da equipe de Tancredo Neves, a reforma ministerial de fevereiro de 1986, as reformas de 1987 e a reforma de 1989” (MENEGUELLO, 1998: p. 126). Cada um desses momentos será tratado a seguir.

Sarney iniciou seu governo com um Ministério completamente organizado por Tancredo Neves. Tal Ministério foi formado a partir da lógica de repartição dos cargos entre membros da Aliança Democrática – grupo político composto basicamente por PMDB e PFL/DEM, principal articulador da transição política. Dessa forma, o perfil do primeiro ministério de José Sarney expressou a composição das forças políticas que garantiram a transição do regime militar (ABRUCIO, 1996: p.4).

Em fevereiro de 1986, Sarney realizou uma reforma ministerial na tentativa de se autonomizar perante a Aliança Democrática. O então presidente utilizou como argumento a necessidade de saída daqueles que iriam concorrer às eleições de 15 de novembro. De fato, o objetivo de Sarney era montar seu próprio Ministério. No entanto, Sarney não conseguiu a completa autonomia que desejava perante a Aliança Democrática e continuou a nomear pessoas do PMDB e do PFL/DEM, mas dessa vez pessoas de sua confiança pessoal.

“(...) não se tratava de romper frontalmente com a base de sustentação político-partidária do governo – a Aliança Democrática – mas de usá-la de modo subordinado, escolhendo para ministros aqueles dentre os seus quadros cuja lealdade fosse para com o presidente e não para com as cúpulas partidárias” (Sallum Jr. 1998: p. 132)

Exemplo disso foi a nomeação de Dilson Funaro para o Ministério da Fazenda, em agosto de 1985. Funaro substituiu Francisco Dornelles, um dos dois membros da equipe ministerial que não possuía filiação partidária. Sua escolha envolveu além do critério partidário (Funaro era filiado ao PMDB), a representação dos empresários paulistas e o critério pessoal (Funaro era amigo de Sarney), bem como modificou a linha de conduta da política econômica do governo, passando de “uma base monetarista, representada nas ações de Francisco Dornelles, para uma linha de caráter populista” (MENEGUELLO, 1998: p. 128). Essa mudança da política econômica teve expressão inicial na criação do Plano Cruzado, o qual previa um congelamento dos preços e salários pelo período de um ano. Tal Plano foi uma medida imediata encontrada pelo governo Sarney para controlar a inflação.

O governo teve que dividir as glórias da estabilização econômica promovida pelo Plano Cruzado com o PMDB, que se utilizou eleitoralmente do sucesso do plano para conquistar 22 dos 23 governadores eleitos na eleição de 1986. No entanto a eficácia do Plano Cruzado durou pouco, a inflação logo voltou a crescer e o presidente começou a perder apoio político de seus aliados.

A reforma promovida em 1986 substituiu ainda os ministros da Justiça, Relações Exteriores, Agricultura, Transportes, Indústria e Comércio, Educação, Cultura, Saúde, Previdência e Assistência Social e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O fracasso do Plano Cruzado, a sucessão de medidas econômicas e a criação do Plano Cruzado II, também mal sucedido, bem como seu fracasso levaram a uma nova reforma ministerial da pasta econômica em 1987, que ficou conhecida como a Reforma de Abril de 1987. Nesse mesmo ano ocorreram novas reformas em outubro e dezembro, as quais representaram a substituição

do caráter partidário pelo caráter técnico na hora de decidir quem ocuparia a pasta econômica, conforme pode ser observado na Tabela 5.1.

Tabela 5.1. – Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Sarney (1985-1990)

Ministério/Secretario	Ministro/Secretário	Data de Entrada	Data de Saída	Partido
Ministério da Justiça	Fernando Soares Lira	15/03/85	14/02/86	PMDB
	Paulo Brossard de Sousa Pinto	14/02/86	19/01/89	PMDB
	Oscar Dias Correia	19/01/89	09/08/89	S.F.P. ³⁹
	José Saulo Pereira Ramos	09/08/89	15/03/90	S.F.P.
Ministério das Relações Exteriores	Olavo Egydio Setúbal	15/03/85	14/02/86	PFL/DEM
	Roberto Costa de Abreu Sodré	14/02/86	15/03/90	PFL/DEM
Ministério da Fazenda	Francisco O. Neves Dornelles	15/03/85	26/08/85	S.F.P.
	Dilson Domingos Funaro	27/08/85	29/04/87	PMDB
	Luís Carlos Bresser Pereira	29/04/87	21/12/87	S.F.P.
	Maílson da Nóbrega	06/01/88	15/03/90	S.F.P.
Ministério dos Transportes	Afonso Alves Camargo Neto	15/03/85	14/02/86	PMDB
	José Reinaldo Carneiro Tavares	15/02/86	15/03/90	PMDB
Ministério da Agricultura	Pedro Jorge Simon	15/03/85	14/02/86	PMDB
	Íris Rezende Machado	14/02/86	15/03/90	PMDB
Ministério da Educação	Marco Antônio de Oliveira Maciel	15/03/85	14/02/86	PFL/DEM
	Jorge Konder Bornhausen	14/02/86	06/10/87	PFL/DEM
	Hugo Napoleão do Rego Neto	30/10/87	17/01/89	PFL/DEM
	Carlos C. de Menezes Sant'anna	17/01/89	15/03/90	PMDB
Ministério da Cultura	José Aparecido de Oliveira	15/03/85	09/05/85	PMDB
	Aluísio Pimenta	29/05/85	14/02/86	PMDB
	Celso Monteiro Furtado	14/02/86	01/08/88	PMDB
	Hugo Napoleão do Rego Neto	01/08/88	21/09/88	PFL/DEM
	José Aparecido de Oliveira	21/09/88	15/03/90	PMDB
Ministério da Saúde	Carlos C. de Menezes Sant'anna	15/03/85	14/02/86	PMDB
	Roberto Figueira Santos	14/02/86	22/10/87	PMDB
	Luís Carlos Borges da Silveira	23/10/87	17/01/89	PMDB
	Seigo Tsuzuki	17/01/89	15/03/90	S.F.P.
Ministério do Trabalho	Almir Pazzianotto	15/03/85	27/09/88	PMDB
	Dorotéa F. Furquim Werneck	13/01/89	15/03/90	S.F.P.
Ministério da Previdência e Assistência Social	Francisco Valdir Pires de Sousa	15/03/85	14/02/86	PMDB
	Rafael de Almeida Magalhães	14/02/86	22/10/87	PMDB
	Renato Bayma Archer da Silva	23/10/87	29/07/88	PMDB
	Jáder Fontenelle Barbalho	29/07/88	15/03/90	PMDB
Ministério da Indústria e do Comércio	Roberto Herbster Gusmão	15/03/85	14/02/86	PMDB
	José Hugo Castelo Branco	14/02/86	04/08/88	PMDB
	Roberto Cardoso Alves	17/08/88	14/03/89	PMDB
Ministério das Minas e Energia	Antônio A. Chaves de Mendonça	15/03/85	22/12/88	PFL/DEM
	Vicente Cavalcanti Fialho	17/01/89	15/03/90	PFL/DEM
Ministério da Ciência e Tecnologia	Renato Bayma Archer da Silva	15/03/85	22/10/87	PMDB
	Luís Henrique da Silveira	23/10/87	29/07/88	PMDB
	Ralph Biasi	16/08/88	15/01/89	PMDB
Ministério das Comunicações	Antônio Carlos P. de Magalhães	15/03/85	15/03/90	PDS
Ministério do Desenvolvimento	Flávio Rios Peixoto da Silveira	15/03/85	14/02/86	PMDB
	Deni Lineu Schwartz	14/02/86	23/10/87	PMDB

³⁹ S.P.F: Sem Filiação Partidária.

Urbano e Meio Ambiente	Luiz Humberto Prisco Viana	23/10/87	15/01/89	PMDB
Ministério do Interior	Ronaldo Costa Couto	15/03/85	30/04/87	S.F.P.
	Joaquim F. de Freitas Cavalcanti	30/04/87	07/08/87	PFL/DEM
	João Alves Filho	07/08/87	15/03/90	PFL/DEM
Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário	Nélson de Figueiredo Ribeiro	30/04/85	28/05/86	S.F.P.
	Dante Martins de Oliveira	28/05/86	02/06/87	PMDB
	Marcos de Barros Freire	04/06/87	08/09/87	PMDB
	Jáder Fontenelle Barbalho	22/09/87	29/07/88	PMDB
	Leopoldo Pacheco Bessone	16/08/88	15/02/89	PMDB
Ministério Extraordinário para Assuntos da Administração	Aluísio Alves	15/03/85	04/09/86	PMDB
Ministério Extraordinário para Assuntos da Irrigação	Vicente Cavalcanti Fialho	14/02/86	15/02/89	PFL/DEM
Ministério da Marinha	Henrique Sabóia	15/03/85	15/03/90	S.F.P.
Ministério do Exército	Leônidas Pires Gonçalves	15/03/85	15/03/90	S.F.P.
Ministério da Aeronáutica	Octávio Júlio Moreira	15/03/85	15/03/90	S.F.P.
Gabinete Civil	José Hugo Castelo Branco	15/03/85	14/02/86	PMDB
	Marco Antônio de Oliveira Maciel	14/02/86	30/04/87	PFL/DEM
	Ronaldo Costa Couto	30/04/87	15/12/89	S.F.P.
	Luís Roberto Andrade Ponte	21/12/89	15/03/90	PMDB
Gabinete Militar	Rubens Bayma Denis	15/03/85	15/03/90	S.F.P.
Serviço Nacional de Informações	Ivan de Sousa Mendes	15/03/85	15/03/90	S.F.P.
Estado Maior das Forças Armadas	José Maria do Amaral Oliveira	15/03/85	15/09/86	S.F.P.
	Paulo Campos Paiva	15/09/86	14/09/87	S.F.P.
	Paulo R. Coutinho Camarinha	14/09/87	20/06/88	S.F.P.
	Valbert L. Medeiros de Figueiredo	20/06/88	05/01/90	S.F.P.
	Jonas de Moraes Correia Neto	05/01/90	15/03/90	S.F.P.

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

As reformas ocorridas em 1987 não se resumiram apenas a área econômica, também foram trocados os ministros das seguintes pastas: Interior, Reforma e Desenvolvimento Agrário, Educação, Previdência e Assistência Social, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e Saúde.

Por fim, o ano de 1989, último do governo Sarney, realizou mudanças na equipe ministerial que alteraram o número e a natureza das nomeações. Durante a reforma ministerial de 89 três ministérios da área social e política (Ministérios da Irrigação, Bem-Estar Social e Reforma e Desenvolvimento Agrário) foram extintos, duas pastas da área econômica (Ministérios da Ciência e Tecnologia e Indústria e Comércio) sofreram fusão e os critérios para as nomeações passaram a ser cada vez mais técnico.

Os ministérios da Justiça, Saúde, Ciência e Tecnologia, Trabalho, Minas e Energia e Educação tiveram seus ministros substituídos, sendo que os três primeiros passaram a ser comandados por técnicos e os três últimos continuaram a obedecer os critérios partidários de nomeação entre PMDB e PFL.

Um ponto importante de todo o período Sarney é o predomínio da manutenção da coalização PMDB – PFL/DEM – juntos esses partidos tiveram 48 ministros ao longo do governo, o que representa 69,5% dos ministros – apesar de todas as substituições ministeriais que ocorreram e que procuraram imprimir um caráter mais técnico a equipe ministerial. Na tabela 5.1 mostrada anteriormente, apresento todas as trocas de ministros e secretários especiais promovidas por Sarney.

Dos 69 ministros e Secretários especiais que integraram o governo de José Sarney 36 pertenciam ao PMDB, 12 ao PFL/DEM, 1 ao PDS e 20 não possuíam filiação partidária. A tabela 5.2. mostra que os peemedebistas representaram sozinhos 52% dos ministros do governo Sarney. Já os ministros que não possuíam filiação partidária representaram 28,9%.

Tabela 5.2. - Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo José Sarney (1985-1990)

Partido	Número de Ministros/Secretários	% de Ministros/Secretários por Partido
PMDB	36	52%
PFL/DEM	12	17,3%
PDS	1	1,4%
S.F.P.	20	28,9%
TOTAL	69	100%

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

É possível afirmar que apesar dos esforços de ter apoio político para alcançar a governabilidade, o governo Sarney foi caracterizado por uma situação paradoxal: de um lado uma paralisia decisória, sobretudo na área social. Por outro lado, como afirmou Maria do Carmo Campello de Souza, “uma hiperatividade decisória que emergia nos planos econômicos, e que era resultado da fraqueza do governo diante da sociedade e não o contrário (Campello de Souza, 1988).

5.2. GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELO

A eleição de Fernando Collor de Melo foi a primeira eleição direta para Presidente da República e representou o fim do longo processo de transição política democrática pelo qual o Brasil passou no período de 1974 a 1989. O governo Collor ficou caracterizado pela implementação do Plano Collor⁴⁰, pela abertura do mercado nacional às importações e pelo início do Programa Nacional de Desestatização, além do processo de impeachment que o obrigou a renunciar à Presidência e cassou seus direitos políticos por oito anos.

Para Sallum Jr. (1997), a eleição de Collor foi expressão da enorme desagregação política que atingiu o sistema de poder da Nova República e que atingia o pacto político sustentador do Estado Nacional Desenvolvimentista.

Collor estruturou seu governo em bases opostas a Sarney, tanto no que se refere a luta contra a inflação – principal problema do governo antecessor; seja contra a manutenção do Estado Nacional Desenvolvimentista. Collor procurou construir um novo modelo de governo baseado na competitividade e na abertura comercial.

Outro diferencial do governo Collor é que o então presidente, que ficou conhecido como o “Caçador de Marajás”, buscou construir um governo acima dos partidos políticos e dos grupos de interesse. O reflexo disso foi um perfil ministerial predominantemente definido pelo marketing político, pela imagem pública dos ocupantes dos cargos que se baseava muito mais em atributos pessoais do que em representação política e que preteria o apoio dos partidos políticos. No entanto, à medida que o governo começava a enfrentar problemas Collor passou a buscar apoios parlamentares a partir das eleições de 1990. São exemplos disso as nomeações do senador Jarbas Passarinho (PDS), para ministro da Justiça e do deputado federal por Pernambuco, Ricardo Fiuza (PFL/DEM), para o cargo de ministro da Ação Social.

⁴⁰ O Plano Collor corresponde a um conjunto de medidas econômicas e planos para a estabilização da inflação criados durante os dois anos de Governo Collor. O plano combinava liberação fiscal e financeira com congelamento dos preços.

Ao longo de seu governo, Collor realizou duas composições ministeriais: a primeira formada entre março de 1990 e dezembro de 1991, e a segunda formada no período de janeiro a abril de 1992.

Dentre os diferenciais de composição ministerial entre o governo Collor e seu antecessor está o fato de que o “Caçador de Marajás” promoveu uma redução do número de ministérios, visando uma forte centralização de poder por parte do Executivo, que governou a maior parte do tempo através de medidas provisórias.

Outra característica importante do governo Collor foi a predominância de um caráter apartidário na equipe ministerial que contou com uma presença significativa de técnicos no comando das pastas, visando mostrar “a autonomia presidencial frente aos partidos políticos e ao poder legislativo” (MENEGUELLO, 1998: p. 155). Apesar dessa busca por independência dos partidos políticos, Collor formou sua equipe ministerial com membros do PDS e do PFL, fato que ressalta o caráter conservador e de direita de seu governo, como pode ser observado na tabela 5.3.

Tabela 5.3. – Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Fernando Collor (1990 - 1992)

Ministério/Secretaria	Ministro/Secretário	Data de Entrada	Data de Saída	Partido
Ministério da Justiça	José Bernardo Cabral	15/03/90	13/10/90	PMDB
	Jarbas Gonçalves Passarinho	13/10/90	02/04/92	PDS
	Célio de Oliveira Borja	02/04/92	02/10/92	S.F.P.
Ministério das Relações Exteriores	José Francisco Rezek	15/03/90	13/04/92	S.F.P.
	Celso Lafer	13/04/92	02/10/92	PSDB
Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento	Zélia Cardoso de Melo	15/03/90	10/05/91	S.F.P.
	Marcílio Marques Moreira	10/05/91	02/10/92	S.F.P.
Ministério dos Transportes e das Comunicações	Afonso Alves Camargo Neto	13/04/92	02/10/92	PTB
Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	Joaquim Domingos Roriz	15/03/90	29/03/90	PTR
Ministério da Educação e Cultura	Antônio Cabrera Mano Filho	03/04/90	02/10/92	PRN
	Carlos Alberto Gomes Chiarelli	15/03/90	22/08/91	PFL
Ministério da Saúde	José Goldemberg	22/08/91	05/08/92	S.F.P.
	Eraldo Tinoco	05/08/92	02/10/92	PFL
	Alceni Ângelo Guerra	15/03/90	24/01/92	PFL
Ministério do Trabalho	Adib Jatene	13/02/92	02/10/92	S.F.P.
	Antônio Rogério Magri	15/03/90	20/01/92	S.F.P.
	Reinhold Stephanes	20/01/92	13/04/92	PFL

	João Mellão Neto	13/04/92	02/10/92	PL
Ministério da Previdência e Assistência Social	Reinhold Stephanes	13/04/92	02/10/92	PFL
Ministério da Infraestrutura	Ozires Silva	15/03/90	27/03/91	S.F.P.
	Eduardo Teixeira	27/03/91	10/05/91	S.F.P.
	João Santana	10/05/91	13/04/92	S.F.P.
Ministério da Ação Social	Margarida M. M. Procópio Toledo	15/03/90	20/01/92	S.F.P.
	Ricardo Fiúza	20/01/92	02/10/92	PFL
Ministério Extraordinário para Assuntos de Integração Latino-Americana	Carlos Alberto Gomes Chiarelli	22/08/91	24/01/92	PFL
Ministério Extraordinário Para a Criança	Carlos Moreira Garcia	26/02/92	02/10/92	S.F.P.
Secretaria de Governo	Jorge Konder Bornhausen	02/04/92	11/09/92	PFL
	Ricardo Fiúza	11/09/92	28/10/92	PFL
Ministério da Marinha	Mário César Flores	15/03/90	02/10/92	S.F.P.
Ministério do Exército	Carlos Tinoco Ribeiro Gomes	15/03/90	02/10/92	S.F.P.
Ministério da Aeronáutica	Socrátes da Costa Monteiro	15/03/90	02/10/92	S.F.P.
Secretaria de Desenvolvimento Regional	Ângelo Calmon de Sá	13/04/92	02/10/92	S.F.P.

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

De acordo com Meneguello (1998), a principal mudança ocorrida no primeiro ministério Collor foi a renúncia da então ministra da economia Zelia Cardoso de Mellho, após o fracasso do Plano Collor 2⁴¹. Quem assumiu o comando da pasta em seu lugar foi o diplomata de carreira Marcílio Marques Moreira, reforçando assim, a tendência de ocupação não-partidária das pastas ligadas à economia, que se iniciou no fim do governo Sarney.

Em 1992, foi constituído o segundo ministério Collor, numa tentativa de salvar o presidente que perdia apoio popular por causa das constantes denúncias de corrupção vindas até mesmo de membros da sua própria família. Esse segundo ministério foi composto de notáveis escolhidos pelo critério de boa imagem pública e promoveu um aumento da participação dos partidos políticos

⁴¹ Em Janeiro de 1991, o Plano Collor 1 foi substituído pelo Plano Collor 2. Ele incluiu novos congelamentos de preços e a substituição do taxas de overnight com novas ferramentas fiscais que incluíam no seu cálculo as taxas de produção antecipada de papéis privados e federais. Ambos fracassaram no objetivo de conter a inflação.

no governo. Se no primeiro ministério Collor apenas PDS e PFL apoiavam o governo e ocupavam pastas ministeriais com a reforma de 1992 os demais partidos de direita, como PTB, PL, PRN e PDC passaram a integrar o governo. Prova disso foi a nomeação de Afonso Alves Camargo Neto (PTB) para o comando do Ministério dos Transportes e Comunicações, de João Mellão Neto (PL) para a pasta do Trabalho e de Reinhold Stephanes (PFL) para o comando do Ministério da Previdência Social.

Na tabela 5.4 é possível observar a distribuição das pastas ministerial do governo Collor por partidos políticos. Dos 32 ministros que integraram o governo Collor 9 pertenciam ao PFL, 16 não possuíam qualquer filiação partidária e PDS, PL, PMDB, PRN, PSDB, PTB e PTR possuíam cada 1 ministério. Isso confirma a predominância do caráter técnico das nomeações feitas por Collor e que dentre os partidos políticos, o PFL era o principal aliado do então presidente, desbancando inclusive o PRN, partido do Presidente, que quase não possuía representação no Congresso Nacional, ao contrário do PFL que dividia com o PMDB a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado.

Tabela 5.4. - Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo Fernando Collor (1990-1992)

Partido	Número de Ministros/Secretários	% de Ministros/Secretários por Partido
PFL	9	28,1%
PMDB	1	3,1%
PSDB	1	3,1%
PDS	1	3,1%
PL	1	3,1%
PRN	1	3,1%
PTB	1	3,1%
PTR	1	3,1%
S.F.P.	16	50%
TOTAL	32	100%

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

A postura do PMDB com relação ao governo Collor pautou-se principalmente pela crítica às medidas econômicas adotadas pelo então presidente. Durante o breve governo Collor, o PMDB ocupou apenas um gabinete ministerial, o Ministério da Justiça, e por um curto intervalo de tempo, de março a outubro de 1990. O partido atuou ativamente no processo que resultou no impeachment de Fernando Collor. No entanto, de acordo com

Limongi e Figueiredo (1999), o PMDB deu apoio ao governo durante o processo de votação do Plano Collor, na Câmara dos Deputados. Segundo os autores, “O PMDB apoiou o governo, por meio de indicação explícita de seu líder, em nada menos que 13 das 16 votações nominais” (LIMONNGI e FIGUEIREDO, 1999, p. 177).

Em 1992, Collor renuncia à Presidência do país após uma série de denúncias, que resultaram no seu impeachment, e Itamar Franco, a essa época sem filiação partidária, assume a presidência do país até dezembro de 1994.

5.3. GOVERNO ITAMAR FRANCO

Itamar assumiu a Presidência após o impeachment de Collor. Ele é o segundo vice-presidente no período pós-85 a assumir o cargo de presidente. No momento de sua posse, Itamar não possuía filiação partidária, (re)filiando-se pouco demais ao PMDB, seu antigo partido.

Diante do momento político delicado pelo qual passava o país: sem base no Congresso e com a imagem do Executivo totalmente desacreditada pela sociedade, Itamar optou por montar uma equipe ministerial com representantes de muitos partidos, na tentativa de garantir apoio do Congresso para o seu governo. PSDB e PMDB foram, no entanto, os partidos que concentraram mais ministérios, conforme é mostrado na tabela 5.5.

Tabela 5.5. Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo Itamar Franco (1992-1994)

Partido	Número de Ministros/Secretários	% de Ministros/Secretários por Partido
PSDB	9	16,7%
PMDB	8	14,2%
PFL	5	8,9%
PSB	2	3,5%
PTB	2	3,5%
PDT	1	1,7%
PP	1	1,7%
PT	1	1,7%
S.F.P.	27	48,2%
TOTAL	56	100%

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

Dos 56 ministros/secretários especiais que participaram do governo Itamar 9 pertenciam ao PSDB, 8 ao PMDB, 5 ao PFL, PSB e PTB tinham cada um 2 ministros, PDT, PP e PT comandaram 1 ministério cada um. No entanto, apesar da ampliação do controle partidário na equipe ministerial, o maior número de ministros do governo Itamar, 27 para ser mais preciso, não possuíam filiação partidária. Esse número elevado de ministros sem filiação ressalta que o governo Itamar constituiu-se num importante estágio de transição para um grupo de técnicos que figura no eixo central do governo de seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso.

Uma característica que marcou o perfil político-administrativo do governo Itamar foi a busca por uma imagem pública de moralidade do Executivo Federal. Dessa forma, honestidade (critério pessoal) foi um dos temas mais importantes a orientar as escolhas ministeriais. Em contrapartida denúncias de corrupção envolvendo ministros foram motivos fundamentais para demissão imediata e substituição dos mesmos, como aconteceu, por exemplo, com Eliseu Rezende⁴² e Rubens Recupero⁴³.

O então presidente precisava do apoio do Congresso Nacional para governar e por isso concedeu ao PMDB, partido que representava a maior bancada, os ministérios que este lhe pediu, reservando-se porém, o direito de escolher, dentro dos quadros peemedebistas, os nomes que ocupariam as pastas ministeriais. A tabela 5.6 mostra a composição ministerial do governo Itamar Franco.

⁴² Saiu do Governo após ser acusado de ter intermediado um empréstimo milionário para a empreiteira Norberto Odebrecht para uma obra de irrigação no Peru. Eliseu foi alto funcionário da empresa durante sete anos.

⁴³ Foi obrigado a renunciar ao cargo depois do vazamento de uma conversa sua com o seu cunhado e jornalista da Rede Globo, Carlos Monforte em que revelava alguns detalhes sobre o Plano Real. O episódio ficou conhecido como o Escândalo da parabólica, uma vez que essa conversa ocorreu nos bastidores, enquanto o então ministro se preparava para entrar ao vivo no Jornal da Globo, e o sinal do link via satélite que transmitia a entrevista já estava aberto e os domicílios cujas antenas parabólicas estavam sintonizadas no canal privativo de satélite da Rede Globo captaram a conversa informal entre os dois. A fala do ministro foi: “Eu não tenho escrúpulos: o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde”.

Tabela 5.6. – Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Itamar Franco (1992-1994)

Ministério/Secretaria	Ministro/Secretário	Data de Entrada	Data de Saída	Partido
Ministério da Justiça	José Maurício Correia	03/10/92	05/04/94	PDT
	Alexandre Dupervrat	05/04/94	01/01/95	S.F.P.
Ministério das Relações Exteriores	Fernando Henrique Cardoso	05/10/92	20/05/93	PSDB
	Celso Luís Nunes de Amorim	20/07/93	01/01/95	S.F.P.
Ministério da Fazenda	Gustavo Krause G. Sobrinho	05/10/92	19/01/93	PFL
	Paulo Haddad	19/01/93	01/03/93	PSDB
	Eliseu Resende	01/03/93	21/05/93	PFL
	Fernando Henrique Cardoso	21/05/93	05/04/94	PSDB
	Rubens Ricúpero	05/04/94	07/09/94	S.F.P.
	Ciro Gomes	07/09/94	01/01/95	PSDB
Ministério dos Transportes	Alberto Goldman	19/10/92	21/12/93	PMDB
	Margarida C. do Nascimento	21/12/93	08/03/94	S.F.P.
	Rubens Bayma Denis	08/03/94	01/01/95	S.F.P.
Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária	Lázaro Ferreira Barbosa	14/10/92	25/05/93	PMDB
	José Antônio Barros Munhoz	17/06/93	01/09/93	PTB
	Dejandir Dalpasquale	13/10/93	21/12/93	PMDB
	Synval Guazzelli	25/01/94	01/01/95	PMDB
Ministério da Educação e do Desporto	Murilo de Avelar Hingel	05/10/92	01/01/95	PMDB
Ministério da Cultura	Antônio Houaiss	19/10/92	02/09/93	PSB
	José Jerônimo M. de Sousa	02/09/93	09/12/93	S.F.P.
	Luiz Roberto do N. e Silva	15/12/93	01/01/95	S.F.P.
Ministério da Saúde	Jamil Haddad	08/10/92	19/08/93	PSB
	Henrique Santillo	30/08/93	01/01/95	PP
Ministério do Trabalho	Walter Barelli	08/10/92	04/04/94	S.F.P.
	Marcelo Pimentel	10/05/94	01/01/95	S.F.P.
Ministério da Previdência Social	Antônio Brito	14/10/92	14/12/93	PMDB
	Sérgio Cutolo	14/12/93	01/01/95	S.F.P.
Ministério do Bem-Estar Social	Jutaí Magalhães Júnior	05/10/92	28/12/93	PSDB
	Leonor Franco	28/12/93	30/12/94	S.F.P.
Ministério da Indústria, Comércio e Turismo	José Eduardo de A. Vieira	19/10/92	23/12/93	PTB
	Élcio Alvares	25/1/94	01/01/95	PFL
Ministério das Minas e Energia	Paulino C. de Vasconcelos	08/10/92	28/12/93	PSDB
	Alexis Stepanenko	08/03/94	21/09/94	S.F.P.
	Delcídio Gomez	21/09/94	01/01/95	S.F.P.
Ministério da Ciência e Tecnologia	José Israel Vargas	27/10/92	01/01/95	S.F.P.
Ministério das Comunicações	Hugo N. do Rego Neto	19/10/92	23/12/93	PFL
	Djalma Bastos de Moraes	23/12/93	01/01/95	S.F.P.
Ministério do Meio Ambiente	Fernando Coutinho Jorge	19/10/92	16/09/93	PMDB
	Rubens Ricúpero	16/09/93	05/04/94	S.F.P.
	Henrique Brandão Cavalcanti	05/04/94	01/01/95	S.F.P.
Ministério da Integração Regional	Alexandre Alves Costa	08/10/92	23/12/93	PFL
	Aluísio Alves	08/03/94	01/01/95	PMDB
Ministério da Marinha	Ivan da Silveira Serpa	08/10/92	01/01/95	S.F.P.
Ministério do Exército	Zenildo G. Z. de Lucena	08/10/92	01/01/95	S.F.P.

Ministério da Aeronáutica	Lélio Viana Lôbo	08/10/92	01/01/95	S.F.P.
Casa Civil	Henrique Hargreaves	05/10/92	01/01/95	S.F.P.
Secretaria-geral	Mauro Motta Durante	05/10/92	01/01/95	S.F.P.
Secretaria de Assuntos Estratégicos	Mário César Flores	22/10/92	01/01/95	S.F.P.
Secretaria de Administração Federal	Luiza Erundina de Souza	28/01/93	20/05/93	PT
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação	Romildo Canhim	20/05/93	01/01/95	S.F.P.
Casa Militar	Paulo Haddad	19/10/92	28/01/93	PSDB
Estado-Maior das Forças Armadas	Yeda Crusius	28/01/93	07/05/93	PSDB
	Alexis Stepanenko	20/05/93	08/05/94	S.F.P.
	Benedito C. Veras Alcântara	08/03/94	01/01/95	PSDB
	Fernando Cardoso	15/10/92	01/01/95	S.F.P.
	Arnaldo Leite Pereira	16/04/93	01/01/95	S.F.P.

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

Itamar promoveu uma reestruturação nos ministérios e nos órgãos da Presidência com status de ministério, que acabou por aumentar o número de pastas existentes, sobretudo nas áreas da econômica e social. As mudanças abrangeram desde o desmembramento de ministérios em mais de uma pasta e a criação de novos ministérios até a reintrodução de ministérios que durante o governo Collor foram definidos como secretaria. São exemplos disso: a divisão do Ministério da Economia nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento; o Ministério da Infraestrutura deu lugar aos Ministérios das Minas e Energia e dos Transportes, o Ministério da Ciência e Tecnologia, que no governo Collor tinha assumido status de Secretaria Especial, voltou a ser receber o status de ministério. Já na área social as mudanças realizadas são as seguintes: a pasta referente a Educação, Desporto e Cultura no governo Collor, deu lugar a três ministérios distintos no governo de Itamar; o Ministério das Comunicações foi recriado, e foram criados os Ministérios do Meio Ambiente e o do Bem-Estar Social.

Ainda no tocante às mudanças promovidas por Itamar na área econômica, seu governo é o primeiro do período pós-85 em que as nomeações para o comando do Ministério da Fazenda não são de membros do PMDB ou sem filiação partidária. suas nomeações para essa pasta giraram em nomes de dois partidos: PFL e PSDB. Nesse sentido, um destaque da composição ministerial deste governo é o predomínio que o PSDB passa a exercer na

condução da política econômica do país, ganhando grande visibilidade, sobretudo depois do sucesso da criação do Plano Real. A tabela 5. 6 mostra que dos seis ministros que passaram pelo Ministério da Fazenda, 3 eram filiados ao PSDB, dentre eles estava Fernando Henrique Cardoso, considerado o “Pai do Real”.

Apesar da perda de espaço na área econômica, o PMDB continuou a ter o predomínio sobre o Ministério da Agricultura. Segundo Meneguello (1998), as articulações peemedebistas para manter essa pasta sobre seu controle “revelam este ministério um ‘território’ do partido, entendido como um espaço da burocracia pública no qual o controle de um determinado partido é capaz de resistir às pressões e demandas inter-partidárias colocadas ao poder executivo” (MENEGUELLO, 1998: p. 176). As substituições que ocorreram no comando dessa pasta sempre foram realizadas dentro do próprio PMDB.

Ainda de acordo com Meneguello (1998), a composição da equipe ministerial do governo Itamar Franco pode ser dividida em três períodos, a saber: a equipe ministerial de outubro de 1992; a de dezembro de 1993; e, a de abril de 1994.

No tocante a equipe ministerial de outubro de 1992, destaca-se a ampliação da participação dos partidos políticos no comando das pastas, com especial predomínio do PMDB, PFL e PSDB. Fato que rendeu ao presidente o apoio de 19 dos 27 governadores eleitos em 1990 e que pertenciam aos três partidos acima citados.

Em dezembro de 1993, Itamar teve que realizar uma reforma ministerial, devido sobretudo a saída de políticos que iriam concorrer nas eleições de 1994. Nesse período ocorreu uma redução no número de partidos que participavam do governo, que resultou no crescimento de nomeações técnicas. Ocorreram alterações no comando dos seguintes ministérios: todas as alterações feitas no comando do Ministério do Planejamento foram de natureza técnica; no Ministério da Agricultura saiu o peemedebista Dejandir Dalpasquale para a entrada do também peemedebista Synval Guazzelli; o Ministério da Indústria e do Comércio

passou do comando do PTB para o do PFL; PSDB. PMDB e PFL perderam o comando dos Ministérios das Minas e Energia, do Trabalho, do Bem-Estar Social, das Comunicações e da Previdência Social para nomeações técnicas; o PFL perdeu o controle do Ministério da Integração Regional para o PMDB.

Já a reforma ministerial ocorrida em abril de 1994 representou o predomínio de nomeações técnicas em detrimento das partidárias, bem como a manutenção do controle peessedebista nas pastas da área econômica. As principais alterações foram: A substituição no Ministério da Fazenda, de Fernando Henrique Cardoso por Rubens Ricupero, para que FHC pudesse disputar a eleição para Presidente da República; nos Ministérios dos Transportes, da Justiça e das Minas e Energia ocorreram alterações de natureza técnica.

De modo geral, a análise da composição ministerial de todo o período Itamar revela um relativo equilíbrio entre as nomeações de natureza técnica e as de natureza partidária, bem como o predomínio do PSDB, PMDB e PFL⁴⁴ perante os outros partidos políticos, no que diz respeito a participação no governo.

5.4. GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-1998 E 1999-2002)

O primeiro governo FHC se caracterizou pela estabilidade econômica do país, em consequência do controle da inflação. Tal controle da inflação foi conseguido através do Plano Real, criado no governo anterior e que foi o carro chefe da campanha de FHC para Presidente da República.

Com relação à composição ministerial do governo FHC, predominaram as nomeações de natureza técnica (31,8% dos ministros não possuíam filiação partidária), o que não diminui a importância das nomeações partidárias também

⁴⁴ Esses três partidos representavam as maiores bancadas do Congresso Nacional, o que reforça a tese inicial apresentada nesse capítulo de que a distribuição das pastas ministeriais tem forte ligação com o tamanho da bancada parlamentar de cada partido no Congresso.

presentes nesse governo. Os principais partidos que compuseram a base de sustentação do primeiro governo FHC foram o PSDB, PFL, PMDB e PTB, conforme mostra a tabela 5.8.

Tabela 5.7. Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo FHC (1995-1998)

Partido	Número de Ministros/Secretários	% de Ministros/Secretários por Partido
PSDB	11	25%
PMDB	7	15,9%
PFL	4	9%
PPB	3	6,8%
PTB	4	9%
PPS	1	2,2%
S.F.P.	14	31,8%
TOTAL	44	100%

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

O PSDB com 11 ministros, representou 25% dos ministros do governo FHC e foi o partido que mais teve ministros no governo FHC. Logo em seguida veio o PMDB com 7 ministros, correspondendo a um percentual de 15,9%. Em terceiro lugar no número de ministros estavam o PFL e o PTB com 4 nomeações cada um, representando 9% dos ministros. O PPB e o PPS também compuseram a equipe ministerial de FHC, tendo cada um, 3 e 1 ministros, respectivamente.

Dentre as mudanças promovidas por FHC em seu primeiro mandato estiveram a extinção dos Ministérios da Integração e do Bem-Estar Social, a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e a divisão do Ministério da Educação e Esportes em dois.

A equipe ministerial do primeiro mandato de FHC se caracterizou também pela continuidade de predomínio do PSDB sobre as pastas da área econômica e pela permanência de quatro ministros que participaram do governo Itamar Franco. São eles: José Andrade Vieira (PTB), ministro da Agricultura; José Israel Vargas (S.F.P.), ministro da Ciência e Tecnologia; Gustavo Krause (PFL), ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Adib Jatene (S.F.P.), ministro da Saúde.

O PMDB exerceu um predomínio sobre o Ministério da Justiça, sendo as três substituições ocorridas no comando desse ministério todas entre membros

peemedebistas. No entanto, o partido perdeu o controle que tinha desde o governo Sarney sobre o Ministério da Agricultura para o PTB. Já o PFL exerceu um controle sobre o Ministério da Previdência e Assistência Social, sendo as duas substituições realizadas no comando dessa pasta entre membros pefelistas. A tabela 5.7. traz toda a equipe ministerial do governo FHC, bem como as substituições ocorridas no comando das pastas ocorridas no governo.

Tabela 5.8. – Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)

Ministério/Secretaria	Ministro/Secretário	Data de Entrada	Data de Saída	Partido
Ministério da Justiça	Nelson Jobim	01/01/95	22/05/97	PMDB
	Íris Resende	22/05/97	31/03/98	PMDB
	José Renan Vasconcelos Calheiros	7/04/98	01/01/99	PMDB
Ministério das Relações Exteriores	Luís Felipe Lampreia	01/01/95	01/01/99	S.F.P.
Ministério da Fazenda	Pedro Malan	01/01/95	01/01/99	S.F.P.
Ministério dos Transportes	Odacir Klein	01/01/95	14/08/96	PMDB
	Alcides Saldanha	15/08/96	17/05/97	PMDB
	Eliseu Padilha	17/05/97	01/01/99	PMDB
Ministério da Agricultura	José Eduardo Andrade Vieira	01/01/95	30/04/96	PTB
	Arlindo Porto	08/05/96	07/04/98	PTB
	Francisco Turra	01/04/98	01/01/99	PPB
Ministério da Educação	Paulo Renato Sousa	01/01/95	01/01/99	PSDB
Ministério da Cultura	Francisco Weffort	01/01/95	01/01/99	S.F.P.
Ministério da Saúde	Adib Jatene	01/01/95	12/11/96	S.F.P.
	Carlos César de Albuquerque	12/12/96	31/03/98	PSDB
	José Serra	01/04/98	01/01/99	PSDB
Ministério do Trabalho	Paulo Paiva	01/01/95	07/04/98	PTB
	Edward Joaquim Amadeo Swaelen	07/04/98	01/01/99	S.F.P.
Ministério da Previdência e Assistência Social	Reinhold Stephanes	01/01/95	31/03/98	PFL
Ministério da Indústria, Comércio e Turismo	Waldeck Órnellas	07/04/98	01/01/99	PFL
Ministério da Indústria, Comércio e Turismo	Dorothea Furquim Werneck	01/01/95	25/04/96	PSDB
	Francisco Dornelles	07/04/96	31/03/98	PPB
	José Botafogo Gonçalves	31/03/98	01/01/99	PPB
Ministério das Minas e Energia	Raimundo Mendes de Brito	01/01/95	01/01/99	S.F.P.
Ministério da Ciência e Tecnologia	José Israel Vargas	01/01/95	01/01/99	S.F.P.
Ministério das Comunicações	Sérgio Mota	01/01/95	14/04/98	PSDB
	Luís Carlos Mendonça de Barros	01/05/98	25/11/98	PSDB
Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal	Gustavo Krause	01/01/95	01/01/99	PFL
	José Serra	01/01/95	04/06/96	PSDB
Ministério do Planejamento, Orçamento e Coordenação	Antônio Kandir	04/06/96	31/03/98	PSDB
	Paulo Paiva	07/04/98	01/01/99	PTB
Ministério da	Luís Carlos Bresser Pereira	01/01/95	24/06/98	PSDB

Administração Federal e Reforma do Estado	Cláudia Costin	25/06/98	04/11/98	S.F.P.
	Luís Carlos Bresser Pereira	04/11/98	01/01/99	PSDB
Ministério Extraordinário para Coordenação Política	Luís Carlos Santos	25/04/96	01/04/98	PMDB
Ministério Extraordinário dos Esportes	Pelé (Edson Arantes do Nascimento)	03/01/95	31/03/98	S.F.P.
Ministério Extraordinário da Reforma Agrária	Raul Jungmann	25/04/96	01/01/99	PPS
Ministério Extraordinário da Reforma Institucional	Antonio de Almendra Freitas Neto	07/04/98	01/01/99	PFL
Ministério da Marinha	Mauro César Pereira	01/01/95	01/01/99	S.F.P.
Ministério do Exército	Zenildo Z. Gonzaga de Lucena	01/01/95	01/01/99	S.F.P.
Ministério da Aeronáutica	Mauro José Gandra	01/01/95	21/11/95	S.F.P.
	Lélio Lobo	21/11/95	01/01/99	S.F.P.
Casa Civil	Clovis de Barros Carvalho	01/01/95	01/01/99	PSDB
Secretaria de Assuntos Estratégicos	Ronaldo Mota Sardenberg	01/01/95	01/01/99	S.F.P.

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

Com a conquista da reeleição em nas eleições de outubro de 1998, Fernando Henrique segue para seu segundo mandato como Presidente da República por mais quatro anos (1999-2002) e forma uma nova equipe ministerial para esse período.

A composição ministerial do segundo mandato de FHC não diferiu muito do primeiro mandato, houve novamente um predomínio de nomeações de natureza técnica em relação as nomeações partidárias, como indicado no percentual de 36% de ministros sem filiação partidária (S.F.P.). No tocante a participação dos partidos políticos no comando das pastas ministeriais, o PSDB, partido do presidente aumentou seu número de ministros, passando de 11 no período de 1995-1998 para 16 no período de 1999-2002. O PFL também aumentou seu número de ministros que integraram o segundo governo FHC, o partido passou de 4 ministros em 1995-1998 para 8 em 1999-2002. Já o PMDB e o PTB viram o seu número de nomeações diminuir. O PMDB caiu de 7 para 6 nomeações, e o PTB de 4 ministros passou a ter apenas um. A tabela abaixo apresenta a distribuição do número de ministros por partido durante o segundo mandato de FHC.

5.9. Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo FCH (1999-2002)

Partido	Número de Ministros/Secretários	% de Ministros/Secretários por Partido
PSDB	16	28%
PMDB	6	10,5%
PFL	8	14%
PPB	4	7%
PTB	1	1,7%
PPS	1	1,7%
S.F.P.	21	36,8%
TOTAL	57	100%

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

Dentre as mudanças que ocorreram na composição da equipe ministerial do segundo governo FHC está a criação e a recriação de alguns ministérios, a extinção de outros e mudança de nome de algumas pastas, bem como a fusão de ministérios. Foram criados: o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, que em abril de 2002 passou a se chamar Ministério do Desenvolvimento Agrário; o Ministério Extraordinário de Projetos Especiais, o Ministério do esporte e Turismo e a Casa Militar. O Ministério da Integração Nacional que havia sido extinto no primeiro governo de FHC foi recriado em agosto de 1999. Foram extintos os Ministérios da Coordenação Política, da Reforma Agrária e da Reforma Institucional, e a Secretaria de Assuntos Estratégicos. O Ministério da Indústria, Comércio e Turismo trocou de nome em janeiro de 1999, passando a se chamar Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio. Esse mesmo ministério trocou novamente de nome em julho do mesmo ano, passando a se chamar Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior. Outro ministério que teve seu nome alterado foi o Ministério da Agricultura que passou a se chamar de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica foram fundidos dando origem ao Ministério da Defesa. Todas essas alterações podem ser observadas na tabela 5.10.

Tabela 5.10. Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)

Ministério/Secretaria	Ministro/Secretário	Data de Entrada	Data de Saída	Partido	
Ministério da Justiça	José Renan V. Calheiros	01/01/99	19/07/99	PMDB	
	José Carlos Dias	19/07/99	14/04/00	S.F.P.	
	José Gregori	14/04/00	14/11/01	PSDB	
	Aloysio Nunes Ferreira Filho	14/11/01	03/04/02	PSDB	
	Miguel Reale Júnior	03/04/02	10/07/02	PSDB	
	Paulo de Tarso Ramos Ribeiro	10/07/02	01/01/03	S.F.P.	
Ministério das Relações Exteriores	Luís Felipe Lampreia	01/01/99	12/01/01	S.F.P.	
	Celso Lafer	29/01/01	01/01/03	PSDB	
Ministério da Fazenda	Pedro Malan	01/01/99	01/01/03	S.F.P.	
Ministério dos Transportes	Eliseu Padilha	01/01/99	16/11/01	PMDB	
	João Henrique de Almeida Sousa	03/04/02	01/01/03	PMDB	
Ministério da Agricultura	Francisco Turra	01/01/99	19/07/99	PPB	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Marcus Vinicius Pratini de Moraes	19/07/99	01/01/03	PPB	
Ministério da Educação	Paulo Renato Sousa	01/01/99	01/01/03	PSDB	
Ministério da Cultura	Francisco Weffort	01/01/99	01/01/03	S.F.P.	
Ministério da Saúde	José Serra	01/01/99	21/02/02	PSDB	
	Barjas Negri	21/02/02	01/01/03	PSDB	
Ministério do Trabalho	Francisco Oswaldo N. Dornelles	01/01/99	03/04/02	PPB	
	Paulo Jobim Filho	03/04/02	01/01/03	PPB	
Ministério da Previdência e Assistência Social	Waldeck Vieira Ornelas	01/01/99	24/02/01	PFL	
	Roberto Lúcio Rocha Brant	13/03/01	08/03/02	PFL	
	José Cechin	03/04/01	01/01/03	S.F.P.	
Ministério de Minas e Energia	Rodolpho Tourinho Neto	01/01/99	23/02/01	PFL	
	José Jorge de Vasconcelos Lima	13/03/01	08/03/02	PFL	
	Francisco Luiz Sibut Gomide	03/04/02	01/01/03	S.F.P.	
Ministério da Ciência e Tecnologia	Luiz C. Bresser G. Pereira	01/01/99	19/07/99	PSDB	
	Ronaldo Mota Sardenberg	19/07/99	01/01/03	S.F.P.	
Ministério das Comunicações	João Pimenta da Veiga Filho	01/01/99	03/04/02	PSDB	
	Juarez M. Q. do Nascimento	03/04/02	01/01/03	PSDB	
Ministério do Meio Ambiente	José Sarney Filho	01/01/99	05/03/02	PFL	
	José Carlos Carvalho	05/03/02	01/01/03	S.F.P.	
Ministério do Orçamento e Gestão	Paulo de Tarso Almeida Paiva	01/01/99	31/03/99	PTB	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Pedro Pullen Parente	06/04/99	19/07/99	S.F.P.	
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Martus Antônio R. Tavares	19/07/99	03/04/02	PSDB	
Ministério da Marinha	Guilherme Gomes Dias	03/04/02	01/01/03	S.F.P.	
Ministério da Marinha	Sergio G. Florêncio Chagasteles	01/01/99	10/06/99	S.F.P.	
Ministério do Exército	Gleuber Vieira	01/01/99	10/06/99	S.F.P.	
Ministério da Aeronáutica	Walter Werner Bräuer	01/01/99	10/06/99	S.F.P.	
Ministério da Defesa ⁴⁵	Elcio Alvares	10/06/99	24/01/00	PFL	
	*	Geraldo Magela da Cruz Quintão	24/01/00	01/01/03	S.F.P.
		Fernando Luiz Gonçalves Bezerra	03/08/99	15/05/01	PMDB

⁴⁵ Esse Ministério surgiu a partir da fusão dos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Ministério da Integração Nacional	Ramez Tebet	20/06/01	20/09/01	PMDB
	Ney Robinson Suassuna	14/11/01	05/04/02	PMDB
	José Luciano Barbosa da Silva	05/06/02	01/01/03	S.F.P.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Celso Lafer	01/01/99	09/07/99	PSDB
	Clovis de Barros Carvalho	19/07/99	08/09/99	PSDB
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Alcides Lopes Tapias	14/09/99	31/07/01	S.F.P.
	Sergio Silva do Amaral	23/08/01	01/01/03	S.F.P.
Ministério do Esporte e Turismo	Rafael V. Greca de Macedo	19/01/99	02/05/99	PFL
	Carlos Carmo Andrade Melles	09/05/00	08/03/02	PFL
	Caio Luiz Cibella de Carvalho	03/04/02	01/01/03	PSDB
Ministério Extraordinário de Política Fundiária⁴⁶	Raul Jungmann	01/01/99	04/04/02	PPS
Ministério do Desenvolvimento Agrário	José Abrão	04/04/02	01/01/03	PSDB
Ministério Extraordinário de Projetos Especiais	Ronaldo Mota Sardenberg	01/01/99	19/07/99	S.F.P.
Casa Civil	Clovis de Barros Carvalho	01/01/99	19/07/99	PSDB
	Pedro Pullen Parente	19/07/99	01/01/03	S.F.P.
Casa Militar⁴⁷	Alberto Mendes Cardoso	01/01/99	01/01/03	S.F.P.

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

O PMDB perdeu o comando do Ministério da Justiça para o PSDB. No entanto, manteve o controle sobre o Ministério dos Transportes, sendo as duas alterações ocorridas nessa pasta entre membros peemedebistas. O partido também assumiu o controle sobre o Ministério da Integração Nacional, recriado nesse governo. Outro partido que sofreu perdas no comando de pastas ministeriais foi o PTB que perdeu o controle dos Ministérios da Agricultura e do Trabalho para o PPB. O PSDB perdeu o comando sobre as pastas da área econômica para nomeações de natureza técnica, mas manteve o predomínio das nomeações para os Ministérios da Saúde e da Comunicação. Já o PFL além de manter o comando sobre o Ministério da Previdência e Assistência Social, passou a controlar o Ministério das Minas e Energia.

De um modo geral, a composição ministerial dos governos FHC representou a coalizão partidária que deu sustentação ao governo, ao mesmo

⁴⁶ Esse Ministério muda de nome em 26/11/1999, passando a se chamar Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁴⁷ Passou a se chamar Gabinete de Segurança Institucional.

tempo em que as nomeações técnicas tiveram grande relevância. As renovações ministeriais ocorridas se deveram, sobretudo, a necessidade política de (re) construção continuada da maioria parlamentar, característica típica de sistemas presidencialistas marcados pela fragmentação, como é o caso brasileiro.

5.5. GOVERNOS LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2006 E 2007-2010)

Em janeiro de 2003 Lula chega à Presidência da República pela primeira vez após disputar quatro eleições. Seu governo iniciou com uma ampla coalizão partidária que abrigou PT, PL, PCdoB, PSB, PTB, PPS e PV. O PMDB até então aliado do principal opositor de Lula, o PSDB, ingressou na coalizão do governo petista no início de 2004 após a saída do PDT. De maneira geral, a gestão Lula foi caracterizada por uma estabilidade econômica, pelo desenvolvimento de diversos projetos sociais, que visavam a diminuição da desigualdade social e a melhoria das condições de vida da população, bem como foi alvo de várias denúncias de corrupção envolvendo membros do governo, sobretudo do PT.

Durante seu primeiro mandato (2003-2006), Lula realizou 64 nomeações, das quais 55 foram nomeações de ministros filiados a algum partido político, sendo apenas 9 nomeações de natureza técnica. Esse fato mostra uma particularidade da composição ministerial do governo Lula em relação às equipes ministeriais dos governos Itamar e FHC, ou seja, enquanto que no governo Itamar Franco 48,2% e, 31,8% e 36,8%, respectivamente nos dois mandatos de FHC foram de nomeações de natureza técnica, apenas no primeiro mandato de Lula 86% das nomeações foram partidárias. Além disso, pela primeira vez na história política do país o partido do presidente obteve mais de 50% das nomeações ministeriais, conforme mostra a tabela abaixo.

5.11. Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo Lula (2003-2006)

Partido	Número de Ministros/Secretários	% de Ministros/Secretários por Partido
PT	35	54,6%
PMDB	5	7,8%

PSB	4	6,2%
PCdoB	3	4,6%
PL	3	4,6%
PP	1	1,5%
PDT	1	1,5%
PPS	1	1,5%
PTB	1	1,5%
PV	1	1,5%
S.F.P.	9	14%
TOTAL	64	100%

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

Lula realizou várias mudanças na estrutura ministerial deixada por FHC, dentre as quais figuram a mudança de nome de alguns ministérios e secretarias, a extinção de pastas e a criação de outras e o desmembramento de ministérios. O Ministério do Trabalho teve seu nome alterado para Ministério do Trabalho e Emprego. A Casa Militar passou a ser chamada de Gabinete de Segurança Institucional. Foram extintos os Ministérios Extraordinários de Política Fundiária e o de Projetos Especiais. O Ministério da Previdência e Assistência Social foi desmembrado nos Ministérios da Previdência Social e da Assistência Social, assim como o Ministério do Esporte e Turismo foi dividido em Ministério do Esporte e em Ministério do Turismo. Foram criados os Ministérios Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e o das Cidades, bem como as Secretarias de Comunicação Institucional, de Políticas para as Mulheres, de Aquicultura e Pesca, Especial de Direitos Humanos e a Secretaria-Geral.

Durante o primeiro governo Lula foram formados quatro ministérios. O primeiro deles corresponde ao período inicial do governo e vai de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Já na composição desse primeiro ministério ficou clara a predominância do Partido dos Trabalhadores sobre as nomeações ministeriais. O partido comandou 19 das 32 pastas existentes no primeiro ministério Lula.

Em Janeiro de 2004 acontece a formação do segundo ministério desse governo, devido a saída do PDT da base aliada de Lula e a entrada do PMDB. As principais alterações ocorridas nesse período foram: a criação da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais; o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome trocou de nome, passando a chamar Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a extinção do

Ministério da Assistência Social; e, as substituições que ocorreram nos Ministérios da Previdência Social e das Comunicações. No primeiro saiu o petista Ricardo Benzoini para a entrada do peemedebista Amir Lando, e no segundo Miro Teixeira (PDT) foi substituído por Eunício Oliveira (PMDB).

O terceiro ministério Lula é composto em junho de 2005 com a realização das seguintes alterações: a substituição entre petistas no comando dos Ministérios da Educação, do Trabalho e do Planejamento; trocas no comando dos Ministérios da Previdência Social e das Comunicações entre membros do PMDB; a saída de Dilma Rousseff (PT) do Ministério das Minas e Energia para a entrada de Silas Rondeau (S.F.P.); a entrada de Dilma Rousseff no comando da Casa Civil e a saída de José Dirceu, acusado de chefia o esquema do Mensalão; a saída de Luis Gushiken (PT) para a entrada de Luiz Tadeu Rigo (S.F.P.); e a alteração do nome da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, que passou a ser chamada de Secretaria de Relações Institucionais e teve seu comando transferido do PCdoB para o PT.

No início de 2006 ocorre a quarta e última reforma ministerial do primeiro governo Lula. As alterações realizadas são: a substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega, ambos do PT, no comando do Ministério da Fazenda; há a troca entre petistas também no comando do Ministério do Desenvolvimento Agrário e nas Secretarias de Relações Institucionais e de Aquicultura e Pesca; o PL perde o controle sobre o Ministério dos Transportes para uma nomeação de natureza técnica, bem como o comando do Ministério da Defesa para o PT; a saída de Roberto Rodrigues (S.F.P.) do Ministério da Agricultura para a entrada de Luis Carlos G. Pinto; o PMDB perde o comando do Ministério da Saúde, que passa a ter uma nomeação de caráter técnico; o PPS perde o controle do Ministério da Integração Nacional para o PSB; e, a substituição entre membros do PCdoB no comando do Ministério dos Esportes.

A tabela 5.11. apresenta todas as mudanças ministeriais acima relatadas e que aconteceram ao longo do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Tabela 5.12. Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Lula (2003-2006)

Ministério/Secretaria	Ministro/Secretário	Data de Entrada	Data de Saída	Partido
Ministério da Justiça	Marcio Thomaz Bastos	01/01/03	- ⁴⁸	S.F.P.
Ministério das Relações Exteriores	Celso Luiz Nunes Amorim	01/01/03	-	S.F.P.
Ministério da Fazenda	Antonio Palocci Filho	01/01/03	27/03/06	PT
	Guido Mantega	27/03/06	-	PT
Ministério dos Transportes	Anderson Adauto Pereira	01/01/03	15/03/04	PL
	Alfredo Pereira do Nascimento	15/03/04	31/03/06	PL
	Paulo Sérgio de Oliveira Passos	31/03/06	-	S.F.P.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Roberto Rodrigues	01/01/03	28/06/06	S.F.P.
Ministério da Educação	Luis Carlos Guedes Pinto	29/06/06	-	S.F.P.
	Cristovam R. Cavalcante Buarque	01/01/03	23/01/04	PT
	Tarso Fernando Herz Genro	23/01/04	01/08/05	PT
	Fernando Haddad	01/08/05	-	PT
Ministério da Cultura	Gilberto Passos Gil Moreira	01/01/03	-	PV
Ministério da Saúde	Humberto Sérgio Costa Lima	01/01/03	08/07/05	PT
	José Saraiva Felipe	08/07/05	15/03/06	PMDB
	José Agenor Alvares da Silva	15/03/06	-	S.F.P.
Ministério do Trabalho e Emprego	Jaques Wagner	01/01/03	23/01/04	PT
	Ricardo José Ribeiro Berzoini	23/01/04	12/07/05	PT
	Luiz Marinho	12/07/05	-	PT
	Ricardo José Ribeiro Berzoini	01/01/03	23/01/04	PT
Ministério da Previdência Social	Amir Lando	23/01/04	22/03/05	PMDB
	Romero Jucá Filho	22/03/05	22/07/05	PMDB
	Nelson Machado	22/07/05	-	PT
Ministério de Minas e Energia	Dilma Vana Rousseff	01/01/03	21/06/05	PT
	Silas Rondeau Cavalcante Silva	08/07/05	-	S.F.P.
Ministério da Ciência e Tecnologia	Roberto Átila Amaral Vieira	01/01/03	22/01/04	PSB
	Eduardo Henrique Accioly Campos	23/01/04	21/07/05	PSB
	Sérgio Machado Rezende	21/07/05	-	PSB
Ministério das Comunicações	Miro Abdalla Teixeira	01/01/03	23/01/04	PDT
	Eunício Lopes de Oliveira	23/01/04	08/07/05	PMDB
	Hélio Calixto da Costa	08/07/05	-	PMDB
Ministério do Meio Ambiente	Marina Silva	01/01/03	-	PT
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Guido Mantega	01/01/03	19/11/04	PT
	Nelson Machado	19/11/04	22/03/05	PT
	Paulo Bernardo Silva	22/03/05	-	PT
Ministério da Defesa	José Viegas Filho	01/01/03	08/11/04	S.F.P.
	José Alencar Gomes da Silva	08/11/04	31/03/06	PL
	Waldir Pires	31/03/06	-	PT
Ministério da Integração Nacional	Ciro Ferreira Gomes	01/01/03	31/03/06	PPS
	Pedro Brito	31/03/06	-	PSB
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Luiz Fernando Furlan	01/01/03	-	S.F.P.

⁴⁸ Significa que o ministro permaneceu no comando da pasta também no segundo governo Lula.

Ministério do Esporte	Agnelo Santos Queiroz Filho	01/01/03	31/03/06	PCdoB
	Orlando Silva Júnior	31/03/06	-	PCdoB
Ministério do Turismo	Walfrido S. dos Mares Guia Neto	01/01/03	-	PTB
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Miguel Soldatelli Rossetto	01/01/03	31/03/06	PT
	Guilherme Cassel	31/03/06	-	PT
Ministério da Assistência Social	Benedita Souza da Silva Sampaio	01/01/03	23/01/04	PT
Ministério Extraordinário de Seg. Alimentar e Combate à Fome	José Francisco Graziano da Silva	01/01/03	23/01/04	PT
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Patrus Ananias de Sousa	23/01/04	-	PT
Ministério das Cidades	Olívio de Oliveira Dutra	01/01/03	22/07/05	PT
	Márcio Fortes de Almeida	22/07/05	-	PP
Casa Civil	José Dirceu de Oliveira e Silva	01/01/03	21/06/05	PT
	Dilma Vana Rousseff	21/06/05	-	PT
Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais	José Aldo Rebelo Figueiredo	23/01/04	20/07/05	PCdoB
Secretaria de Relações Institucionais	Jaques Wagner	20/07/05	31/03/06	PT
Secretaria-Geral	Tarso Fernando Herz Genro	31/03/06	-	PT
Gabinete de Segurança Institucional	Luis Soares Dulci	01/01/03	-	PT
Secretaria de comunicação institucional	Jorge Armando Felix	01/01/03	-	S.F.P.
	Luis Gushiken	01/01/03	20/07/05	PT
Secretaria de Aqüicultura e Pesca	Luiz Tadeu Rigo	01/08/05	01/05/06	S.F.P.
	José Fritsch	01/01/03	31/03/06	PT
Secretaria de políticas para as mulheres	Altemir Gregolin	03/03/06	-	PT
	Emília Fernandes	01/01/03	23/01/04	PT
Secretaria especial de direitos humanos	Nilcéa Freire	23/01/04	-	PT
	Nilmário Miranda	01/01/03	21/07/05	PT
	Mário Mamede Filho	21/07/05	21/12/05	PT
	Paulo Vannuchi	21/12/05	-	PT
Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial	Matilde Ribeiro	21/03/03	-	PT
Advocacia-Geral da União	Álvaro Ribeiro Costa	01/01/03	11/03/07	S.F.P.
Controladoria-Geral da União	Jorge Hage Sobrinho	01/06/06	-	S.F.P.
Banco Central	Henrique Meirelles	01/01/03	-	PMDB

Fonte: Banco de dados do NECON (Núcleo de Estudos do Congresso) – UERJ.

Apesar de todas as denúncias de corrupção envolvendo membros do Partido dos Trabalhadores durante o primeiro governo, Lula consegue a reeleição em 2006 e continua a comandar o país por mais quatro anos, de 2007 a 2010.

A equipe ministerial do segundo mandato de Lula não se diferencia muito da composição do primeiro governo. Vários ministros nomeados anteriormente permanecem no comando de pastas ministeriais, entre eles e para citar apenas alguns estão: Marcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça; Celso Amorim, ministro das Relações Internacionais; e Gilberto Gil, ministro da Cultura.

Durante o segundo mandato Lula foram criadas mais duas secretarias, a saber: Secretaria dos Portos e Secretaria de Assuntos Estratégicos. A tabela abaixo traz toda a composição ministerial do segundo governo de Lula.

Tabela 5.13. Composição Ministerial e de Secretarias Especiais do Governo Lula (2007-2010)

Ministério/Secretaria	Ministro/Secretário	Data de Entrada	Data de Saída	Partido
Ministério da Justiça	Marcio Thomaz Bastos	01/01/03	16/03/07	S.F.P.
	Tarso Genro	16/03/07	10/02/10	PT
	Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto	10/02/10	01/01/11	S.F.P.
Ministério das Relações Exteriores	Celso Luiz Nunes Amorim	01/01/03	01/01/11	S.F.P.
Ministério da Fazenda	Guido Mantega	27/03/06		PT
Ministério dos Transportes	Paulo Sérgio de Oliveira Passos	31/03/06	29/03/07	S.F.P.
	Alfredo Pereira do Nascimento	29/03/07	31/03/10	PL
	Paulo Sérgio de Oliveira Passos	31/03/10		S.F.P.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Luis Carlos Guedes Pinto	29/6/06	27/3/07	S.F.P.
	Reinhold Stephanes	27/3/07	31/3/10	PMDB
	Wagner Gonçalves Rossi	31/3/10		PMDB
Ministério da Educação	Fernando Haddad	01/08/05		PT
Ministério da Cultura	Gilberto Passos Gil Moreira	01/01/03	01/08/08	PV
	Juca Ferreira	01/08/08		PV
Ministério da Saúde	José Agenor Álvares da Silva	15/03/06	16/03/07	S.F.P.
	José Gomes Temporão	15/03/07		PMDB
Ministério do Trabalho e Emprego	Luiz Marinho	12/07/05	29/03/07	PT
	Carlos Lupi	29/03/07		PDT
	Nelson Machado	22/07/05	29/03/07	PT
Ministério da Previdência Social	Luiz Marinho	29/03/07	01/06/08	PT
	José Barroso Pimentel	01/06/08	30/03/10	PT
	Carlos Eduardo Gabas	30/03/10		PT
	Silas Rondeau Cavalcante Silva	08/07/05	22/05/07	S.F.P.
Ministério de Minas e Energia	Nélson José Hubner Moreira	22/05/07	22/01/08	S.F.P.
	Edison Lobão	22/01/08	30/03/10	PMDB
	Márcio Pereira Zimmermann	30/03/10		S.F.P.
	Sérgio Machado Rezende	21/07/05		PSB
Ministério das Comunicações	Hélio Calixto da Costa	08/07/05	30/03/10	PMDB
Ministério do Meio Ambiente	José Artur Filardi Leite	30/03/10		S.F.P.
	Marina Silva	01/01/03	01/05/08	PT
	Carlos Minc	01/05/08	30/03/10	PT
	Izabella Teixeira	30/03/10		S.F.P.
Ministério do	Paulo Bernardo Silva	22/03/05		PT

Planejamento, Orçamento e Gestão				
Ministério da Defesa	Waldir Pires	31/03/06	25/07/07	PT
	Nelson Jobim	25/07/07		PMDB
Ministério da Integração Nacional	Pedro Brito	31/03/06	16/03/07	PSB
	Geddel Quadros Vieira Lima	16/03/07	30/03/10	PMDB
	João Reis Santana Filho	30/03/10		PMDB
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Luiz Fernando Furlan	01/01/03	29/03/07	S.F.P.
	Miguel Jorge	29/03/07		S.F.P.
Ministério do Esporte	Orlando Silva Júnior	31/03/06		PCdoB
Ministério do Turismo	Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto	01/01/03	23/03/07	PTB
	Marta Suplicy	23/03/07	03/06/08	PT
	Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho	03/06/08		PT
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Guilherme Cassel	31/03/06		PT
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Patrus Ananias de Sousa	23/01/04	30/03/10	PT
	Márcia Lopes	30/03/10		S.F.P.
Ministério das Cidades Casa Civil	Márcio Fortes de Almeida	22/07/05		PP
	Dilma Vana Rousseff	21/06/05	30/03/10	PT
	Erenice Alves Guerra	30/03/10		S.F.P.
Secretaria de Relações Institucionais	Tarso Fernando Herz Genro	31/03/06	16/03/07	PT
	Walfrido Mares Guia	23/03/07	23/11/07	PTB
	José Múcio Monteiro	26/11/07	28/09/09	PTB
	Alexandre Rocha Santos Padilha	28/09/09		PT
Secretaria-Geral	Luis Soares Dulci	01/01/03		PT
Gabinete de Segurança Institucional	Jorge Armando Felix	01/01/03		S.F.P.
Secretaria de comunicação social	Franklin Martins	29/03/07		S.F.P.
Secretaria de Aqüicultura e Pesca	Altemir Gregolin	03/03/06		PT
Secretaria de políticas para as mulheres	Nilcéa Freire	23/01/04		PT
Secretaria especial de direitos humanos	Paulo de Tarso Vannuchi	21/12/05		PT
Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial	Matilde Ribeiro	21/03/03	01/02/08	PT
	Édson Santos	20/02/08	30/03/10	PT
	Eloi Ferreira de Araujo	30/03/10		PT
Secretaria dos Portos	Pedro Brito do Nascimento	01/05/07		S.F.P.
Secretaria de Assuntos Estratégicos	Roberto Mangabeira Unger	1/10/07	30/6/09	PRB
	Daniel Barcelos Vargas	30/6/09	20/10/09	S.F.P.
	Samuel Pinheiro Guimarães Neto	20/10/09		S.F.P.
Advocacia-Geral da União	Álvaro Ribeiro Costa	01/01/03	11/03/07	S.F.P.
	José Antônio Dias Toffoli	11/03/07	23/10/09	S.F.P.
	Luís Inácio Adams	23/10/09		S.F.P.
Controladoria-Geral da União	Jorge Hage Sobrinho	01/06/06		S.F.P.
Banco Central	Henrique Meirelles	01/01/03		PMDB

Fonte: Banco de dados do CEPPLA (Grupo de Estudos de Partidos Políticos da América Latina) - UFSCar.

É importante ressaltar a substituição de Marina Silva (PT) por Carlos Minc (PT) no comando do Ministério do Meio Ambiente, uma vez que, Marina não só deixou o Ministério como também o partido e se filiou ao PV.

Uma importante diferença entre o primeiro e segundo governos Lula se deve ao fato de que, no segundo ocorreu um aumento no número de nomeações de natureza técnica e uma queda nas nomeações de petistas para o comando das pastas ministeriais. As nomeações técnicas que antes correspondiam a 14% (9 ministros) passaram a ser 34,7% (25 ministros). Já o PT caiu de 54,6% (35 ministros) para 36,1% (26 ministros) das nomeações ministeriais. A queda do número de ministros petistas se deve em parte ao aumento das nomeações de peemedebistas que passaram de 5 no primeiro governo para 9 no segundo, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

5.14. Distribuição por Partido do Número de Ministros e Secretários Especiais do Governo Lula (2007-2010)

Partido	Número de Ministros/Secretários	% de Ministros/Secretários por Partido
PT	26	36,1%
PMDB	9	12,5%
PSB	2	2,7%
PCdoB	1	1,3%
PL	1	1,3%
PP	1	1,3%
PDT	1	1,3%
PTB	3	4,1%
PV	2	2,7%
PRB	1	1,3%
S.F.P.	25	34,7%
TOTAL	72	100%

Fonte: Banco de dados do CEPPLA (Grupo de Estudos de Partidos Políticos da América Latina) - UFSCar.

A análise da composição ministerial dos governos Lula indica que houve uma concentração de poder em torno do PT, partido do presidente apesar do acréscimo das nomeações de natureza técnica. A maior concentração de ministros petistas, os demais partidos que formaram a base de sustentação do governo Lula não deixaram de ser representados no comando das pastas ministeriais, ainda que em menor número. O governo Lula foi o primeiro do período pós-85 que não contou com a participação de membros do PFL e do PSDB na equipe ministerial.

De um modo geral, nesse capítulo busquei indicar o perfil das composições ministeriais de cada governo e como o PMDB esteve presente em cada uma das equipes ministeriais. Assim, no governo Sarney predominaram as nomeações partidárias, sobretudo entre membros do PMDB e do PFL, representantes da Aliança Democrática. Já Collor, pelo menos no início de seu governo construiu uma equipe ministerial acima dos partidos políticos. Suas escolhas se pautaram muito mais por critérios de imagem que os ministros tinham perante a opinião pública. Nos governos de Itamar Franco e FHC houve um equilíbrio entre nomeações de natureza técnica e de natureza partidária. E por fim, nos governos Lula predominaram as nomeações partidárias, sobretudo de membros do mesmo partido do presidente. É no governo Lula que o PMDB passa a ocupar no âmbito governista o lugar que antes era do PFL, uma vez que este acabou sendo empurrado de forma compulsória para a oposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi mostrado anteriormente é possível observar a trajetória de sucesso do PMDB: sucesso eleitoral e de participação em todos os governos desde a sua fundação. Vários são os fatores que contribuem para tal sucesso, dentre os quais posso citar: a herança eleitoral do MDB; a adoção do apoio aos governos (federais e estaduais) como estratégia de crescimento e obtenção de retornos eleitorais e as características institucionais do sistema político brasileiro. Esses fatores se relacionam produzindo um ciclo onde o desempenho eleitoral garante a força do partido no Congresso, que por sua vez assegura a participação no governo, que gera recursos eleitorais.

Ao longo dessa pesquisa foi possível constatar que o PMDB se firmou como um dos apoios fundamentais dos principais processos políticos ocorridos no Brasil nos últimos 27 anos: garantiu a transição democrática, sustentou o governo na Nova República, comandou os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, liderou o processo que resultou no impeachment de Fernando Collor, contribuiu para a aprovação do Plano Real e foi importante aliado do Governo Lula na aprovação da agenda governativa no Congresso e nas Comissões que investigaram casos de corrupção.

É possível destacar duas fases ao longo da trajetória peemedebista: de sua criação até 1985, o PMDB era o partido da democracia – a oposição unida para vencer os militares e redemocratizar o país; do Governo Sarney (1985-1989) até hoje tornou-se o partido da governabilidade, aliado indispensável para o presidente aprovar sua agenda governativa.

Apesar de não apresentar um crescimento linear, o desempenho eleitoral do PMDB tem sido suficiente para mantê-lo como o maior partido no Congresso Nacional. Nos pleitos que disputou o partido sempre obteve um bom desempenho, mesmo quando não conseguiu ser o partido que mais elegeu, ficou em segundo ou terceiro lugar. Esse bom desempenho faz com que sua

participação na base aliada do Executivo Federal se tornasse indispensável para manter a governabilidade.

Nas disputas para os executivos municipais o partido permanece até hoje como o que mais elegeu prefeitos em todo o território nacional, apesar do crescimento de partido como o PT e PSDB. Regionalmente os melhores desempenhos peemedebistas são registrados nas regiões Sul e Nordeste, em detrimento das regiões Norte e Centro-Oeste. Conseguiu seu melhor desempenho no pleito de 1985, onde conquistou 63,2% das prefeituras e registrou seu pior índice nas eleições de 2004, com apenas 19,1%; no entanto, mesmo esse sendo seu pior desempenho, o partido foi o que obteve maior porcentagem de prefeituras.

Também nas eleições para os executivos estaduais o partido apresenta um bom desempenho, mostrando certa constância ao longo dos anos. O partido vem intercalando períodos de predomínio sobre determinadas regiões e períodos de baixo rendimento, com exceção da eleição de 1986, quando elegeu 22 dos 23 governadores.

As disputas por vagas para o Congresso Nacional mostram que o partido teve o melhor desempenho de sua trajetória entre os anos de 1986 a 1998, período em que conquistou a maioria quase absoluta das cadeiras. No que diz respeito às eleições para a Câmara dos Deputados o partido se manteve como o que mais elegeu deputados federais no período de 1986 a 1994. Nos anos seguintes o PMDB foi superado por PT e PFL, e voltou a ser o detentor da maior bancada de deputados federais em 2006. Já para o Senado o partido obteve êxito até 1998. No entanto, nas duas últimas eleições (2002 e 2006) aqui estudadas o partido não obteve sucesso na disputa pelo Senado, elegendo um número muito baixo de senadores.

Ao analisar as composições ministeriais dos governos do período de 1985 a 2010 e de que forma o PMDB participou dessas composições percebi que no governo Sarney predominaram as nomeações partidárias, sobretudo entre membros do PMDB e do PFL, representantes da Aliança Democrática. Já Collor,

pelo menos no início de seu governo construiu uma equipe ministerial acima dos partidos políticos. Suas escolhas se pautaram muito mais por critérios de imagem que os ministros tinham perante a opinião pública. O PMDB teve uma participação mínima nesse governo, ocupando apenas uma pasta ministerial. No entanto, participou ativamente do processo que levou a cassação por impeachment de Collor. Nos governos de Itamar Franco e FHC houve um equilíbrio entre nomeações de natureza técnica e de natureza partidária. O PMDB dividiu espaço na composição ministerial desses governos com PFL e PSDB. E por fim, nos governos Lula predominaram as nomeações partidárias, sobretudo de membros do mesmo partido do presidente. Foi nos governos de Lula que o PMDB obteve maior espaço, passando a ocupar no âmbito governista o lugar que antes era do PFL, uma vez que este acabou sendo empurrado de forma compulsória para a oposição.

Mais do que apoiar os governos, o PMDB tem controlado importante parcela de poder desde sua criação. A “vocação governista” do partido consiste numa estratégia calculada de obtenção de recursos políticos através de uma estreita ligação com o Estado. O PMDB tem garantido numerosas bancadas no Congresso que tornam o seu apoio fundamental para a aprovação de qualquer matéria submetida a votação.

Uma bancada tão forte coloca o PMDB como um interlocutor importante nas negociações tanto com o governo quanto com outros partidos, uma vez que põe o partido numa posição privilegiada para a composição ministerial e de comissões permanentes, bem como para a condução do processo legislativo, através dos poderes do líder no Congresso. Dessa forma, o PMDB é um aliado indispensável para o governo que pretende aprovar seus projetos no Congresso.

A partir do Governo Sarney (1985-1989), o partido passou a integrar pela primeira vez, o governo federal, passando a adotar muitas vezes uma postura ambígua, na medida em que a decisão de participar ou não dos governos sempre foi fator de divergências internas. O PMDB se tornou uma federação de PMDBs regionais.

A explicação para tal fato é encontrada no processo de origem e desenvolvimento do partido: em primeiro lugar, a origem do PMDB remonta ao antigo MDB, partido que abrigou as diversas correntes oposicionistas ao regime autoritário e cuja luta era pela democratização do país; em segundo lugar, quando de seu surgimento o partido foi implantado e fortalecido primeiramente nas esferas local e estadual, dando as disputas municipais, estaduais e legislativas grande importância; a ausência de eleições presidenciais até 1985, fortaleceu o caráter regional das disputas eleitorais, mesmo que o partido tivesse como principal agenda a redemocratização do país; por fim, a estrutura interna descentralizada, permitiu que suas elites construíssem e consolidassem sua liderança, basicamente em âmbito regional.

Nessa linha, o cientista político, Marcos Nobre afirma que:

“O MDB (depois PMDB) produziu, por vocação e por necessidade, um modelo de gerenciamento de interesses adaptado à desigualdade e à fragmentação regionais. Não foi o sonhado partido uniforme e homogêneo dos reformadores ditatoriais, mas aquele que trouxe para dentro de si a diversidade e a fragmentação”⁴⁹.

Nesse sentido, autores como Durverger e Panebianco, e aqui trabalhados chamam atenção para o fato de que a origem das organizações partidárias influenciam seu posterior processo de desenvolvimento e permanecem como traços visíveis ao longo de sua história.

O papel crucial exercido pelo PMDB no Congresso Nacional é ao mesmo tempo fonte de recursos políticos e meio de utilização destes recursos para manter o partido como base importante para os governos, garantindo sua presença nos gabinetes e a consequente obtenção de mais recursos políticos e eleitorais, realimentando continuamente seu posicionamento governista ao longo do período analisado.

⁴⁹ Jornal Folha de São Paulo, (Caderno Ilustríssima) domingo, 15 de maio de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio H. H de. **Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro**. In: TAVARES, José Antonio G. **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.
- _____. **Presidencialismo de Coalizão e Crise de Governança**. In: TAVARES, José Antonio G. **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.
- ABRUCIO, Fernando., COUTO, C. G. **Força e fraqueza da Câmara**. Retratos de São Paulo: 1996.
- AMORIM NETO, O., TAFNER, P. **Governos de coalizão e mecanismos de alarme de incêndio no controle legislativo das medidas provisórias**. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 45, nº 1, 2002.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos A. de. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas, SP; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.
- DELGADO, Tarcísio. **A história de um rebelde: 40 anos, 1966 - 2006**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.
- DUVERGER, M.. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar; 1980.
- FERREIRA, D. P. **Oposição e Transição Democrática: a estratégia peemedebista**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1991.
- _____. **PFL X PMDB: Marchas e Contramarchas**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2002.
- _____, BATISTA, C. M., STABILE, M. **A Evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006)**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p. 432-453.
- KINZO, M. D. G. **Oposição e autoritarismo: gêneses e trajetória do MBD, 1966 – 1979**. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. **PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro**. St. Augustin (Alemanha): Konrad Adenauer Stiftung, 1996.
- _____. **Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 57, p. 65-81, 2005.
- LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias: o Brasil no liminar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.
- _____, KINZO, M. D. G. **Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978**. Dados, n. 19, p. 11-32, 1978.
- LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. **Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LIMONGI, F., FIGUEIREDO, A.C. **Partidos políticos na Câmara dos Deputados**. Novos Estudos CEBRAP, v. 45, p. 497-525, 1995.
- _____, **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**, SP: Editora FGV, 1999.
- LIMONGI, Fernando. **Presidencialismo e governo de coalizão**. Em AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (orgs.). **Reforma política no Brasil**, BH: Editora UFMG, 2006

- MAINWARING, S. P. **Políticos, Partidos e sistemas eleitorais**. Novos Estudos, CEBRAP, 1991
- _____, MENEGUELLO, R., POWER, T. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MELHEM, C. S. **Política de botinas amarelas: o MDB – PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, 1985-1997**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- NETO, Octávio Amorim. **Presidencialismo de Coalizão Revisitado: Novos dilemas, Velhos problemas**. In: TAVARES, José Antonio G. **O Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partidos políticos: Organização e poder nos Partidos Políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados**. São Paulo, Edusp, 2002.
- SANTOS, Fabiano. **Em Defesa do Presidencialismo de Coalizão**. In: **Reforma Política no Brasil: Realizações e Perspectivas**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.
- SCHMITT, R. A. **Partidos políticos no Brasil, 1945-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UNB, v I. 1991.
- _____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo, SP: Cultrix, 2005.

Documentos e publicações partidários consultados

- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Manifesto dos fundadores do PMDB à nação**. Revista do PMDB, n.1, julho de 1981.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Estatuto**, 1980.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Estatuto**, 1993.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Estatuto**, 1996
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Estatuto**, 2007.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Esperança e mudança – Programa do PMDB**, 1980.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Homenagem aos 30 anos do MDB**, 1996.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Democracia com desenvolvimento: um novo programa doutrinário do PMDB**, 1996.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Livros de atas de reuniões da Comissão Executiva Nacional, Brasília**, 1980-1999.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Livros de atas de reuniões do Diretório Nacional, Brasília**, 1980-1999.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, **Do MDB ao PMDB**, Brasília: Fundação Pedroso Horta, 1998.